

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
MERENDA

PRESIDENTE
MARCOS ZERBINI - PSDB

05.10.2016

CPI - MERENDA**05.10.2016**

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 48, de 15 de junho de 2016, com a finalidade de apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais, nos contratos firmados por empresas e por cooperativas de agricultura familiar, com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos e políticos, para esclarecer se houve, ou não, prejuízo ao erário.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados Alencar Santana Braga, Estevam Galvão, Adilson Rossi, Gilmaci Santos, Carlão Pignatari, Marcia Lia, Beth Sahão e Chico Sardelli.

Peço à secretária que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Fica dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Temos, hoje, primeiro, a oitava de três testemunhas. Em seguida, alguns requerimentos serão colocados em votação. Já está adentrando o primeiro depoente. Peço que tome assento junto à Presidência.

Doutor, o senhor poderia dizer seu nome a todos? Para que o conheçam.

O SR. RICARDO GUINALZ - Bom dia a todos, meu nome é Ricardo Guinalz, sou advogado. Meu número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, é 119.533.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu gostaria de lembrar ao nobre depoente que ele está aqui na condição de testemunha e, na condição de testemunha, tem o dever de falar a verdade sob todos os aspectos legais, civis e criminais.

A forma como têm acontecido os depoimentos tem sido a seguinte: abrimos para que a pessoa faça uma breve apresentação, falando um pouquinho quem é, qual cargo ocupa, o que sabe dos fatos, enfim, um resumo sobre o que foi vinculado na imprensa ou sobre o que acham interessante esclarecer para que, depois, se abra às perguntas dos senhores deputados.

Gostaria de lembrar, doutor, que o senhor pode acompanhar, mas não pode fazer... Está bem? Então, tem a palavra.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Bom dia, deputados, bom dia, deputado Zerbini. Acabei anotando o que eu acho importante frisar de início.

Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade que a Assembleia Legislativa está me oferecendo, hoje, para que eu possa esclarecer os fatos referentes à minha convocação.

Queria deixar registrado o respeito que tenho por esta Casa. Compreendo a importância do seu papel constitucional, esta é a Casa do povo e seus representantes têm o dever e o poder de agir na defesa do interesse público. Compreendo, também, o papel político da atividade parlamentar. Sempre trabalhei para contribuir com os parlamentares, para que eles possam ter as demandas que trazem da sociedade analisadas pela administração pública.

Exerci, durante dez meses, de março de 2015 a janeiro de 2016, a função de chefe de gabinete na Casa Civil. Dentre as diversas atividades institucionais e administrativas que eu possuía como chefe de gabinete estava o encaminhamento de demandas da sociedade civil e até de parlamentares para outras esferas de governo, o que tentei ao máximo cumprir integralmente e formalmente.

Tenho muito orgulho de ter ocupado cargos na administração pública e das experiências profissionais que exerci. Tratei a todos que atendi, todos sem exceção, nessas atividades, da mesma forma, com muito empenho e dedicação.

Meus sigilos fiscal e bancário já estão à disposição do Ministério Público e da Corregedoria Geral da Administração, onde prestei depoimento no dia dois de fevereiro, se não me engano.

Espero poder responder de forma serena a todos os questionamentos de Vossas Excelências. Estou à disposição de V. Exas. para os esclarecimentos e acho que tenho muito pouco conhecimento da questão, a não ser o que saiu na imprensa, como deixei registrado no meu depoimento à Corregedoria.

Acho que é isso, deputado. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para explicar melhor, qual era o seu relacionamento com quem o citou? Parece que foi o Marcel, não sei se mais alguém da Coaf.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - A única pessoa com a qual eu conversei, a única pessoa que eu atendi na Casa Civil, como chefe de gabinete, procurou-me em meados de outubro, no começo de outubro. Ele não foi sozinho, teve um evento da Secretaria da Justiça, o Dr. Aloísio era o secretário, e ele foi a minha sala. Eu estava atendendo outras pessoas e ele chegou com o deputado federal Nelson Marquezelli, apresentou-se como assessor do deputado federal, apresentou-se como representante da cooperativa e eu o atendi de pé. O deputado estava atrasado para ir ao aeroporto e ele só cumprimentou, trocou cartão, foi para o aeroporto e ele, Marcel, voltou depois.

Eu o atendi três ou quatro vezes na Casa Civil, e foi isso. Só conheço ele. A única pessoa que falou comigo foi o Marcel.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - E qual auxílio o senhor concedeu?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Ele me disse que estava com dificuldade de cumprir, de honrar o contrato com a Secretaria da Educação - do qual eu não tinha conhecimento, não sabia o valor, não sabia desde quando tinha sido iniciado - e que precisava de um contato na Educação que ele, após um registro da substituição da diretoria da cooperativa na Junta Comercial, ia entrar com um pedido de aditivo.

Os motivos que ele alegou, eu sou advogado, para não conseguir honrar o contrato, no meu entender, e essa foi uma orientação jurídica que eu dei a ele, só com esse intuito, de que não era aditivo. Ele disse que estava com problema por conta da recessão econômica, da crise, do dólar e de alguns outros motivos e, no meu entender, achei que aquilo não era um aditivo, mas um pedido de reequilíbrio. Deveria ser, oportunamente, protocolado na Secretaria da Educação. Lá ia ser analisado e julgado se sim ou se não.

Ele disse também, em relação à Junta Comercial, que o documento da Junta demoraria três meses para ser registrado. Fui funcionário da Junta Comercial, conheço a realidade da Junta Comercial e disse que não pode demorar três meses, pedi para que ele me passasse o número do protocolo. Não vi o documento, não sei que documento era, quem estava entrando, quem estava saindo, simplesmente encaminhei por e-mail, institucionalmente, meu e-mail da Casa Civil, para a chefia de gabinete da Junta subordinada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

O chefe de gabinete, eu, orientado por ele, mandei um e-mail para a vice-presidência da Junta Comercial com o número do protocolo. O documento foi tratado no seu tempo normal, não sei quando saiu, não tenho notícia nenhuma e foi basicamente isso que eu tratei com a cooperativa.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Fica aberto, então, o período de inscrição para os Srs. Deputados e para as Sras. Deputadas, lembrando que, agora, são 9 horas e 25 minutos. Portanto, as inscrições para fazer perguntas para o depoente vão até às 10 horas e 25 minutos.

Anuncio a presença dos nobres deputados Barros Munhoz, Delegado Olim e Cássio Navarro.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Gostaria de pedir ao senhor Moita, Luiz Roberto dos Santos, que foi muito sintético em sua explanação, um pouco mais de detalhamento. Desde quando ele ingressou na vida pública, seja como funcionário, como assessor, o que foi. Gostaria que ele desse um pouco mais de detalhes, porque ele passou por vários lugares e gostaríamos de ouvir dele essa trajetória que ele fez dentro do serviço público.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Fazemos essa pergunta, deputada, mas, como aí entramos em detalhamentos, já fica aberta as inscrições para os deputados. Peço para que ele responda a indagação de V. Exa. e depois entramos para as perguntas dos Srs. Deputados. Por favor.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Muito obrigado, Excelência. Entrei na administração pública em 1995, no primeiro mandato do governador Mário Covas, e fui nomeado assessor na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em setembro de 1995.

Lá, fiquei até 2001, quando fui contratado pela CPTM, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. Na CPTM, eu fiquei de 40 a 50 dias. Fizemos um projeto de assessoria parlamentar para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos que foi incorporado pela chefia de gabinete - à época era o Dr. Joaquim Lopes o chefe de gabinete - como modelo a ser implantado na Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Muitos deputados conhecem a Eneida, ela era minha chefe na assessoria parlamentar da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, em 2001.

Lá, fiquei até 2006. Com a eleição do governador José Serra e a nomeação do secretário Portella, fui devolvido para a CPTM. Fiquei no atendimento ao usuário, na estação Barra Funda, durante os quatro anos da gestão José Serra. O governador Geraldo Alckmin foi eleito em 2010, Dr. Jurandir Fernandes foi novamente reconduzido ao cargo de secretário dos Transportes Metropolitanos e convidou-me para, novamente, ser assessor dele, em 2011.

Em abril de 2011, fui nomeado chefe de gabinete, dia seis de abril de 2011, chefe de gabinete do Dr. Jurandir. Lá, fiquei até a eleição, novamente, do Dr. Geraldo. A posse do Dr. Clodoaldo como secretário dos Transportes Metropolitanos. Fui novamente devolvido para a CPTM, no final de janeiro, meados de fevereiro de 2015, quando fui convidado para ser o chefe de gabinete da Casa Civil. Minha nomeação se deu no dia 13 ou 16 de março de 2016.

Acho que, brevemente, é mais ou menos isso, deputada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - E agora você voltou para a CPTM?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Isso. Eu, no dia 19 de janeiro, uma segunda-feira, ou 18 de janeiro, fui devolvido para a CPTM e lá estou até hoje.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ok. A primeira inscrita, deputada Beth Sahnão. Vossa Excelência tem cinco minutos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor está dizendo que é funcionário da CPTM desde 2001, certo? Contudo, pelo que pudemos verificar, apesar de contratado pela CPTM e recebendo dessa empresa seu salário, sempre estive à disposição do Palácio do Governo. Sempre atuando junto à Secretaria dos Transportes Metropolitanos,

o senhor também falou isso. Seja atuando junto à Casa Civil, o senhor ficou lá de 2007 a 2010, depois voltou à CPTM.

Quero questionar o senhor do seguinte: o senhor está contratado pela CPTM desde 2001, há 15 anos, contudo trabalhou na empresa por apenas quatro anos. Por que o senhor foi contratado pela CPTM em 2001 se, ato contínuo, o senhor foi prestar serviço à Secretaria dos Transportes Metropolitanos? Como se deu sua contratação? O senhor participou de algum concurso? Qual seu cargo de origem na CPTM? Também gostaríamos de saber. Quais as atribuições do cargo que o senhor ocupa na CPTM? Qual sua remuneração? Em agosto de 2016, sua remuneração era de 23.171,15 reais. Qual sua função atualmente na CPTM, seu local de trabalho e seu horário de trabalho?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Vou começar pelo final. Hoje estou lotado na estação Brás, trabalho das 8 às 17 horas, meu cargo é de livre provimento. Recebo o teto constitucional de 21.000, que é o teto imposto por um parecer da PGE, que delimita o salário dos funcionários que trabalham em empresas dependentes, como é o caso da CPTM e da Emplasa. Fui contratado em 2001, o cargo é de livre provimento, como assessor técnico. E como assessor técnico estou até hoje.

Como eu disse, fiquei acho que um mês, entrei em setembro, em outubro ou novembro eu fui trabalhar, efetivamente afastado, na Secretaria dos Transportes Metropolitanos, onde fiquei até 2006. Depois, voltei até 2010, voltei em 2011 na STM novamente.

O cargo, se está na Casa Civil, de chefia de gabinete... Os cargos da administração pública, hoje, ficam subordinados à Secretaria de Governo. De 2015 para cá, foi desmembrado Casa Civil com Secretaria de Governo, então os cargos da administração pública ficam na Secretaria de Governo. E na CPTM, que é uma empresa mista, uma companhia, os cargos são de livre provimento da empresa. Não sei se me fiz entender.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas o senhor trabalhou na Casa Civil?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Trabalhei.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor trabalhou.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não. De 2006, quando o Dr. Jurandir entrou, até 2010, trabalhei na CPTM.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Na CPTM. E qual o período exato em que o senhor ficou na Casa Civil?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Agora, só dez meses.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Dez meses?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - É, de 2007...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E foi coincidência ou não a sua saída da Casa Civil um dia antes de surgirem essas denúncias todas?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - A minha informação, o que chegou a mim, é que eu deveria ser devolvido à CPTM. Já existia, Excelência, uma conversa, há meses, sobre a devolução.

A economia estava muito complicada, as empresas estavam passando por cortes, o governo estava cobrando um limite do gasto público e, conseqüentemente, as empresas tinham que reduzir pessoal e custos.

As pessoas que estão comissionadas em outros lugares, em outros órgãos... A empresa de origem não tem o ressarcimento; estavam obrigadas a reduzir os gastos e ainda estavam sem pessoas. Então, essa conversa de devolver as pessoas ia acontecer a qualquer momento.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E aconteceu exatamente um dia antes de sair a denúncia do escândalo da merenda?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Eu fiquei sabendo pelo jornal “O Estado de S. Paulo” no dia em que saiu a denúncia.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor tem noção de mais quantos funcionários foram transferidos para suas...

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Todos. Todos foram devolvidos. Até onde eu sei...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Todos no mesmo dia?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não sei dizer se foram no mesmo dia. Éramos quatro na Casa Civil e mais quatro na Secretaria de Governo. Todos foram devolvidos, ou, pelo menos, todos deveriam ter sido devolvidos.

E não só da Secretaria da Casa Civil. Tinha funcionário da CPTM também na Secretaria de Recursos Hídricos, tem funcionários do Metrô em outros órgãos e a ordem do governo era a de que todos, paulatinamente, fossem devolvidos. Todos fossem devolvidos. Inclusive temos funcionários das empresas aqui, na própria Assembleia, também afastados, comissionados.

Essa é a informação que eu tenho. Todos eles deveriam ser devolvidos. Não sei se fui o primeiro; tenho certeza de que não fui o único. Posso até citar o caso do Roberval, funcionário da Casa Civil, que era da Secretaria de Governo. O Roberval foi vítima do assalto com o funcionário da CPTM e já estava de volta à CPTM, assim como eu.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quais são suas relações internas no governo para assumir um cargo tão importante na Casa Civil? Com quem o senhor se relacionava? Como chegou a ocupar esse cargo e quais as funções que o senhor exerceu quando esteve na chefia da Casa Civil, no gabinete da Casa Civil?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Na Casa Civil você tem a parte administrativa, que é muito grande. Inclusive eu assumi em março e houve a divisão da Secretaria de Governo com a Secretaria da Casa Civil. Foi basicamente a montagem da própria equipe, a montagem do gabinete, a definição dos ofícios que são encaminhados. Há uma centena de ofícios que são recebidos por dia de prefeitos, vereadores, deputados, e que são devidamente encaminhados para os setores. Essa é a parte administrativa, burocrática. Fora o dia-a-dia dos ofícios internos de funcionários, de folhas de ponto e coisa que o valha.

Na parte política, havia muito atendimento a vereadores de municípios do estado de São Paulo, alguns prefeitos, porque, na verdade, a Casa Civil tem vários segmentos.

A unidade de relacionamento com municípios - que era do Dr. Rubens Cury, parece-me que agora foi substituído, não sei quem está lá -, a assessoria parlamentar - que era o deputado João Caraméz, que também foi substituído, porque assumiu -, a de relações internacionais também é subordinada à Casa Civil, a área de comunicação é subordinada à Casa Civil e a chefia de gabinete tem que concatenar esse jogo de xadrez entre todos os funcionários, fazer a máquina andar no dia-a-dia.

A senhora me perguntou onde eu estou lotado e...?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Perguntei também quais eram suas relações, sua capacidade de influência para chegar a um cargo tão importante assim na Casa Civil. Como o senhor chegou a esse cargo?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Eu me filiei no PSDB...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só para ilustrar um pouco as respostas, são cargos normalmente de livre indicação, de livre provimento, via de regra, quando as pessoas são indicadas, são indicadas por terem alguém que conhecem, alguém com alguma influência, enfim, qual o tamanho da sua influência para o senhor chegar? Técnico somente o senhor não era. Como o senhor chegou a exercer o cargo de chefe de gabinete da Casa Civil?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - É uma história de 25 anos, Excelência. Eu entrei no partido no final de 1990, me formei em Bragança Paulista e fui sozinho.

Sou morador da zona leste, vim da Vila Prudente, um subdistrito da Vila Prudente chamado Vila Califórnia, e fiz campanha em 1986 para o então candidato a senador Mário Covas. No final de 1990, fui sozinho à Avenida 9 de Julho, 4.349, e filiei-me ao PSDB, porque sempre fui apaixonado pela social democracia da Europa.

Enfim, comecei a militar na juventude do PSDB em 1991. Disputei um cargo interno de vice-presidente dessa juventude na Capital e fui eleito. Depois, fui para a juventude estadual, fiquei na juventude estadual, militei entre 90 e 95, quando éramos apenas partido e não tínhamos governo.

Conheci as pessoas que são filiadas e militantes do PSDB. O governador assumiu em janeiro e eu assumi o cargo na Junta. Voltei a advogar, voltei à minha vida normal

em janeiro de 95 e, em setembro de 95, fui convidado pelo Sr. Edson Luiz Vismona, que era o secretário-adjunto da Secretaria da Justiça. O Dr. Belisário era o titular, com projeto de modernização na Junta Comercial. Eu aceitei a proposta, aceitei o desafio e lá fiquei, pela administração direta, no cargo de assessor.

Pulei uma parte. Fiquei seis meses na Casa Civil, em 99. Com a doença do governador Mário Covas, eu fui convidado pelo Sebastião Farias para ir trabalhar na Casa Civil e lá fiquei por quatro meses. Novamente, voltei para a Junta Comercial como assessor, trabalhava no Aquário, como eles chamam, na Casa Civil, onde é hoje a Assessoria Parlamentar, o João Caraméz trabalhava lá. Voltei à Junta a convite do Dr. Tasso Duarte de Melo, que foi nomeado em julho de 99, como presidente da Junta Comercial. Ele tinha sido vogal da Junta Comercial em 95, conheceu o meu trabalho lá e me chamou de volta para trabalhar com ele. Lá, fiquei como assessor até 2001.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Na Casa Civil, o senhor falou que recebia ofícios de prefeitos, vereadores, deputados, fazia esses encaminhamentos. Com relação aos contratos, qual era a sua influência quando se tratava de contratos, de aditamento de contratos ou de facilitações de contrato? O senhor também tratava dessas questões?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não, na Casa Civil não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nunca tratou?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não, nunca tratei.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nem o contrato relacionado à Secretaria da Educação?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não passa pela Casa Civil. Nunca tive acesso. A Casa Civil...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas quando o Sr. Marcel procurou o senhor, vocês trataram de que assunto?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - O Marcel, como eu disse, na primeira vez, foi com o deputado federal Nelson Marquizezelli e disse-me que precisava de um contato na Secretaria da Educação, pois estava com dificuldades de honrar o contrato. Foi isso que ele me disse.

Vou tentar ser sucinto em relação ao que já falei na Corregedoria. Eu chamei a minha secretária e falei para ela: “Passa o telefone da Secretaria da Educação para ele, liga lá e pede para alguém atendê-lo”. Não foi nem na chefia de gabinete, foi na própria Secretaria da Educação. A Corregedoria levantou isso, ele foi atendido lá, depois. Lá, ele decidiu se ia fazer ou não o aditivo, ou se era reequilíbrio. Isso foi só um encaminhamento que fiz. Não fui nem eu que liguei. Passei o telefone e pedi para minha secretária: “Passa o telefone da Secretaria da Educação, liga e pede para alguém recebê-lo”.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ele procurou o senhor só uma vez ou mais vezes?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Ele esteve três ou quatro vezes na Casa Civil, que eu me lembre.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor não lembra ao certo. E todas as vezes foram para tratar dessa questão do contrato...

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Sim, sempre.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para que o senhor pudesse ajudá-lo junto à Secretaria da Educação...

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Isso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor também respondeu a um processo administrativo recentemente, sobre a devolução ao erário de valores recebidos indevidamente por terem ultrapassado o teto constitucional no período entre 16 de março e 30 de setembro de 2015.

Gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso. Como foi esse fato de o senhor ter ultrapassado o teto? Como foi essa devolução? Isso gerou prejuízo ao erário ou não?

Como foi que se deu essa questão? O senhor já encerrou esse processo administrativo a que estava respondendo? Em que situação está?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Meu controle em relação ao meu salário é o meu holerite.

Assim que fui nomeado chefe de gabinete da Casa Civil... O chefe de gabinete da Casa Civil tem uma gratificação. A função chefe de gabinete da Casa Civil tem uma gratificação. Paralelamente, há o cargo na CPTM que tem o limite do teto constitucional. Então, eu jamais poderia receber a mais, acima do teto.

Quando peguei o holerite... Fui eu que fiz o comunicado, fui eu que informei o RH da Casa Civil: “Olha, tem um depósito na minha conta, no meu holerite, a mais do que o teto. Eu queria que vocês verificassem o que é”. Isso está tudo documentado, faz parte do processo. A Secretaria da Fazenda respondeu, erroneamente, que não fazia o confronto entre o salário da CPTM com a gratificação da Casa Civil. Retornaram isso para mim e eu falei: “Isso está errado”.

Eu tive, enquanto chefe de gabinete da Secretaria dos Transportes Metropolitanos... Nós chamamos de glosa, do teto, do limite. Eu tenho até hoje. Como a senhora disse, eu receberia mais. Só que eu recebo só 21; o que for a mais fica glosado. E eu informei. Eu falei: “Eu tive a glosa e vocês estão dizendo que está certo. Está errado isso”. Eu que informei. A discussão é de um e-mail, de outro, por telefone. Eles pagaram durante três meses, a gratificação. Depois, entenderam que estava errado e pararam de pagar. Nesse momento, pararam de pagar.

A Procuradoria Geral do Estado, a decisão de devolução... Estou à disposição, se acharem que eu deveria devolver. Eu entrei com o pedido de recurso, pois o erro... A Procuradoria Geral do Estado deu um parecer dizendo que o erro é da administração. Não fui eu, foi a PGE, e tenho boa vontade. Eu informei, desde o início, que, se esse valor fosse indevido, ele deveria ser cortado. Foi isso que aconteceu. O processo foi findo pela Procuradoria Geral do Estado. A folha de pagamento está subordinada à Secretaria de Planejamento e houve um parecer do secretário dizendo de minha desobrigação em devolução.

Parece que o próprio governo já deu a informação, hoje, de que vai ser revisto. Se for o caso de acharem que eu deva devolver... Eu entendi que a minha boa-fé foi em relação a informar e comunicar. Se não for assim...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Temos aqui também uma evolução do seu imposto de renda. Parece-me que houve uma evolução grande, de 2013 a 2014. O senhor pode explicar isso?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Desconheço, Excelência, qual a evolução.

Tenho o mesmo imóvel em que morei, em Mongaguá, desde quando meu filho do meio nasceu, em 2002, herdado do meu pai.

Somos três irmãos, ele deixou um imóvel para cada irmão. Esse imóvel era da minha irmã. Minha irmã foi morar na casa; meus pais faleceram e ela foi morar lá. Morei nesse imóvel - ele ainda é meu - até janeiro deste ano, quando me mudei para Santos. Lá, eu aluguei outro imóvel. Eu pago aluguel desde julho de 2015 e moro no imóvel desde janeiro de 2016, em Santos. O imóvel de Mongaguá é o único que tenho, é herança do meu pai.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Esses rendimentos que o senhor recebe são devolvidos, são glosados todos os meses?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Eles não são devolvidos, eles não são nem pagos. São glosados antes do pagamento. Como a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos é considerada uma empresa dependente, quem faz o pagamento é a Secretaria da Fazenda. É ela que deposita o dinheiro na conta da CPTM. Essa glosa, ela não é recebida e depois devolvida. Ela não é nem depositada. É só o valor que me cabe.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor pode disponibilizar para a CPI suas movimentações bancárias e seu patrimônio?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Sim, claro. Tenho quase certeza absoluta de que a Corregedoria já tem essas informações e a Procuradoria Geral de Justiça já tinha solicitado a quebra de sigilo bancário e fiscal. Está à disposição.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas a CPI ainda não tem. O senhor pode disponibilizar?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Sim, eu encaminho, sem problemas.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Certo. Por enquanto é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não há mais nenhum deputado inscrito. Alguém deseja se inscrever?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar todos os deputados, o depoente, a imprensa e os servidores. O primeiro contato do Marcel com o senhor foi para tratar de qual questão específica da Coaf?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Ele me disse que tinha dificuldades em honrar o contrato com a Secretaria da Educação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como assim? Quais dificuldades?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Ele me disse que o produto custava “X” e, em virtude da recessão econômica, da crise econômica e até da alta do dólar - lembro que ele citou isso -, eles não estavam conseguindo honrar o contrato.

Foi aí que eu entendi que isso não deveria ser feito por aditivo, mas que deveria ser um pedido - um pedido, deixa bem claro - de reequilíbrio econômico-financeiro junto à Secretaria da Educação.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para esclarecer, deputado, V. Exa. já está fazendo o seu interrogatório. É isso?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sim. O primeiro contato foi para tratar desse reequilíbrio financeiro?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Ele me pediu ajuda, pediu um contato na Secretaria da Educação para tratar desse assunto. Não vi contrato, papel, nada. Ele só me pediu um contato. Passei o telefone da Secretaria da Educação, da assessoria da Secretaria da Educação, para definirem lá quem deveria atendê-lo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quando foi isso?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Em meados de outubro. A primeira vez em que ele me procurou na Casa Civil foi em meados de outubro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Outubro de...

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Estamos em outubro de 2016, então foi em outubro de 2015.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse na Corregedoria que o primeiro contato se deu, de fato, sobre o cumprimento do contrato, mas vocês não teriam tratado sobre reequilíbrio financeiro. Depois, o senhor diz o seguinte: “Acrescenta que, posteriormente, houve um novo contato com Marcel...”

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Ele esteve lá.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Posteriormente. Foi por isso que perguntei do primeiro, para que tentemos entender as fases, o seu contato com ele, o que foi feito...

“Acrescenta que, posteriormente, houve um novo contato com Marcel dentro da Casa Civil, na qual o mesmo informou ao depoente que precisaria solicitar aditivo no contrato da Coaf que estava em andamento, tendo em vista as dificuldades de honrá-lo pelo preço que estava sendo executado.” Esse é um contato posterior. E o primeiro? Era para quê?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Na primeira vez em que ele foi lá, ele foi com o deputado. Logo na sequência, ele voltou. Ele tocou nesse assunto, em relação ao contrato. Não me lembro de datas, deputado. Confesso que...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aqui o senhor está dizendo que teve dois contatos: um sobre o cumprimento do contrato e outro depois, em outra

ocasião, quando vocês trataram do reequilíbrio. Do aditivo ou reequilíbrio, há divergências nos termos que foram tratados.

O senhor tratou alguma vez com o Padula, por telefone, sobre isso?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não. O que eu fiz foi o seguinte... Com o Padula, havia uma dificuldade muito grande de se falar. Tínhamos uma dificuldade muito grande de falar com o Padula, por alguns motivos. Existia a invasão das escolas, a reorganização da Secretaria de Educação. Às vezes, precisávamos falar com ele sobre outros assuntos e acabávamos não conseguindo, pois ele estava sempre em reunião, enfim, estava com seus afazeres.

A única vez em que consegui falar com ele... Falei uma vez com ele - e me recordo, se V. Exa. me permitir um aparte - em relação a um assunto específico de uma aposentadoria de uma professora que estava com uma dificuldade na Delegacia Regional de Ensino de Osasco. Dona Lourdes Gonçalves, se não me engano, era o nome dela. Eu precisava que o Padula me ajudasse a resolver esse problema da aposentadoria dela, pois ela estava brigando há tempos com isso.

No dia em que consegui falar, falei: “Padula, me ajuda em relação à Dona Lourdes. E eu atendi aqui o pessoal da Coaf e pedi para que protocolassem o documento de reequilíbrio”. Falei isso por telefone: “Ele estava achando que era aditivo e eu entendi que era reequilíbrio”. Recordo-me perfeitamente, assim como falei na Corregedoria. Ele disse: “Tudo bem. Manda protocolar no departamento específico, pois não sou eu quem analisa isso”. “Está bem, tchau, obrigado”. Não falou mais nada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Deputado, concede um aparte? Eu queria perguntar por que essas operações tinham que se dar pela Casa Civil? A secretaria tem o espaço adequado para que isso aconteça. A empresa que está prestando serviço, a cooperativa, pode formalizar um pedido diretamente à secretaria, ela não precisa... Aliás, isso é tráfico de influência, pois ela não precisa usar de outros locais, de outros agentes públicos, de outras secretarias para fazer essa solicitação. Se você presta serviço para uma determinada secretaria e precisa fazer o aditamento, você pode chegar lá, protocolar e o departamento competente da secretaria vai julgar se cabe o aditamento ou não.

Não estamos conseguindo entender por que foram buscar o senhor na Casa Civil para intermediar algo que tem que ser feito à luz do dia, sendo que há todos os instrumentos para fazer isso diretamente na secretaria.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não sei o motivo pelo qual ele me procurou, mas o que posso dizer é que a maioria das pessoas que procuram a chefia de gabinete, seja da Casa Civil, seja da Secretaria de Transportes Metropolitanos, o fazem porque estão tendo dificuldades em conseguir fazer alguma coisa. Na maioria das vezes. Isso acontecia muito na Secretaria dos Transportes Metropolitanos, seja com a EMTU, seja com o Metrô ou com a própria CPTM.

O que fiz foi exatamente o que eu fazia. Era rotina, não só da Casa Civil como também da Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Eu não decidi nada, eu simplesmente encaminhei. Eu recebia informações e pedidos de deputados, inclusive, quando estava nos Transportes Metropolitanos, pedidos para atendimento de alguém em relação à EMTU, em relação ao Metrô ou à CPTM. Na maioria das vezes, essas pessoas já ouviram um não. Eles procuram a chefia de gabinete achando que a resposta vai ser diferente. Na maioria das vezes, a maioria das respostas é não também.

Então, só fiz encaminhar. Não tratei, não pedi para que... Eu recebia pedidos de transferência. Se V. Exa. me permitir, vou citar exemplos: funcionário da Fundação Casa querendo sair de um lugar para outro; policial militar querendo sair de um lugar para outro; presos que mandavam cartas para o governador querendo ser transferidos de um lugar para outro, por estarem sendo ameaçados de morte.

Eu não tenho condições, como chefe de gabinete, de dizer sim ou não. A única coisa que eu fazia era encaminhar. Meu relacionamento, sempre institucional, era com chefias de gabinete. Se sou chefe de gabinete, trato com chefe de gabinete. Quando eu era assessor do Dr. Jurandir, o deputado me pedia ajuda e eu ia falar com o assessor da EMTU, do Metrô ou da CPTM. O chefe de gabinete falava com chefe de gabinete, o assessor falava com assessor. Então, foi o que fiz. Encaminhei para a Secretaria da Educação. Ela que diga se isso é possível de ser feito ou não. É basicamente isso. Não tenho nenhum juízo de valor em relação ao contrato, não tenho nada a ver com isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nesse sentido, tenho que concordar que o simples atendimento e eventual encaminhamento são até inerentes, em

tese, à atividade política. O que queremos saber é se, a partir disso, houve vantagens ou não, favorecimentos ou não. São coisas diferentes.

O senhor conversou, alguma vez, por telefone também, com o Sr. Marcel?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Conversei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Orientando-o, dizendo inclusive que o secretário iria cair...

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não. Nunca falei isso. Eu não tinha a informação de que o secretário iria cair. Isso eu não falei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele diz... Tem uma interceptação telefônica do dia 4 de dezembro em que o senhor manifesta preocupação, para eles agilizarem o pedido, pois o secretário iria cair, mas o Padula iria ficar.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não falei nada disso. Vossa Excelência reconhece a dificuldade que o chefe de gabinete tem para conseguir atender a demanda. A coisa é muito dinâmica: a pessoa pede informação, eu encaminho para quem de direito, a pessoa me responde sim ou não, e eu devolvo.

Eu fiz a minha parte, que era exatamente encaminhar. Isso foi em outubro. Ele tinha problema no documento na Junta e foi resolvido. Não tinha mais razão para ele ter mais alguma dúvida. Eu falei: “Amigo, protocole logo esse negócio ou você não vai ter sua resposta”. Não falei para protocolar por conta de caída de secretário. Eu não tinha essa informação, não tinha a informação de que o Padula iria continuar. Não tinha acesso a esse tipo de informação, nunca tive.

Então, a minha preocupação era: “Não tenho mais o que fazer, você já fez a sua parte, eu já fiz, já falei o que o senhor deve fazer”. Normalmente, as pessoas entendem a forma como você trabalha e acabou, está resolvido. Se sim ou se não, não tenho mais o que desgastar, não tenho mais o que falar. Eu falei: “Protocola logo!”. Acho que falei dessa forma, se não me engano, é o que deve estar na escuta: “Protocola logo!”. Mas não que tivesse relação com a caída de quem quer que seja. Nem sei em que dia caíram.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor disse, há pouco, que não emitiu juízo de valor. Mas o senhor colocou que não era um aditamento, que era um reequilíbrio financeiro do contrato.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então o senhor também fez uma indicação para a Secretaria da Educação nesse contrato, que era reequilíbrio financeiro. O senhor falou isso há pouco.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - A Lei de Licitação te dá o remédio jurídico para uma ação e outra. Há situações em que se permite ter o aditivo e há situações em que se permite ter o reequilíbrio econômico. Ele me relatou uma situação e disse que iria fazer o aditivo. Eu disse a ele: “Consulte o seu advogado, se é que a cooperativa tem advogado, pois, em minha opinião, você está indo para o caminho errado”. Não que isso fosse ser benéfico financeiramente, ou mais ou menos...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas então o senhor viu o contrato, leu o contrato, para chegar a esta conclusão...

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não. Não li, Excelência.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então, foi simplesmente uma ideia sua, de que o reequilíbrio era melhor do que o aditamento...

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não, foi pela explanação dele. Ele me disse que estava com dificuldades para honrar o contrato, pois os produtos que estavam entregando na Secretaria da Educação... Até então, eu não sabia nem quais eram, se era um, se eram dois, se eram dez. Não sei. Ele disse que estava com dificuldades. Por quê? Porque tinha o preço dos insumos, o preço do dólar, a recessão. Ele não conseguia vender. Eu falei: “Em minha opinião, juridicamente falando, a Lei de Licitação não entende que isso deva ser um aditivo. Isso deve ser um reequilíbrio”. Não sei se me fiz entender, mas foi isso. Foi exatamente essa a informação que passei a ele.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor conheceu o Marcel somente naquela ocasião?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não, o Marcel é uma pessoa conhecida, do PTB, estava sempre no governo. Já o tinha visto em vários eventos, mas nunca havia tido contato com ele.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o senhor o conhecia?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Já o conhecia. Eu estava lá desde março e ele me procurou só em outubro. Eu já o conhecia, mas ele me procurou só em outubro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que o senhor tem a dizer do freezer recebido?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Eu não recebi freezer nenhum, Excelência. O Marcel ouviu, em uma dessas presenças dele...

Eu tenho um amigo - amigo do meu pai, tem 75 anos de idade, foi um dos pedreiros que construíram a minha casa em Mongaguá - que iria inaugurar um bar. A Corregedoria esteve lá, o bar é um “pé pra fora”, um boteco, fica na esquina da minha casa, onde meus filhos cresceram. Tem uma pracinha na esquina da minha casa. Minha casa fica aqui, a casa da minha sogra fica na esquina e esse bar fica exatamente no meio. Ele me convidou para a inauguração do bar no dia 5 de dezembro, que era um sábado.

O Marcel presenciou uma conversa minha por telefone em que estávamos tentando adiar a inauguração do bar, pois o freezer havia queimado. Ele, Marcel, se ofereceu para entregar um freezer, pela cooperativa, em consignação - ele usou o termo consignação, mas acho que seria até comodato -, para colocar o produto da cooperativa, que era o suco de laranja. Eu falei: “Está certo. Está aqui o endereço do bar”. Era para ser, simplesmente, uma relação comercial entre a cooperativa e o bar.

Mas esse freezer não foi entregue, tanto que a Corregedoria foi lá... O freezer da Del Valle, o freezer que vai com o suquinho dentro nunca existiu, nunca apareceu. A Corregedoria foi lá e olhou e não tem. Não recebi dinheiro, freezer, não recebi absolutamente nada em relação a isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor achou normal? O senhor é uma pessoa experiente. Trabalhou na Junta Comercial, é advogado de formação, foi para a Secretaria dos Transportes praticamente no segundo mês. Ao estar na CPTM, foi chefe de gabinete, passou por outros órgãos de governo, foi chefe de gabinete da Casa Civil... Dentre os chefes de gabinete, eu diria que é o mais poderoso.

O senhor acha normal receber um presente da cooperativa?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não recebi o presente, Excelência. E não era um presente. Eu não recebi.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não recebeu porque não chegou...

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Ele se comprometeu a entregar um freezer em comodato. Como a Coca-Cola, como gelo, como carvão, como água. Esses produtos são vendidos em bares, padarias e botecos. Esse compromisso dele era de entregar um freezer em comodato. Achei normal porque não era para mim. Era apenas uma relação comercial entre o bar e a cooperativa. Era para ser isso: uma relação entre o bar e a cooperativa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas a cooperativa também tinha relação com o bar?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não, o Marcel me disse que a cooperativa tinha interesse em disponibilizar o produto para ser vendido e que a cooperativa tinha o freezer para colocar em comodato. Foi isso que ele me disse.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então o senhor negociou pelo bar?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Eu não negocieei, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Se estava tratando de comodato para vender produto, o senhor estava tratando como se fosse do bar.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Era para ser simplesmente uma relação comercial entre o bar - passei o endereço e o telefone - e a cooperativa. Não tenho nada a ver com isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mesmo que o senhor tenha tratado do bar, de uma relação privada... O senhor acha que era sua atribuição?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Eu não enxerguei nada de indevido em relação à minha atribuição, até porque foi ele que me ofereceu. Eu não perguntei, não pedi. Não enxerguei nenhum ato errôneo da minha parte.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor não mostrou, em nenhum momento, a foto do seu filho para ele?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - A foto do meu filho? Não entendi a pergunta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em algum momento o senhor mostrou a foto do seu filho para ele, dizendo que ele tinha problema de saúde?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Olha, Excelência, eu tenho o costume de citar, até para pegar experiência de outras pessoas... Tenho três filhos e meu filho do meio tem diabetes tipo 1. Quando assumi como chefe de gabinete, em 2011, nós descobrimos que ele tinha diabetes tipo 1. É uma luta de cinco, seis anos. Eu sempre costumo contar isso às pessoas com quem tenho contato, até para que me passem experiências, pois muitas pessoas têm problemas familiares semelhantes.

Se contei ao Marcel que eu tinha um filho com problemas de saúde, eu não me recordo. Desculpe, Excelência, mas, na Casa Civil, é das oito da manhã às cinco da tarde atendendo pessoas. Eu conversava muito com os funcionários. Mas não me recordo se falei ou se mostrei alguma foto. Não me lembro.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Voltando à questão do bar, em relação ao freezer. A Coaf também tinha interesse em colocar produtos nesse freezer, para serem vendidos no bar?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Sim, ela me disse que sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Puxa vida, tinha um contrato de tantos milhões com a secretaria. E o senhor mesmo falou que era um bar pequenininho. E a Coaf queria vender nesse bar? Para aumentar o rendimento dela, talvez?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não sei o motivo, mas ela me disse que sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor recebeu algum outro pedido do Marcel? Em relação aos diversos atendimentos que porventura tenha feito?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não. Só sobre a Secretaria da Educação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A sua relação com a Junta Comercial, além desse caso do Marcel... Porque o senhor, pelo que entendi, conhecia o Marcel de vista, tem um contato pessoal mais próximo. Essa ocasião que o senhor relata, quando o deputado estava... Mas começa a agir, de certa maneira, para dar informação ou operar para que a Coaf resolvesse os seus problemas, dentre eles o da Junta Comercial, a questão do aditivo, a questão do primeiro contato, a questão do atendimento na Educação. O senhor atuou perante a Junta Comercial para resolver o problema da Coaf, que era de alteração contratual, já que ele estava com problema de recebimento dos seus valores, pois havia mudado a direção. O senhor recebeu algum valor por isso?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não. Nenhum. Absolutamente nada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Era comum o senhor fazer esse atendimento perante a Jucesp?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Eu já tive várias situações, inclusive quando estava na Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Em relação a documentos do Metrô, CPTM e EMTU, que eram de interesse do Governo do Estado de São Paulo, eu procedia da mesma forma: mandava por e-mail... Tudo que eu fiz ficou registrado na minha máquina. Voltei para a CPTM na segunda-feira, e a Corregedoria viu, teve acesso às informações dos meus e-mails, ao que eu solicitei na Junta Comercial, inclusive o documento da cooperativa. Agi dessa forma. O documento saiu no prazo normal. O chefe de gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico foi prestar depoimento na Corregedoria, parece, e informou o tempo hábil em que isso foi resolvido. E é isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor atuou perante a Jucesp para alguma outra empresa?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Para empresa? De que forma?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para agilizar documentação de outra empresa.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Na Casa Civil, nunca. Só da Coaf, salvo melhor juízo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estou dizendo o seguinte: o senhor entrou em contato com a Jucesp, por alguma razão, da mesma maneira que o senhor fez para a Coaf? Para alguma outra empresa o senhor fez isso?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Algumas pessoas me procuravam, dizendo que a Junta Comercial estava com problemas. Foi implantado em 2015 um documento chamado DBE, que não lembro bem o que significa. E isso estava atrasando os documentos que são entregues às pessoas. Às vezes, algumas pessoas me pediam por e-mail ou telefone o protocolo, e eu encaminhava à Junta para verificar se aquilo estava no prazo normal. Mas nunca liguei para a Junta e falei: “Antecipe esse documento ou aquele”. Eu consultava... “Favor verificar” - era o que escrevia nos meus e-mails, quando questionado nesse sentido.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor trabalhou na Jucesp na década de 90: de 97 até quando?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - De 1995 até 2001.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estamos em 2016. Já se passaram 15 anos. Mesmo assim as pessoas te procuravam com frequência para tratar de problemas da Jucesp?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Com frequência, não. Só quando os documentos tinham algum problema de atraso. Mas isso era muito esporádico.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas não entendi por que elas te procuravam para tratar da Jucesp. Como eles sabiam que você podia resolver lá?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não era resolver. Era encaminhar para verificar. Talvez a pessoa não tivesse contato na Junta Comercial para saber por que o documento iria demorar. Eu só encaminhava, para verificarem se o documento iria demorar ou não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pelo que percebemos na Corregedoria, há várias tratativas: o senhor mandando e-mail para a Jucesp sobre outras empresas, dentre elas um caso da Hyundai Rotem, que é uma das empresas citadas no “trensão”. O senhor se lembra desse caso?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso está no e-mail de...

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Eu mandei para a Junta Comercial.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - No e-mail de quatro de dezembro de 2015. O senhor era ainda chefe de gabinete nesse período. E o senhor trata de um

caso da Hyundai Rotem, que como falei é uma das empresas citadas no “trensão”. Há outros casos aqui também. Parece que era algo recorrente, certo?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não... Eu trabalhava de acordo com a demanda, deputado. A pessoa me pedia informação na Junta Comercial, e eu enviava para a Junta Comercial.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - No caso aqui da WXM?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não me lembro de nenhuma delas. As pessoas me pediam informação, contato na Secretaria da Saúde, várias internações e pedidos; e eu encaminhava para o chefe de gabinete. Quando recebia pedidos da Fundação Casa, eu encaminhava para o chefe de gabinete da Secretaria da Justiça. Recebia pedidos da Secretaria de Polícia Militar e encaminhava. Há vários e-mails meus também para o chefe de gabinete da Segurança, da Administração Penitenciária, da Saúde. Que eu me recorde, são basicamente esses.

Eu simplesmente encaminhava por e-mail. Não havia nada a esconder, porque ninguém jamais me pediu nada de errado. Eu dizia “favor verificar”. Nunca escrevi “agilize”. Não pedi nem por telefone, nem pessoalmente, nem por e-mail. “Trate esse diferentemente daquele”, ou coisa que o valha... Sempre fiz tudo institucionalmente, a quem de direito. Nunca foi para outro aqui ou acolá, sempre foi direto para quem...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Esse caso o senhor não lembra, então?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não. Nem sei o nome... Às vezes, eu pedia até para a secretária escanear e mandar para analisar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quero voltar só a uma questão que considero gravíssima. O senhor é um funcionário que, como disse, militou na juventude do PSDB desde o início da década de 90, depois que se formou. E assim foi passando por sucessivos governos, ocupando cargos importantes, trabalhando praticamente na sua função de origem contratado como assessor. O senhor entra na CPTM já como assessor. E pelo que o senhor diz, com um salário alto. Mas trabalha

somente no governo Serra. Na verdade, não era o Jurandir, mas outro o secretário dos Transportes. O Jurandir é no governo Alckmin.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Era o Portella.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Jurandir é secretário do governo Alckmin desde a morte do Covas, e depois de 2010 também. Somente agora que ele saiu. Deve saber muita história, com certeza.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para encerrar, deputado. O seu tempo já se esgotou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor sempre teve um cargo alto, um poder alto. Foi chefe de gabinete também na Secretaria dos Transportes Metropolitanos, que é poderosíssima. Depois, vem para chefe de gabinete da Casa Civil. O senhor considera que seu retorno à CPTM agora foi uma punição?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não. Fui devolvido à CPTM todas as vezes que acharam necessário. O Dr. Jurandir saiu em 2006, como V. Exa. falou, e eu voltei para a CPTM. O Dr. Clodoaldo assumiu em 2015, e eu voltei para a CPTM. Da Casa Civil, voltei para a CPTM. Os chefes decidem: “Você vem trabalhar aqui; não quero mais você aqui, volte para a CPTM”. Foi assim nas três vezes.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Na sua exoneração, o secretário de Segurança sabia da operação que estava ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, seu tempo já se esgotou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para concluir, Sr. Presidente. O secretário da Segurança sabia da operação. Isso foram os próprios delegados que disseram aqui; que a todo momento foi comunicado. Parece que ele usou o mesmo método que ele soube como ministro da Justiça - da Lava Jato. Mas de forma diferente: na Lava Jato, ele anuncia uma operação que vai ocorrer no dia seguinte no palanque

eleitoral. Aqui, tudo indica que ele pede a exoneração um dia antes da revelação pública da Alba Branca. Isso, para nós, é muito estranho. O senhor, como disse, não foi punido ao ir para lá. Simplesmente foi devolvido.

Queremos checar também se outros funcionários de fato foram ou não devolvidos: quantos, quais, qual a razão e qual o tempo. Essa informação é importante, para compararmos com o seu depoimento. E o senhor continua nomeado, bem posicionado, lá na estação do Brás. E o governo não fez nada de mais ao senhor. Pelo contrário: em agosto do ano passado, houve a decisão de você não devolver os recursos que teriam sido recebidos a mais, como gratificação passando do teto. Ou seja, há uma influência política. E agora houve essa exoneração sua, depois de todo o envolvimento na Alba Branca, para ficar quietinho no seu canto. Isso, para nós é de fato muito estranho. Sr. Presidente, a princípio é só.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Registro as presenças dos nobres deputados José Zico Prado, Ana do Carmo e João Paulo Rillo. Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores que nos acompanham, eu sinceramente quero manifestar uma opinião. A meu ver, o senhor está passando por todo esse aborrecimento, Luiz Roberto, por ter cumprido suas funções. Nós que estamos na política sabemos que esse tipo de procedimento acontece com pessoas que usam cargos semelhantes ao seu todo santo dia, às dezenas. Faz parte da sadia atividade política no Brasil essa atuação que o senhor teve. O senhor sofreu alguma punição, foi admoestado alguma vez nos 21 anos de trabalho seu - de 1995 até 2016?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não, Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu mesmo recorri ao senhor, quando o senhor era chefe de gabinete do secretário Jurandir. O senhor sempre se comportou, a meu ver, como cidadão correto no exercício de uma função importante. O senhor era um militante do PSDB, o que eu lamento, porque na ocasião quem perdeu para o Covas fui eu. Eu, José Dirceu e Francisco Rossi. Eu gostaria que o senhor tivesse trabalhado para o Barros Munhoz e não tivesse conseguido trabalhar no governo do PSDB do Covas.

Brincadeira à parte, acho que ele foi um grande governador e um grande político, acima de tudo, tanto que sempre nos respeitamos muito, sempre tive grande consideração por ele.

O que quero dizer é que surpresa existe. Posso citar de cabeça vários militantes de vários partidos que, quando seus partidos chegaram ao poder, foram utilizados. Isso faz parte - meu Deus do céu - da atividade política. E, sinceramente, se o cara ouviu uma conversa sua, de que precisava adiar a inauguração por causa de um freezer, e ofereceu o freezer não para dar de presente, mas para isso que o senhor falou, que também é comum, sem dúvida alguma... É uma atividade rotineira em bares.

Sinceramente, eu queria entender melhor o que o senhor está passando. Mas vou lhe fazer apenas uma pergunta. Estão querendo incriminá-lo por um erro que, se foi cometido, foi pelo secretário da Segurança. O senhor tem a consciência tranquila de que não fez absolutamente nada de errado?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Sim, Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Era só isso.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Vossa Excelência não queria que ele dissesse que tem a consciência pesada...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado Barros Munhoz, permita-me um aparte no seu tempo. Quero aproveitar para fazer uma pergunta. Alguma vez, o presidente desta Casa, deputado Fernando Capez, fez algum pedido em relação à Coaf? Teve alguma relação com a Coaf?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não, nenhuma.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - É evidente. Não precisa nem perguntar para saber a resposta.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Acho que tem que perguntar sim, deputado, porque as coisas aqui devem ser claras. Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Eu quero perguntar ao senhor Luiz Roberto: o senhor é de carreira ou comissionado?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Meu cargo é de livre provimento.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Então, o senhor é comissionado.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não, sou funcionário da CPTM. Comissionado é quando sou afastado...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Eu quero dizer o seguinte: o senhor está lá por concurso público ou por indicação política?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - É livre provimento. Não é concurso público.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Indicação política. O ato falho aqui... Não vou entrar em detalhes, perguntar coisas objetivas para o senhor, pois já sei a resposta. Vocês, eficientes como são, ganharam todas as eleições que disputaram no estado de São Paulo. Dão de lavada em todo mundo. E o povo parece reconhecer essa eficiência: vocês são bons pra caramba. Todos vocês foram enganados - o senhor, Fernando Capez, Edson Aparecido, Geraldo Alckmin - por um tal de Marcel. É isso? Eu queria me solidarizar com vocês. Vocês são vítimas. O depoimento do senhor está claro. Vocês foram todos enganados pelo Marcel.

O seu ato falho é quando o senhor diz assim: “Fui devolvido”. “Por que o senhor saiu?” “Porque fui devolvido; os chefes comandam e tal”. O senhor se comporta como se fosse um funcionário do estado. Quem paga por apropriação do estado - e está pagando caro - é o Partido dos Trabalhadores, com seus acertos e erros. Mas quem de fato se apropriou são vocês. O senhor se comporta como se o estado fosse seu: “Fui devolvido; meu chefe quis assim ou quis assado”. De tão encalacrado que está. Vocês se apropriaram completamente do estado e merecem parabéns por essa eficiência. Os resultados estão aí.

Senhor Luiz Roberto... Não quero chamá-lo de Moita, pois esse nome é muito sugestivo. Prefiro chamá-lo de Luiz Roberto. Na sua cabeça, o que aconteceu? Esse esquema de corrupção, que está provado; esquema de direcionamento de licitação e superfaturamento - isso é coisa de quem? Apenas do demônio junto com o Marcel? Quem é esse demônio que ajudou a enfeitiçar todos vocês? Quem é esse demônio que permitiu que alguém ludibriasse todo mundo, passeasse por gabinetes, envolvendo tantos assessores? Quem é o diabo que orienta esse gênio chamado Marcel que enganou todos vocês? Quando o deputado Barros Munhoz faz a defesa - correta - de que isso é pequeno e são erros formais, ele tem razão. Você acha que o esquema do PSDB tem suco de laranja? Você acha que o que financia essa máquina poderosa e compra todo mundo está no suco de laranja? Está em metais, em ferro, em recursos naturais, em água, no patrimônio brasileiro e paulista, que é vendido.

Mas os quadrilheiros são outros. Não estou aqui defendendo nem fazendo comparativo. Sou um daqueles que estão ansiosos para discutir, dentro do partido, se vamos mudar ou continuar com o cara que se enriqueceu também. Se vamos fazer uma transformação nesse partido que tem uma história ou vamos permitir ser colocados, nós todos, na vala comum, por causa de gente que se enriqueceu através de maracutaia, malandragem; e há muita gente assim no seu partido. Mas a diferença é que vocês gozam da impunidade eterna. Vocês são inimputáveis aqui no estado de São Paulo. Está na cara, pelo seu constrangimento... Desculpe-me. Acho que você é um peão da corrupção, não é o formulador dela. Eu devo te respeitar, porque é realmente constrangedor ficar dando um monte de respostas.

A CPI está dada; o relatório está pronto. Mas a política é um jogo que nunca termina. Os desastres políticos estão aí para a história. Aquele que alçava voo para ser governador do estado hoje tem que pedir pelo amor de Deus para voltar a dar palestra e retirar quem vaiar. E acha que está todo, todo. Eu sei que não vai dar nada para vocês. Mas está formulado. Valeu a pena os estudantes terem ocupado esta Assembleia. Está na cara, pelo depoimento de vocês aqui: há um grande esqueminha de corrupção ali. Todos vocês foram enganados pelo Marcel. Esse é o resultado final na Justiça, na CPI, na polícia e no Ministério Público.

Agora, se o senhor puder responder: o senhor tem desconfiança de quem é o diabo que orienta o Marcel e o ajuda a fazer tudo isso? Não faça essa cara de espanto, deputado presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É uma pergunta bastante estranha, deputado.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Não. Ele responde se quiser. Vou mudar: quem é o gênio, o ser iluminado que ajudou o Marcel a dar o golpe em tanta gente, com ajuda do estado?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não faço ideia, Excelência.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quem é o santo?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Esgotado o tempo. Tem a palavra o nobre deputado Gilmaci Santos.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Sr. Presidente, não tenho pergunta.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Bom dia, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Luiz Roberto. Essas intercessões que eram feitas na Casa Civil quando você era chefe de gabinete vinham de deputados, empresas. Era o papel que a Casa Civil fazia. É isso?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Perfeitamente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Você pegava, repassava...

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Sempre por e-mail, sempre no institucional e sempre no nível hierárquico com quem de direito - no caso, o chefe de gabinete.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - No e-mail institucional...

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Da Casa Civil.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - E todos esses e-mails estão...

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - A Corregedoria levantou todos.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A Corregedoria levantou todos. Quando vejo essas desculpas e falácias que ouvimos na CPI, fico muito preocupado. Todo agente político - todos nós, deputados e deputadas - temos demandas todos os dias. “O estado não pagou isso, não pagou aquilo”, ou “a secretaria atrasou isso, atrasou aquilo”. Vamos ter que parar de fazer esse tipo de atividade porque, pelo que estou entendendo, alguns deputados e deputadas estão achando que isso é irregular. Em minha opinião, não é. É papel da nossa atividade.

Não é papel da nossa atividade ajudar um contrato que não é regular e correto. E pelo que entendi até agora da sua fala, não foi isso que foi feito e nem isso que foi pedido. Preocupa-me quando, no começo da sua fala, você disse que a primeira vez que você viu o Marcel ou alguém, estava junto com um deputado federal e que ele te entregou um cartão. Cartão de assessor parlamentar do deputado, é isso?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Tenho quase certeza de que sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Assessor parlamentar do deputado...

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Ele estava à frente do deputado; os dois estavam juntos. Ele se apresentou como assessor do deputado e como representante da Coaf. Não me recordo se ele entregou o cartão agora. Posso cometer um erro.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A assessoria do gabinete fez alguns pedidos ao delegado-geral, para pegar as fichas policiais das pessoas da Coaf. Adriano Miller é estelionatário. Esteve aqui e posou de santinho. Cassio Chebabi tem duas ocorrências na Delegacia da Mulher e também relativas a porte de arma de fogo. Carlos Alberto Santana veio aqui e não sabia de nada. Não sei se vocês lembram que ele veio aqui e falou. Foi imputado no Art. 241, da Lei 8.069/90, por pedofilia: “comercializar foto de cunho sexual de menor”. Você percebe que...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vossa Excelência me concede um aparte? O maior crime que eles cometeram foi fundar uma falsa cooperativa. A Coaf não é cooperativa. O cara que não é agricultor familiar não pode ser...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A deputada Marcia Lia falou isso todo dia aqui. No que diz respeito à pergunta do deputado João Paulo Rillo e de outros deputados, a quadrilha foi formada em cima de uma cooperativa para dar golpe em prefeituras, em estados. Levantamos o demonstrativo financeiro da Coaf referente ao período de primeiro de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 e ao período de primeiro de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015. Em 2014, ela faturou quase 52 milhões de reais, sendo seis milhões e pouco do estado e 45 milhões dos municípios. Piorou em 2015. Foram 143 milhões: cinco milhões e pouco do estado e 138 milhões das prefeituras.

Quero encerrar dizendo que precisamos trazer as prefeituras aqui também para ouvi-las porque não é possível: seis milhões do estado e 135 milhões dos municípios, seja do PSDB, do PT, do PTB, todos os municípios que estão envolvidos na relação que foi passada.

Segundo, fizemos um requerimento pedindo cópia de Ribeirão e o juiz federal respondeu dizendo que temos de pedir judicialmente. Acho que temos aí um imbróglio para resolver. Moita, eu gostaria de fazer uma última pergunta a você.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PMDB - Deputado, encerre por favor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Você foi avisado da operação por isso saiu da Casa Civil?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não, não fui avisado. O secretário Edson Aparecido me chamou na segunda-feira - nós já tínhamos discutido isso anteriormente, a devolução dos funcionários das empresas em virtude da recessão econômica, da queda de arrecadação, nós tínhamos de voltar para as empresas, isso foi decidido meses antes ou semanas antes - e disse: “Aquilo que falei aconteceu. Você

volta para a CPTM a partir de agora. Nós vamos nomear o chefe de gabinete e você vai para lá”. Foi o que ele me falou. Só isso.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A próxima inscrita é a deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quero cumprimentar os nobres colegas que aqui se encontram, da mesma forma o depoente.

Quero fazer algumas considerações que entendo importantes neste momento. Primeiro, temos de separar o que são interseções no sentido de facilitar a vida de algumas prefeituras e agentes públicos do tráfico de influência. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Vamos começar por isso.

Segundo, de uma leitura muito rápida que fiz agora em relação ao parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre a situação da Coaf e das compras efetivadas pelo Governo do Estado, não obstante o Governo do Estado ter comprado 100% da Coaf com recursos federais - portanto, esse processo foi direcionado para o Tribunal de Contas da União -, há algumas informações muito importantes que vão ao encontro de uma fala do senhor e a minha pergunta é uma só: quando o senhor disse que recebeu o Marcel, o iluminado segundo o deputado João Paulo Rillo, o senhor disse que teria reorientado sobre um provável reequilíbrio financeiro, que ele teria de dirigir a solicitação à Secretaria de Estado da Educação.

O senhor sabia - isso consta do relatório do Tribunal de Contas -, o senhor atentou para isso? Pegou a documentação? O senhor é advogado não é?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Sim, senhora.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor deve ter emitido essa opinião, esse parecer em decorrência de análise de alguns documentos, óbvio. Ninguém diz que é aumento de preço, reequilíbrio de contrato se não analisar. Eu sou advogada e não faria isso, não sei qual foi a sua atuação. Mas há muito claro no relatório do Tribunal de Contas informações de que... Primeiro, tem uma série de considerações sobre as irregularidades do processo licitatório. Essas perguntas vou deixar para a Dione, que será uma das próximas pessoas a conversar conosco aqui. Mas em relação ao senhor quero perguntar se sabia que o preço do suco de laranja praticado no mercado... Por

exemplo: a compra de um litro de suco de laranja em embalagem cartonada que custa no mercado 2,50 foi pago até 13 reais e noventa.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não, Excelência, não sabia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Que o estado, na maior parte das vezes, pagou seis reais e dez centavos a caixa de suco de laranja que nós compramos hoje - isso em 2014, 2015, 2013 - no mercado por três, dependendo do lugar quatro? Isso no mercado comum, lá no Atacadão, no Savegnago. Que lá atrás, quando do processo de dispensa de licitação, o estado pagou valores infinitamente superiores? Consta do relatório do Tribunal de Contas do Estado. Aí o senhor orienta para um reequilíbrio de contrato. Não é estranho? O que o senhor tem a me dizer sobre esse detalhe?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não existia documento algum. A minha análise jurídica foi em cima daquilo que ele me falou no dia. Ele disse que estava com dificuldade de honrar o contrato em virtude da alta do dólar, do preço dos insumos...

A SRA. MARCIA LIA - PT - O que tem a ver fazer suco de laranja com a alta do dólar? Eu acho temerário um advogado, uma pessoa que trabalha no gabinete da Casa Civil, emitir um parecer falando em reequilíbrio econômico financeiro de um contrato com o estado de São Paulo, que já era superfaturado - está apontado pelo Tribunal de Contas. Aí o senhor dá um parecer sem se ater ao detalhe do valor, das condições da contratação. O senhor não acha muito temerária essa opinião que o senhor emitiu?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Eu entendi naquele momento que deveria orientar de acordo com a lei de licitações. Para mim, o remédio jurídico pelo que ele estava apresentando não era um aditivo. Era um...

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor sabia que esse contrato foi feito com base em uma lei federal, não lembro o número exato, que dispensa a licitação pelos moldes da Lei 8.666?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não, não sabia Excelência, até então não sabia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Devia saber. Para emitir parecer devia saber.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para encerrar, deputada, que já esgotou o tempo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vossa Excelência daria um aparte de 10 segundos?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Lógico.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Só quero explicar que às vezes o que parece inverossímil é correto. O preço da laranja no Brasil sofre uma grande influência do preço do dólar, aliás, o preço da soja também, o preço do café.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E só para a Coaf. Para o que é vendido no mercado não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O maior e mais vergonhoso cartel deste País é o da laranja, comandado pela Cutrale. Ela dominou o preço da laranja e domina ainda. Esse cartel é de três empresas. Existiam 150 empresas moedoras de laranja, hoje existem três ou quatro.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu sei disso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E é baseado no preço do dólar. Quero fazer essa colocação para dizer que não é nenhum absurdo. É verdadeiro isso.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Só que o mercado ainda disponibiliza embalagem de um litro de suco de laranja por três, quatro e foi pago até 13 reais e noventa. Está aqui no relatório do Tribunal de Contas. Não sou eu que estou dizendo não. Alguma coisa estranha houve tanto no processo licitatório quanto na interferência política que

houve pelas pessoas que facilitaram, que promoveram a possibilidade de que esse contrato fosse, a despeito das irregularidades do processo licitatório, aprovado pela Secretaria Estadual da Educação. Nós realmente temos de verificar isso porque o Tribunal de Contas da União com certeza também está aferindo essas irregularidades porque como...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputada, por favor encerre.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Estou concluindo, um minutinho, Sr. Presidente. Vossa Excelência foi tolerante com todo mundo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Estou sendo tolerante com a senhora já em dois minutos.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu gostaria de deixar consignado que nós temos cara de bobo, mas não somos. Nós sabemos o que permeia as relações e as facilitações feitas em vários órgãos estaduais.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. Antes, porém, quero registrar as nobres presenças dos deputados Enio Tatto e Sebastião Santos.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Primeiramente quero cumprimentar as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, cumprimentar o Luiz Roberto, cumprimentar os estudantes que acompanham esta reunião junto conosco.

Estou frustrado porque estamos discutindo um dos problemas mais sérios no estado de São Paulo, que é essa questão da merenda - só não vê quem não quer, quem não vai à escola ver o que as crianças estão comendo - e nunca vi um depoente falar aqui que sabe como está a situação. O senhor sabe qual é a qualidade da merenda fornecida?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Nenhum depoente sabe aquilo que as crianças estão comendo nas escolas. Ninguém foi reclamar isso para o governador. Não foi na Casa Civil, não foi na Secretaria da Educação e é justamente por isso que instalamos a CPI. Porque nós queremos deixar claro para a população do estado de São Paulo a qualidade e o custo, e parece que nenhum de nós tem coragem e clareza do que temos de fazer para resolver esse problema. Por isso vou encerrar por aqui. Mas isso não vai me desanimar em lutar contra a situação que tenho visto nas escolas no estado de São Paulo.

Passo o restante do meu tempo ao deputado Alencar Santana Braga.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor em alguma oportunidade conversou com o Sr. Adriano Miller?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Há uma gravação de uma conversa ao telefone - Barros, mais um mentiroso. O Carlão falou de várias pessoas processadas que seriam bandidos na visão dele. Como disseram o delegado e o promotor, teria de ter bandido também do outro lado. Palavras do delegado. Sem a atuação dos bandidos do outro lado não teríamos isso.

No processo de Bebedouro há uma gravação do senhor falando com o Sr. Adriano que vai ver negócio lá em Mongaguá, cidade, inclusive, onde o senhor tem uma casa.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Adriano não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor falou com quem sobre isso, então?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - O Marcel.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ah, o senhor tratou isso com o Marcel.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Como falei no comodato do freezer, também me disse que gostaria de vender o suco de laranja nas praias. Ele tinha interesse em ampliar os negócios da cooperativa. Eu liguei, do município onde moro, para perguntar como funcionava.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para quem?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Para o diretor de Registro de Comércio que se chama Márcio. Falei com ele e ele me disse: “Em Mongaguá tem uma pessoa que vende...”

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, além de chefe de gabinete o senhor atuou como um negociador ali. Seu cargo era para isso: manda e-mail para lá, manda e-mail para cá, manda para a empresa do Trensallão. O senhor atuou como um negociador, ao que parece. O senhor disse que não e agora atuou em Mongaguá. O senhor disse que não o avisou sobre o secretário, que não sabia. O senhor não sabia que o secretário tinha caído quando falou com o Marcel?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não, não sabia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Na gravação está o senhor dizendo: “O secretário caiu, já está na Internet.” Não sou eu que estou dizendo e não está em depoimento.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Excelência, o senhor me desculpe. Eu não me lembro se falei...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não se lembra de nada? Do que o senhor lembra, afinal?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Que ia cair ou se já caiu. Se já caiu era fato.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor disse que não sabia, mas na gravação diz que sabia. O senhor diz com todas as letras: “Está na Internet já, temos de agir rápido.” Está na degravação da conversa ao telefone isso. Não é invenção da minha cabeça. “O nosso amigo está lá ainda. Vamos agir.” O que o senhor tem a dizer agora?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Eu não me recordo, Excelência, confesso ao senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor conhece o pai do Sr. Marcel?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Conheço. Ele esteve lá uma vez junto com o Marcel.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele disse em depoimento à Polícia que o senhor tinha amizade de muito tempo com o Marcel, que tinha tratado de outros negócios com ele várias vezes. Ele é mentiroso?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - O pai do Marcel?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Desconheço.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele é mentiroso?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não sei se é mentiroso. Acho que é.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Os membros da Coaf que disseram que deram 40 mil reais para o senhor agir na Jucesp são mentirosos?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Mentirosos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A história do freezer também é mentirosa?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Também é mentirosa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - De fato, Barros, é difícil entender. Como o senhor diz aqui, quem sabe vem um mentiroso novo, chegou mais um.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu não estou querendo me decepcionar, mas já comecei a me decepcionar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Chegou mais um. Olha, eu também estava quase, quase... Ainda bem que me salvaram. Cada dia vem um novo. Porque o senhor diz que não sabia, que não falou com ninguém. Agora agiu lá em Mongaguá.

Deixe eu pegar o material da degravação. É seu Moita. Aliás, desculpe perguntar: qual a razão do seu apelido?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - É simples. Por vários anos eu subi - e continuo subindo - de fretado. Eu moro entre Mongaguá e Itanhaém: mo; ita. Você não escolhe apelido. As pessoas chegaram a cogitar...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Aí é demais.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Mas é a pura verdade. Chegou-se a cogitar em montar uma associação de executivos de Mongaguá e Itanhaém, que pegou o apelido de moita. Aí começaram a me chamar de moita na Junta. É isso, Excelência, é a pura verdade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Marcel conversando com o interlocutor 2:

“Eu vou te passar para o Moita, tá.

Ah, tá bom, fechado, obrigado.

Oi, Moita, tudo bem?

Tudo bem, graças a Deus. Acabei de falar com o Padula.

Opa.

Ele entende assim como eu, que não é aditivo, tá. É reequilíbrio.

Ah, tem de pedir para reequilíbrio, né?

É. Não pode aditivo porque você está mantendo o preço.”

Aí, o Moita fala: “Caiu o Herman, viu. Já está na Internet.

Entendi.”

O senhor afirma: “Está na Internet.”

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Falei com o Marcel. Vossa Excelência me perguntou se eu tinha falado com Adriano Miller. Eu não me recordo de ter falado com Adriano Miller. Eu falei isso com o Marcel.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso aqui é sobre o secretário com o Marcel.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Que já tinha caído. Não que ia cair. O senhor me perguntou anteriormente se eu sabia que o secretário ia cair. Eu disse que não sabia e não sabia mesmo. Eu não falei com outra pessoa a não ser o Marcel. Não me recordo de ter falado com outra pessoa além do Marcel.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor passou como chefe de gabinete também da secretaria...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, o tempo já se esgotou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Dos Transportes. Parece que foi um bom chefe de gabinete, tanto que depois vai para chefe de gabinete da Casa Civil. O senhor reportava tudo ao secretário?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Do meu dia-a-dia?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sim.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor Edson Aparecido então sabia o que você fez pela Coaf?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - O senhor está falando dos Transportes Metropolitanos ou da Casa Civil? Não, não sabia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, para a Casa Civil você não falava nada do que fazia.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Desse assunto nunca tratei com ele.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tudo o que o senhor fazia o senhor passava ao seu secretário?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Eu não tinha tempo hábil de falar com ele sobre o meu dia-a-dia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, você tinha liberdade para fazer o que quisesse.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Institucionalmente sempre fiz.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, o senhor atuava sem o secretário saber.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Em relação a isso foi dessa forma.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E sobre as demais coisas?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Ele só me dava “um oriente” de como fazer as coisas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nesse caso, alguém lhe orientou? Só nesse caso que não houve orientação?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não estou entendendo, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quero saber se o senhor se reportava ao seu secretário.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Em relação a...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ao seu trabalho.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Era muito difícil conseguir despachar inclusive com o próprio secretário Edson Aparecido.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, o senhor tinha autonomia.

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Tinha autonomia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nesse caso, o senhor passou ou não?

O SR. LUIZ ROBERTO DOS SANTOS - Não. Em relação à Coaf não falei com ele, nunca tratei com ele sobre isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Parabéns. Vocês estão bem treinados.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não havendo mais inscritos, está encerrado o depoimento do Sr. Luiz Roberto dos Santos. Peço que conduzam o segundo depoente ao plenário, por favor.

A Presidência suspende a reunião por cinco minutos.

* * *

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Solicito que o advogado que acompanha o depoente Fernando Padula se apresente, por favor.

O SR. LUIZ AUGUSTO DINIZ ALONSO - Sou advogado, meu nome é Luiz Augusto Diniz Alonso, OAB 274.338. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Obrigado. Só queria fazer duas observações importantes.

Primeiro, quero dizer ao Sr. Fernando Padula que ele está aqui como testemunha e, por isso, tem o dever de falar a verdade, sob todas as penas da lei, tanto do ponto de vista civil como criminal. Segundo, quero orientar o advogado de que ele pode acompanhar, mas não pode conversar com o depoente, a não ser em questões que sejam pertinentes a dúvidas jurídicas.

É de praxe nesta Comissão, Sr. Fernando Padula, que as pessoas façam uma pequena exposição de suas atuações, onde estão, os cargos que ocuparam. Conte um pouquinho de sua trajetória dentro do Poder Público e fale, de início, aquilo que conhece dos fatos que estão sendo apurados por esta CPI, em especial, do caso Coaf. Gostaríamos que o senhor fizesse uma pequena exposição, trazendo a público essas informações, para depois passarmos para os Srs. Deputados fazerem as perguntas.

Só quero lembrar que agora são 11 horas e 03 minutos, portanto, até as 12 horas e 03 minutos os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas podem se inscrever para fazer as suas perguntas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deixe-o falar primeiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É que V. Exa. sempre contou o tempo depois de o depoente falar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Depois?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está bem, então faremos isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pelo não, são alguns minutos a mais. O deputado Enio não falou por três minutos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Se é essa a praxe, deputado, vai ser respeitada.

Tem a palavra o servidor público Fernando Padula.

O SR. FERNANDO PADULA - Muito bom dia aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui para prestar esses esclarecimentos para que logo a verdade venha à tona.

Eu sou Fernando Padula Novaes, servidor público, cargo efetivo. Estou no Estado desde 1999. Estive na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social como chefe de gabinete, de 2003 a 2007, depois fui ser chefe de gabinete da Secretaria da Educação, de 2007 a 02 de fevereiro de 2016. Agora estou coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A Secretaria da Educação tem 5.200 escolas, 300.000 servidores e uma estrutura por uma lógica de assuntos. Esta Assembleia mesmo aprovou, em 2011, uma reorganização da secretaria e criação de cargos, que tinha uma lógica regional, Coordenadoria do Interior, da Capital, e passou a ter uma lógica por assunto, Coordenadoria Pedagógica, Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares e assim por diante, até somar seis secretarias.

Este assunto específico, que é o do suco de laranja, é afeto a uma coordenadoria que recebe o nome de Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares. Dentro dessa Coordenadoria tem um departamento, que é o Departamento de Alimentação e Atenção ao Aluno. Ele cuida da alimentação de maneira geral e cabe a ele também a execução da lei federal de cumprir a execução de 30% destinado do valor da merenda para a agricultura familiar na compra de suco de laranja, que, inclusive, é o objeto desta Comissão.

Eu tomei conhecimento do fato pela imprensa. Tão logo tomei conhecimento, por iniciativa minha, então chefe de gabinete, solicitei à Corregedoria Geral da Administração, setorial Educação, que abrisse uma investigação. Esse assunto não é afeto, como eu expliquei anteriormente, à chefia de gabinete. Eu tomei conhecimento do fato do suco de laranja pela imprensa e pedi a medida cabível ao órgão que deve investigar, porque a minha função é de executor, gestor da secretaria, e não de investigador.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Uma última informação. O senhor conhece alguma pessoa da cooperativa, da Coaf?

O SR. FERNANDO PADULA - Não, não conheço nenhuma dessas pessoas, nunca tive contato com elas.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - São 11 horas e 07 minutos. Até as 12 horas e 07 minutos os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas podem se inscrever para falar.

A primeira inscrita é a nobre deputada Marcia Lia. Tem V. Exa. o tempo de cinco minutos para fazer as perguntas.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Primeiro, eu quero cumprimentar o depoente e o seu advogado. Rapidamente, quero fazer algumas questões.

Como ocorriam as chamadas públicas na Secretaria Estadual da Educação?

O SR. FERNANDO PADULA - As chamadas públicas, atendendo à legislação federal, eram feitas pelo Departamento de Alimentação e Atenção ao Aluno e pelo Departamento de Licitação da secretaria, que seguiam as regras federais e antes submetiam à Procuradoria Geral do Estado, consultoria jurídica da Pasta.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quais os nomes das pessoas que participaram das compras dessas chamadas públicas?

O SR. FERNANDO PADULA - Deputada, eu não sei. Preciso verificar...

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor era chefe de gabinete, o senhor não sabe quem eram?

O SR. FERNANDO PADULA - Deputada, tinham 300 mil servidores na secretaria.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Mas 300 mil servidores comprando merenda pela chamada pública?

O SR. FERNANDO PADULA - Não, tinha o departamento específico que cuidava desse assunto.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Tem 300 mil pessoas no departamento de compras?

O SR. FERNANDO PADULA - A secretaria tem 300 mil pessoas.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Quem era o chefe desse departamento?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quem eram as pessoas responsáveis pelas chamadas públicas?

O SR. FERNANDO PADULA - Os chefes do departamento foram: Orlando Gerola, depois Rodrigo Pimenta e, mais recentemente, Geórgia. São os responsáveis.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor poderia mencionar quais os contratos que foram efetivados para compra de merenda escolar além da Coaf?

O SR. FERNANDO PADULA - Todos os contratos?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Alguns, pelo menos.

O SR. FERNANDO PADULA - Os contratos que têm de merenda, que eu saiba, tem arroz, feijão, macarrão...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Mas quais empresas venciam essas licitações?

O SR. FERNANDO PADULA - Desconheço, mas está tudo publicado no Diário Oficial.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu não quero, se eu precisasse verificar o Diário Oficial não precisava fazer a CPI, não precisava perguntar para o senhor.

O SR. FERNANDO PADULA - Mas, deputada, não era minha responsabilidade.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Mas o senhor era chefe de gabinete do secretário, o senhor não sabia quais eram as empresas que vendiam merenda escolar para o Estado?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor não tratava nada sobre contratação?

O SR. FERNANDO PADULA - De merenda? Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como o senhor orientava sobre o reequilíbrio?

O SR. FERNANDO PADULA - Eu não orientei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não orientou? O Moita acabou de dizer que falou com você. Então ele está mentindo?

O SR. FERNANDO PADULA - Não, deputado, eu já disse...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Moita está mentindo?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Desculpe-me, mas eu não ouvi o Moita dizendo isso não. (Falas sobrepostas.)

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Falou sim! Falou que ligou e está no depoimento. Falou: “Eu liguei, falei diversas vezes e está no depoimento da Corregedoria”.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, não faça afirmação inverídica. Ele não falou, em nenhum momento, isso, deputado.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Alguém poderia trazer os autos aqui?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - “Conversei com ele diversas vezes, sobre diversos assuntos e, em uma delas, eu falei sobre o contrato. Perguntei se era reequilíbrio.” E está na transcrição dele.

A SRA. MARCIA LIA - PT - A transcrição, por favor. É simples.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isto daqui é brincadeira! Está pensando que nós somos as coordenadoras das escolas de ensino que você quis manipular na reorganização, naquela reunião secreta? Respeite este deputado e esta CPI. Todos, aliás.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Concede-me um aparte de 30 segundos?

A SRA. MARCIA LIA - PT - Trinta segundos.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Deputado Alencar, com total isenção, a não ser que eu esteja enganado, o que o Moita falou foi que foi solicitado a ele uma orientação, que o Marcel dizia que pretendia um aditivo. O Moita disse que orientou, no caso, que não seria aditivo, seria reequilíbrio financeiro. Pelo o que eu entendi, o Moita pode ter até ligado para o chefe de gabinete, mas, em nenhum momento, ele disse que o chefe de gabinete respondeu que faria isso ou aquilo. Pelo menos eu entendi assim. Vossa Excelência pode me mostrar o contrário...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vou mostrar para V. Exa. ler.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Tudo bem, com total isenção.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - A deputada Marcia Lia me deu um aparte. Quero reproduzir aqui a fala de uma transcrição do jornal "Estadão". Por telefone:

Moita: Alô.

Marcel: Moita, tudo bem?

Moita: Tudo bem, graças a Deus. Acabei de falar com o Padula.

Marcel: Opa.

Moita: E ele entende, assim como eu, que não é aditivo, tá?

Marcel: Ah...

Moita: É reequilíbrio econômico.

Marcel: Ah, então tem que pedir por reequilíbrio, né?

Moita: É, não põe aditivo. É porque você não tá mantendo o preço.

Marcel: Ah...

Moita: Se tá pedindo a atualização monetária de dólar, aquelas coisa, entendeu?"

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputada, eu não vou discutir depoimento. O que estou dizendo é que aqui não foi falado isso. Nesta Comissão não foi falado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É apenas para contradizer o que ele está falando. Dá licença. Eu estou com o aparte da deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu dei aparte para a deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Está no depoimento da Corregedoria, na Corregedoria Geral da Administração, que “o depoente se recorda que falou com o chefe de gabinete da Secretaria da Educação para tratar de assuntos diversos, várias vezes, através de telefone fixo e celular corporativo. Em uma delas, aproveitou para comentar com o chefe de gabinete da Educação que o representante da Coaf iria procurar a secretaria no sentido de requerer o reequilíbrio financeiro no contrato em andamento, sendo que o referido chefe de gabinete comentou com o depoente que o representante da cooperativa deveria protocolar o pedido no departamento da secretaria responsável pelo contrato para posterior análise”. Aí seguem várias outras intervenções, conversas e diálogos dos quais o chefe de gabinete participou.

Portanto, não é verdadeira, é falsa essa sua afirmação de que o senhor nunca conversou sobre esse assunto. Eu gostaria que o senhor refizesse a sua resposta.

A SRA. MARCIA LIA - PT - A palavra está comigo, eu vou retomar então as minhas perguntas. Eu gostaria que o senhor informasse... (Vozes fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A palavra está com a nobre deputada Marcia Lia. Por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Uma Questão de Ordem. Sr. Presidente, eu gostaria...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Interrompa a contagem do meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está parado, deputada.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - São duas questões. Primeiro, que o Moita ficasse na Casa ainda, da mesma maneira que nós fizemos com o César e com o Adriano Miller. Gostaria que, se necessário, fizéssemos uma acareação ainda hoje.

Segundo, que conseguíssemos o vídeo, no trecho em que o Moita fala que ligou para o Sr. Padula, porque o Sr. Padula disse que nunca tratou com o Moita sobre isso, e o Moita afirmou a mesma coisa que ele disse na Corregedoria: “Eu falei com ele diversas vezes, sobre diversos assuntos, o que é natural, porque eu tratava com o chefe de gabinete...”.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, qual é a Questão de Ordem?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Fiz duas já. Duas. Acareação e pedido do vídeo. Ainda, ele disse o seguinte...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputado, deputado...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Posso falar? Respeite-me. Vossa Excelência está interrompendo a minha fala.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - De maneira alguma.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Pode falar, eu deixo. Se quiser falar, fique à vontade. Além de falar eu sei ouvir.

Ele disse o seguinte: “Eu tratava, como assessor da secretaria, com assessor. Quando eu era chefe de gabinete, eu tratava com chefe de gabinete”. Ele ainda afirmou assim: “Eu tratei com ele sim, liguei para ele para tirar dúvida de diversos assuntos, uma delas sobre a Coaf”.

O problema é que esse senhor que está aqui está dizendo que não conhece funcionário, que lá tem 300 e poucos mil, lá tem isso, tem aquilo, que não se lembra de nada. Ele está nos fazendo de bobo. Sr. Presidente, aceitarmos isso é enterrarmos o nosso papel na CPI, é um desrespeito à Assembleia Legislativa o que ele está fazendo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu gostaria que o senhor me esclarecesse, tendo em vista o que o senhor conversou por telefone com o Moita, com o Marcel, sei lá eu com quem mais. O senhor orientou que não era aditivo e que era um reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, que ele tinha que orientar o cara da Coaf, então eu pergunto: o senhor sabia, e está no relatório do Tribunal de Contas do Estado, que a secretaria já pagava pelo menos umas trezentas vezes o valor do suco embalado, embalagem cartonada, que é praticado no mercado? Chegou até, em alguns casos, o suco de laranja ser vendido a seis reais e dez, quando no mercado era dois e cinquenta, chegou até a se comprar por treze e noventa, quando no mercado era dois e cinquenta. Aí o senhor orienta um reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com a Coaf?

O senhor não acha muito estranho que o chefe de gabinete do secretário estadual da Educação, Dr. Herman, tenha dado uma orientação dessa natureza, e que está consignada nessa publicação do jornal “Folha de S. Paulo” e também em outros depoimentos feitos na Corregedoria.

O que o senhor tem a falar sobre isso?

O SR. FERNANDO PADULA - Cabe, primeiro, um esclarecimento. Em nenhum momento disse que nunca conversei com o Sr. Luiz Roberto dos Santos. Ele era chefe de gabinete, assim como eu também. E eu recebia os telefonemas de todos os chefes de gabinete e de outras pessoas do governo. O que disse, e vou repetir aqui, é que eu não me lembro do teor da conversa. Agora não tenho dúvida...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Todo mundo, naquela secretaria, tem amnésia.

O SR. FERNANDO PADULA - Não tenho dúvida, se me perguntassem de um caso de aditivo por conta da alta do dólar, em dizer que para alta de dólar não cabe aditivo. Só cabe reequilíbrio. Isso é como perguntar para um advogado que recurso é cabível num caso concreto, ou alguém que queira saber se é cabível um projeto de lei, um projeto de lei complementar. Está na legislação, é uma orientação que você pode dar para qualquer pessoa. Não teria dúvida qual seria a minha orientação. Na alta do dólar, então, não cabe aditivo. Só cabe reequilíbrio.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor a deu?

O SR. FERNANDO PADULA - Não. Mas eu daria com tranquilidade.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Outra pergunta que eu gostaria de fazer para o senhor: em 2013, a Coaf ganhou a chamada pública. Ela foi escolhida para oferecer, para vender suco de laranja para o Governo do Estado de São Paulo superfaturado, com preços, com valores...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para encerrar, porque a senhora já passou mais de um minuto.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sim, vou concluir a minha pergunta. É que houve várias interferências na minha fala.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mas nós paramos a cada vez que alguém...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Várias brigas, várias...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Nós paramos cada vez que houve interferência, mas pode concluir.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Deixe-me concluir, pegar o meu raciocínio, senão não consigo perguntar.

Em 2013, houve essa suspensão da contratação da Coaf, o que se efetivou no ano seguinte, com a chamada anterior ainda aberta. Por que vocês não contrataram em 2013, e, depois, abriram uma nova chamada, sendo que a Coaf tinha ganhado em 2013, e vocês abriram uma nova chamada em 2014 e, aí sim, contrataram com sobrepreço?

O SR. FERNANDO PADULA - Quando o assunto veio à tona pela imprensa, foi quando tomei conhecimento, eu tomei duas iniciativas. A primeira de pedir à Corregedoria que abrisse uma apuração sobre o caso. A segunda foi de pedir o

desarquivamento do processo para ler o processo, porque ele não passava pela chefia de gabinete, e fui me inteirar do que era. Aí verifiquei que, no caso da chamada pública a que a senhora faz referência, do suco de laranja de 2013, houve um vício formal naquele edital, que foi publicado no Diário Oficial.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Qual foi o vício?

O SR. FERNANDO PADULA - Confundiram-se dois programas: o programa federal, de Agricultura Familiar, e o programa estadual. Portanto, havia um vício formal que não podia dar continuidade àquela chamada.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Então vocês tinham por hábito suspender quando tinha vício formal, é isso? Quando havia vício formal no processo licitatório vocês determinavam a suspensão?

O SR. FERNANDO PADULA - É obrigação.

A SRA. MARCIA LIA - PT - É porque tem outros vícios formais que serão, com certeza, perguntados por outros deputados, e não foi suspensa a chamada pública.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. FERNANDO PADULA - Se não foi suspensa, tem que tomar medida, está certo? Pedir ressarcimento, punir se tiver pessoa responsabilizada, e apurar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próxima deputada, Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Qual é a sua formação, Sr. Padula?

O SR. FERNANDO PADULA - Eu sou formado em direito, com pós em Gestão Pública.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Queria conhecer melhor não o funcionamento da secretaria, mas o seu papel exato, não só nesses contratos da merenda, mas em outros contratos também. Qual era o seu papel, que tarefas o senhor desenvolvia?

O SR. FERNANDO PADULA - Deputada, eu tinha que acompanhar os assuntos da secretaria de maneira geral: como é que está a questão do currículo, do material, no caso da merenda em grandes números. Quer dizer, estão cumprindo o mínimo constitucional de aplicar os 30% em Educação, no caso? Aí tem que descontar Paula Souza e as universidades. No caso dos programas, fazer o acompanhamento e o monitoramento desta execução; tem que aplicar o Saresp; tem que fazer atendimento de educação autista, de jovens e adultos, fazer a interlocução entre as coordenadorias. Então é um papel...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas, especificamente em relação aos contratos, qual era o seu papel em relação aos processos licitatórios que a secretaria tinha que realizar?

O SR. FERNANDO PADULA - Repetindo, a secretaria tem a Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares. Essa coordenadoria é unidade orçamentária e unidade de despesa. Dentro dessa coordenaria tem um órgão licitante. É esse órgão que faz as licitações. A autoridade competente para assinar esses contratos é a coordenadora ou o coordenador dessa coordenadoria, e não o chefe de gabinete.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O chefe de gabinete não coordena nada disso? Essas coordenadorias não estavam subordinadas a uma das tarefas que o senhor tinha obrigatoriamente que desenvolver?

O SR. FERNANDO PADULA - Como eu já falei, deputada, uma das tarefas é exatamente fazer a articulação e o acompanhamento da execução dos programas, e não entrar na minúcia do detalhe de um contrato.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas essas coordenarias tinham autonomia para desenvolver tudo? Elas não precisavam justificar, nem discutir com a chefia do gabinete, ou com o próprio secretário da pasta?

O SR. FERNANDO PADULA - Elas têm competência, têm que discutir o programa delas. No caso da merenda, por exemplo, desde o Governo Montoro, há uma proposta do Estado de descentralizar a merenda. Ou seja, convênio com os municípios.

O que nós acompanhamos? Acompanhamos quantos municípios estão centralizados, quantos municípios estão descentralizados, e não a minúcia do convênio, do termo. Por exemplo, no caso de merenda, tem uma equipe de nutricionistas que define o cardápio porque tem valor nutricional, não é?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sim.

O SR. FERNANDO PADULA - E depois tem uma equipe especializada em licitação, que cuida da licitação.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sim. O valor nutricional... As bolachinhas também, eram as nutricionistas que indicavam? Essa chamada “merenda seca”? Era indicada pelas nutricionistas da secretaria, que foi distribuída fartamente pelas escolas? Aliás, como única refeição para as merendas? Essas nutricionistas precisam refazer, então, a sua formação. Porque achar que bolacha contém nutrientes suficientes para poder alimentar as nossas crianças e os nossos adolescentes, eu acho que falta conhecimento a elas. Ou então alguém está orientando essas nutricionistas de forma equivocada.

O que o senhor me diz sobre isso?

O SR. FERNANDO PADULA - Em primeiro lugar, é muito fácil comprovar que a merenda seca é exceção e não regra. A merenda tem um cardápio balanceado, com diversos alimentos. Pegue, por exemplo, uma prefeitura que estava descentralizada. Portanto, o Estado pega o dinheiro federal, que há bastante tempo que não aumentava, 30 centavos, complementa com o dinheiro estadual, 50 centavos, e o município fica responsável por fazer a merenda. De repente, o prefeito fala: “Olha, eu não vou mais fazer a merenda.” Isso volta para o Estado. O Estado precisa comprar os gêneros e, além disso, colocar a mão de obra para preparar lá.

Enquanto você vai fazer um pregão na Diretoria de Ensino de forma descentralizada para isso, como sonha acontecer, pode ser que o pregão tenha recurso,

não sei o quê. Aí atrasa o início da entrada da mão de obra. Se não tem mão de obra você parte para a merenda seca. Tão logo você tenha essa mão de obra regularizada, você parte para a merenda tradicional, que é a regra. A merenda seca é exceção.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor se lembra da chamada pública de 2014? Eu lhe pergunto: quem foram as pessoas envolvidas na elaboração técnica dessa chamada pública? O senhor pode nomear os responsáveis legais pelo processo administrativo de chamamento público? Qual era a importância da Dione Di Pietro no trabalho da chamada pública? Qual era a importância de Rodrigo Pimenta? Qual era o trabalho de Dione Pavan? Cleiton Gentili teve algum tipo de contrato com o senhor, e qual era a função dele? E como o senhor avalia o trabalho do Yuri Keller Martins?

O SR. FERNANDO PADULA - Dione Di Pietro: coordenadora da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares; Rodrigo Pimenta era o diretor do Departamento de Alimentação e Atenção ao Aluno; Cleiton Gentili era um ex-servidor da Secretaria de Agricultura, da Codeagro, que cuida da questão agrícola e da questão da Agricultura Familiar, que está na Secretaria da Educação. Quem eram os outros?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Cleiton Gentili?

O SR. FERNANDO PADULA - Cleiton eu acabei de falar.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Yuri Keller Martins.

O SR. FERNANDO PADULA - Yuri eu não conheço.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor não conhece. Eu queria também perguntar uma coisa. O senhor tratou alguma vez por telefone com o deputado Fernando Capez, com Marcel Julio, com Leonel Julio, com Merivaldo, com Jeter, sobre a situação da Coaf? O senhor era o denominado “nosso amigo” a que eles tanto se referem nos grampos telefônicos que foram posteriormente divulgados, feitos à época da queda do secretário Herman?

O SR. FERNANDO PADULA - Causa-me muita estranheza porque o “nosso amigo”... de um contrato que diziam que tinha aditivo ou reequilíbrio e que não foi nem aditado nem reequilibrado; e, segundo, como é que posso ser amigo de alguém que eu nem conheço, nunca falei ao telefone, nunca tive contato? Aliás, em nenhum momento dessa investigação se fala alguma coisa de algum contato meu com alguma dessas pessoas dessa cooperativa. Em nenhum momento.

Outra coisa em relação ao deputado Fernando Capez. Eu tive um único contato com o deputado Fernando Capez, que foi na sede do Ministério Público. Eu ia entrar para uma reunião, ele estava saindo de uma reunião, nós fomos apresentados, durou 30 segundos essa apresentação. Aí um desses senhores foi fazer uma delação premiada e, nessa delação, mentiu, porque foi dizer que o deputado Fernando Capez tinha pedido à secretária dele...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quem mentiu?

O SR. FERNANDO PADULA - O cara que fez a delação, um desses aí.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele disse o que na delação?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ele disse o quê?

O SR. FERNANDO PADULA - Ele, nessa delação, disse que o deputado Fernando Capez tinha pedido para eu ligar para a secretária dele. Como não conseguiu, pegou o telefone e ele mesmo me ligou. Já protocolei na Justiça, primeiro, a declaração das minhas duas ex-secretárias...

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor conseguiu cópia dessa delação premiada, foi no...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Deixe que ele continue com a resposta.

O SR. FERNANDO PADULA - No jornal “O Estado de S. Paulo”, deputada.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Vamos ouvir a resposta aí.

O SR. FERNANDO PADULA - Estava no jornal “O Estado de S. Paulo”. Eu li no jornal “O Estado de S. Paulo”. Eu não tenho cópia, infelizmente, da delação inteira, mas o que fazia parte à minha pessoa estava lá no jornal. Aliás, nem me procuraram para falar o contrário. Mas está lá. Ou então pega no blog do Fausto Macedo, está lá. Quer dizer, está público para qualquer pessoa ter acesso. E eu já protocolei na Justiça a declaração das minhas duas ex-secretárias, que continuam sendo servidoras públicas, dizendo que nunca atenderam ligação do deputado Fernando Capez, e nem de ninguém da parte dele. Abri mão do meu sigilo telefônico, do meu telefone particular, do telefone que eu usava na secretaria e dos dois telefones que usava na secretaria, e o da minha casa também.

Portanto, ele mentiu nessa delação.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu queria também comentar algo com o senhor sobre a sua declaração de bens publicada no Diário Oficial, como sendo obrigatório de todo agente público.

O SR. FERNANDO PADULA - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu queria pegar de 2007 em diante. Eu tenho aqui, de 2007, uma declaração de 30.783,00. Em 2010 - eu queria só que o senhor comentasse essa evolução -, 96.593,00; em 2011, 158.976,00; em 2012, 224.235,00; em 2013, 296.621,00; em 2014, 341.814,00.

É uma evolução significativa, e gostaria que o senhor comentasse essa evolução patrimonial.

O SR. FERNANDO PADULA - Na mesma declaração é possível verificar os meus rendimentos, quer seja como chefe de gabinete, quer seja como membro de algum conselho de administração. A soma desses rendimentos e a minha evolução representam menos de 22% do que eu ganhei, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - De qual conselho o senhor participou?

O SR. FERNANDO PADULA - Eu participei do Conselho do IPT, e depois do Conselho da Cetesb.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E qual era a remuneração desses conselhos, quanto tempo o senhor ficou lá e quanto o senhor ganhava por isso?

O SR. FERNANDO PADULA - No IPT fiquei quatro anos e na Cetesb outros quatro.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas quanto era o seu salário, o pró-labore do conselho?

O SR. FERNANDO PADULA - Cinco mil e seiscentos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Cinco mil e seiscentos. E o seu salário como chefe de gabinete?

O SR. FERNANDO PADULA - Quatorze mil.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Dá mais ou menos 20 mil reais por mês. O senhor teve uma evolução que, se aplicarmos isso, o senhor deve ter guardado quase tudo então. O senhor não tem despesa pessoal.

O SR. FERNANDO PADULA - Vinte e dois por cento.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada, pode me dar um aparte?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pois não.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu fiz a conta aqui. Ele teve uma evolução patrimonial de três mil reais por mês, de 2006 até 2014. Trinta e seis mil reais por ano, sem capitalização, sem nada. Não é uma coisa... Eu acho que nós temos que perguntar sobre o suco de laranja.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Vossa Excelência fez a conta certa, deputado Carlão?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Fiz, certinho. Pode fazer.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - De 2011 a 2014, ele mais que dobrou o capital dele, de 158 mil para 341 mil. É mais que o dobro, dá mais de 100% de evolução.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Faz a conta por mês.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Tem gente que consegue economizar bastante mesmo e tem gente que não consegue. Tem gente que acaba tendo seus rendimentos todos... O senhor é casado?

O SR. FERNANDO PADULA - Não, eu moro na casa dos meus pais.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não tem filhos?

O SR. FERNANDO PADULA - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Certo. O seu rendimento então dá para economizar bastante?

O SR. FERNANDO PADULA - Eu economizei vinte...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É porque o deputado Carlão Pignatari, que está fazendo a defesa da evolução patrimonial dele...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não é defesa, deputada, é só fazer conta.

O SR. FERNANDO PADULA - É uma questão aritmética. Eu gastei 78% do que eu ganhei e economizei 22. Não é muito, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Tudo bem. Era só, por ora.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A próxima inscrita é a deputada Ana do Carmo.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Eu vou passar o meu tempo para o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental. Tem V. Exa. cinco minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Obrigado, deputada Ana. Sr. Padula, o senhor falou, inicialmente, o nome de duas secretarias, de dois departamentos na estrutura da Secretaria da Educação. Quais são os outros, por favor?

O SR. FERNANDO PADULA - Duas coordenadorias: Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, a Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares, a Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos, a Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Convênios, a Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação e a Coordenadoria Escola de Formação dos Professores. São seis coordenadorias, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quais dessas tinham a responsabilidade em contratação da merenda e quais dessas tinham responsabilidade da gestão da merenda?

O SR. FERNANDO PADULA - Tanto contratação, quanto gestão, Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares, e dentro dela...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vamos lá. A gestão faz o quê, nesse caso? Quem contrata?

O SR. FERNANDO PADULA - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Essa é quem contrata?

O SR. FERNANDO PADULA - Dentro dela, tem dois departamentos. Um departamento que contrata não só merenda, mas também outras coisas. E um departamento que cuida de alimentação: define cardápio, acompanha. Esse cuida de alimentação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tudo então relacionada...

O SR. FERNANDO PADULA - Este demanda, define o cardápio e o projeto básico, e este licita, todos dentro da mesma coordenadoria.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Uma só coordenadoria contrata, através de um departamento, e outro é quem faz a gestão?

O SR. FERNANDO PADULA - Neste caso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sobre a merenda?

O SR. FERNANDO PADULA - Isso. Se for, por exemplo, uma questão de tecnologia, é a Coordenadoria de Tecnologia que vai pedir e esta aqui que vai licitar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem demanda a contratação para esse departamento?

O SR. FERNANDO PADULA - O Departamento de Alimentação e Atenção ao Aluno.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Como é que funciona esse controle? A merenda que chega à escola, a distribuição para cada escola, quantidade, como é feito esse controle?

O SR. FERNANDO PADULA - Há dois modelos: o descentralizado, em que convenia e a responsabilidade é dos municípios, de fazer dos alunos municipais e do

estado. Essa é a esmagadora maioria, mais de 600 municípios. E tem o centralizado, em que o estado compra os gêneros e fornece também a mão de obra. Neste caso, tem um sistema da Prodesp que se chama Saesp, que faz o controle de estoque nas escolas, e o Departamento de Alimentação verifica para ver...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quantas escolas são no sistema centralizado?

O SR. FERNANDO PADULA - É algo em torno de duas mil.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Apesar de ser...

O SR. FERNANDO PADULA - É porque pega Capital, pega Guarulhos, pega grandes municípios. E número de municípios...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quarenta por cento, mais ou menos? Temos cinco mil...

O SR. FERNANDO PADULA - É. Duas mil escolas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A quantidade de cada escola, quem é que passa?

O SR. FERNANDO PADULA - Departamento de Alimentação e Atenção ao Aluno, baseado no número de alunos e comensais.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Estado compra o insumo e faz a merenda, é isso?

O SR. FERNANDO PADULA - É. O Estado compra o insumo e manda para a escola também um dinheiro, que é o chamado Peme, Programa de Enriquecimento da Merenda Escolar, que é para comprar produtos que perecem, como frutas, verduras e legumes.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quanto por mês, para cada escola?

O SR. FERNANDO PADULA - Agora não me lembro. Mas é por aluno.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Uma média por aluno...

O SR. FERNANDO PADULA - Depois eu mando, mas agora eu não me recordo o valor exato. E o Estado fornece também a mão de obra.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Essa mão de obra é direta ou terceirizada?

O SR. FERNANDO PADULA - Tem as duas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quanto que é mão de obra direta? Quanto por cento? A direta só fica quando é o sistema centralizado; quando é do município, a responsabilidade...

O SR. FERNANDO PADULA - É do município. O Estado não faz mais concurso para área, como não faz mais concurso para motorista, como não faz mais concurso para limpeza. No passado, a Assembleia era limpa por servidores públicos. Então hoje estar em 30 ou 35% das escolas com servidores efetivos...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Com as merendeiras, que a gente...

O SR. FERNANDO PADULA - Chama-se auxiliar de serviço escolar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas é a que faz a merenda?

O SR. FERNANDO PADULA - Faz a merenda.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A popular “merendeira”, podemos dizer?

O SR. FERNANDO PADULA - Sim, mas o nome...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então 65% são terceirizados?

O SR. FERNANDO PADULA - Isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual é o salário de uma merendeira?

O SR. FERNANDO PADULA - Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas o senhor ficou dez anos na chefia de gabinete, sabe até o número de funcionários, cinco mil e sei lá, mais de 300 mil funcionários...

O SR. FERNANDO PADULA - Mas esse é um número macro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas não sabe o salário de uma merendeira?

O SR. FERNANDO PADULA - É bem baixo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tipo? Ainda bem que o senhor admite que é bem baixo. Dez anos com o secretário de Educação e admite que é bem baixo, não é? E uma merendeira terceirizada?

O SR. FERNANDO PADULA - É o que está na convenção coletiva.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em tese, é mais baixo ainda?

O SR. FERNANDO PADULA - Deputado, eu não vou correr o risco de me equivocar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quais são os maiores contratos, em valores, da Secretaria da Educação, que envolvem a merenda? Seja o fornecimento de um produto, de um insumo, seja o fornecimento de uma merenda já pronta, merenda seca, qual o valor do maior contrato?

O SR. FERNANDO PADULA - Não sei.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Só um aparte, por gentileza? O senhor falou que quanto o governo federal dá por uma merenda escolar, em valor?

O SR. FERNANDO PADULA - Trinta centavos.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Você está reclamando do salário e olha o que o governo federal... 30 centavos, isso é uma vergonha, desculpa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vamos voltar à CPI da Merenda? Também não entendi.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Pedir aparte para isso é brincadeira.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tem muita coisa a ver, sim, deputado.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Trinta centavos e está reclamando quanto ganha...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Tem muita coisa a ver, sim. O maior orçamento de qualquer governo é da Educação, e esse percentual é passado por aluno em qualquer governo. E os contratos da terceirização são altíssimos.

Sabe dizer o nome das empresas que terceirizam a mão de obra da merendeira? A distribuição da merenda, quem faz na escola, quem leva o produto até escola?

O SR. FERNANDO PADULA - O Departamento de Alimentação tem um armazém e tem uma empresa...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Um só no estado? Um armazém só?

O SR. FERNANDO PADULA - Um armazém só para centralizadas, que estão concentradas na Grande São Paulo, de onde são distribuídas, a cada período que eles chamam de ciclos, as merendas para as escolas, de acordo com o consumo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Toda merenda é levada até esse armazém? Existe algum caso em que a empresa leva diretamente?

O SR. FERNANDO PADULA - Fora o que é comprado direto pela escola: fruta, verdura...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, independente desse produto que você falou, que é o produto do Peme. Estou dizendo o que é comprado pela secretaria diretamente. Toda a merenda vai para esse depósito?

O SR. FERNANDO PADULA - Eu acho que sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Certo. De lá, ela é distribuída para a escola de acordo com a demanda?

O SR. FERNANDO PADULA - Isso, de acordo com o sistema do Saesp, que controla o consumo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Posso pedir um aparte, deputado? Só para tentar ajudar a esclarecer. Tem ideia, Sr. Padula, quanto é gasto pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo em merenda, descentralizada, centralizada, e os vários programas referentes à merenda? E quanto gasta com merenda de agricultor

familiar? O total de gasto anual, ou mensal, da merenda, e o total de gasto anual, ou mensal, com agricultor familiar?

O SR. FERNANDO PADULA - O total de gasto com a merenda é superior a 500 milhões.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Viu o que significa aquele 0,30?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - 0,30 é o dinheiro fácil, que o estado põe, não é?

O SR. FERNANDO PADULA - Tem o dinheiro do estado. E a agricultura familiar. Os contratos foram de um por cento a três por cento desse valor. Esse de suco de laranja é 11 milhões.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso significa que os outros 29% estão na merenda geral. Eles não deixaram de ser usados, eles foram usados nas outras contratações, correto?

Poderia ser usado até 30% em agricultura familiar. Usou um por cento.

O SR. FERNANDO PADULA - Não, um por cento é o do suco de laranja.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E quanto foi usado na agricultura familiar?

O SR. FERNANDO PADULA - Não sei, precisa ver.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vamos voltar à distribuição.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Só pela oportunidade: seriam 190 milhões?

O SR. FERNANDO PADULA - O total de agricultura familiar?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Muito bem. Vamos voltar à distribuição. Vai para o depósito, vai para a escola. Quem controla a quantidade que está sendo consumida, se foi usado ou não foi usado... Como é que funciona esse controle pela secretaria?

O SR. FERNANDO PADULA - A escola controla e informa via sistema para o departamento de alimentação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para o departamento? A Direção Regional de Ensino, qual é o papel dela aí?

O SR. FERNANDO PADULA - Não, nesse caso esta informação vai direto da escola para o departamento. A Diretoria de Ensino tem uma equipe de supervisão que faz uma supervisão de sistema que dá orientações sobre tudo o que tem na escola, desde a parte pedagógica até merenda, limpeza, o acompanhamento da parte física.

Então, toda vez que os supervisores vão à escola, eles fazem esta orientação e veem, fazem um “checklist” de como é que está a situação na escola. Mas a questão do consumo de merenda é informada direto da escola para o Departamento de Alimentação e Atenção ao Aluno.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Esse cardápio, o senhor disse que tem uma equipe de nutricionistas que o define, é isso?

O SR. FERNANDO PADULA - Isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele é padrão para todas as escolas?

O SR. FERNANDO PADULA - Sim, para todas as escolas centralizadas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sim, estamos tratando do sistema centralizado.

O SR. FERNANDO PADULA - É padrão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É padrão? Não tem risco? Então, o que o aluno está comendo hoje na escola de Guarulhos, da região de Osasco, da região de Jandira e da Capital é a mesma merenda?

O SR. FERNANDO PADULA - Os itens são os mesmos e tem um cardápio. A escola tem uma autonomia, ela não precisa, necessariamente, naquele dia, servir aquela alimentação. Quer dizer, então não vai ter... Macarrão. Mas os itens são os mesmos. Ela vai ter que compor, mas o resultado é o mesmo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Na semana, ela tem que oferecer, em tese, a composição daquele cardápio.

O SR. FERNANDO PADULA - Naquele período, ela tem que respeitar aquela composição. Mas se ela quer fazer o primeiro na segunda, outro na quarta, outro na sexta...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E quando ocorre de, por algum problema, não ter aquela merenda no cardápio na escola? Como é, o que é fornecido ao estudante?

O SR. FERNANDO PADULA - Olha, tem duas questões. Uma, a escola aciona o departamento e ele vê se nas escolas do entorno houve um consumo menor e existe merenda que possa ser compartilhada - e aí essa merenda vai para essa outra escola -, ou, na outra hipótese, o departamento manda suplementação desta merenda. E, se tiver um problema de mão de obra, aí, sim, fornece merenda seca.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Todas as escolas agora vão ter o cardápio gourmet, que foi lançado pelo governador recentemente?

O SR. FERNANDO PADULA - Deputado, faz seis meses que eu não estou lá. Então, eu nem conheço o cardápio.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Se um produto está estragado, qual é a orientação que a escola recebe? Como é que funciona esse controle, essa retirada do produto? Como é?

O SR. FERNANDO PADULA - Tem que avisar o departamento imediatamente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A escola avisa o departamento ou a Direção de Ensino?

O SR. FERNANDO PADULA - O departamento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E aí a orientação padrão qual é, que a escola recebe nesse caso?

O SR. FERNANDO PADULA - Aquilo, se está estragado, tem que ser recolhido. E aí acionar a empresa que forneceu produto estragado e multar, e apenas, ficar sem contratar com a Administração.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você se lembra de algum caso em que ocorreu isso no tempo em que você estava lá, dez anos, como chefe de gabinete?

O SR. FERNANDO PADULA - Teve várias empresas sancionadas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Lembra-se de algum caso?

O SR. FERNANDO PADULA - Pontual, não. Nós sancionamos várias empresas. É pegar meus despachos e ver lá, impedindo de contratar por cinco anos com a Administração Pública.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Para encerrar, deputado, por favor, última pergunta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nessas empresas, às vezes, há problema com a merendeira, que não...

O SR. FERNANDO PADULA - Isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Que não ocorre, não está na escola. Alguma empresa dessas também foi punida?

O SR. FERNANDO PADULA - Foi.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próximo deputado, o deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Cumprimento o Sr. Presidente, cumprimento todos os membros da CPI, cumprimento o depoente, o Dr. Padula.

Queria colocar, pessoal, que o Dr. Padula... Eu sempre cobrei que ele viesse, realmente, à CPI, assim como o Moita, porque eu acho que isso simboliza o que é a Educação no estado de São Paulo e o que é a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Ocupou o cargo de chefe de gabinete em outra secretaria até 2007, e ocupou, na Secretaria da Educação, de 2007 mais oito anos. Em determinado momento, ele era confundido até como secretário. Parecia que o secretário de Educação era um laranja e quem mandava mesmo era ele.

Então, quando ele fala que não tem conhecimento, ele está mentindo. Por quê? Porque ele tem conhecimento de tudo. Um chefe de gabinete da qualidade dele, com o tempo que ele atuou na Secretaria da Educação, é o tipo de cara que mandava e desmandava.

É só lembrarmos de algumas coisas, tanto na merenda como em outras áreas, que sobrava arrogância para ele também. Porque uma pessoa que, no movimento dos estudantes - que estão aqui presentes, prestando atenção -, coloca uma frase que “nós temos que organizar uma tática de guerra para combater o movimento estudantil”, das ocupações e reclamação contra a merenda, não é um cargo que um chefe de gabinete tem que ocupar na Secretaria da Educação.

Um chefe de gabinete que fala que “nós temos que usar todos os meios para desmoralizar a organização dos estudantes”, que ocuparam mais de 200, 300 escolas numa reivindicação justa, não é um cara que tem que ficar como chefe de gabinete numa Secretaria da Educação.

E eu vou mais longe: um chefe de gabinete que fala que tem que procurar todo mundo, e envolve até o cardeal de São Paulo, D. Odilo Scherer, e depois leva um pito do próprio cardeal da arquidiocese, é o tipo da cara da Educação dos tucanos no estado de São Paulo.

Este senhor precisava vir mais vezes aqui, na Comissão de Educação e na CPI, não só CPI da Merenda, mas, infelizmente, nós não conseguimos abrir - protocolamos, mas não conseguimos abrir - a CPI do FDE. É ali que está a corrupção, é ali que estão os rolos, é ali que estão os grandes problemas da Secretaria da Educação.

Esse senhor era do Conselho Fiscal da Secretaria da Educação até 2007. Então, esse sabe muito, e agiu bastante. Vou passar meu tempo, já que a deputada Marcia Lia está acompanhando mais a Secretaria da Educação.

Eu só quero fazer uma pergunta, Dr. Padula: o senhor é sócio de uma empresa, tem uma participação societária. Que empresa é essa, a partir de 2007?

O SR. FERNANDO PADULA - Essa foi uma lanchonete em que minha participação era minoritária, de 10%, e que fechou em 2010. Ficava ali na Praça da Árvore.

O SR. ENIO TATTO - PT - Somente dessa empresa o senhor foi sócio?

O SR. FERNANDO PADULA - Somente.

O SR. ENIO TATTO - PT - Somente? Está ok.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só um aparte, deputado. Essa lanchonete não vendia suco de laranja, não, né? É porque o outro, que estava aqui anteriormente, disse que também abriu uma lanchonete, em regime de comodato, e que ganhou um freezer de comodato, e que a Coaf pretendia vender suco de laranja no freezer de comodato que colocou para o Sr. Moita na Baixada Santista.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não é verdade isso, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ele falou aqui.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A senhora sabe o respeito que eu tenho pela senhora. Não é verdade isso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Era de um amigo. Era um amigo dele.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não é verdade.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas eu estou perguntando. Eu estou perguntando para ele se a lanchonete dele vendia ou não suco de laranja. Eu quero que ele responda.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Com certeza vendia.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas não era da Coaf?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para dizer que esse tempo foi parado, mas que, por favor, o tempo volte ao depoente.

O SR. ENIO TATTO - PT - Antes de passar para a deputada Marcia Lia, o sócio dessa empresa, dessa lanchonete, quem seria, Dr. Padula?

O SR. FERNANDO PADULA - Era a mulher de um amigo meu, Renata Gomes, e o seu pai.

O SR. ENIO TATTO - PT - E o nome da empresa era?

O SR. FERNANDO PADULA - Era Lanchonete Praça da Árvore.

O SR. ENIO TATTO - PT - Lanchonete Praça da Árvore. Está ok. Eu passo o restante do tempo...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu só queria fazer uma Questão de Ordem, Sr. Presidente. Os depoentes podem consultar o celular, esse tipo de coisa?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Acho que pode.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não tem nenhum óbice?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, acho que não. Aqui sempre pôde, nós nunca tivemos esse problema, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É uma questão de novas tecnologias.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Lembro a deputada Marcia Lia que V. Exa. tem um minuto e 15 segundos como tempo restante.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu gostaria de perguntar ao depoente se ele tem conhecimento de que o relatório do Tribunal de Contas da União indica que há indícios fortes de irregularidades na contratação da Coaf, inclusive com relação à contratação do Governo do Estado de São Paulo.

Também, há uma manifestação nesse mesmo relatório que diz o seguinte: “Aliás, foram as aquisições de suco de laranja, produto que se presume, a priori, industrializado, a considerar a fruta submetida à pasteurização e posterior acondicionamento, e não produto in natura, embora a legislação utilizada como supedâneo para as dispensas de licitação visasse o benefício e incentivo ao produtor”.

Ou seja, essas compras de suco de laranja nessas condições são apontadas também como uma irregularidade formal, além de outras irregularidades formais que são apontadas no relatório do Tribunal de Contas.

O senhor sabia disso? O senhor teve conhecimento dessas irregularidades?

Por fim, quero aproveitar os últimos segundos que eu tenho de tempo. O senhor disse, no seu pronunciamento, em relação a uma pergunta que eu fiz sobre a chamada pública de 2013, que teria havido um erro formal.

Esse erro, na verdade, aconteceu... E foi o que o senhor falou na Corregedoria Geral da Administração, que as razões do cancelamento eram as citações ao Pnae e PPais, no extrato da chamada pública que foi realizada pela secretaria.

O senhor pode indicar em que documento público essa citação dos dois programas ocorreu? Porque nós verificamos toda a documentação e não há essa menção deste erro.

O SR. FERNANDO PADULA - Bom, repetindo, quando eu fui ler o processo, depois de tomar conhecimento pela imprensa, eu verifiquei nos autos que o extrato que foi publicado no Diário Oficial fazia menção ao programa PPais.

Portanto, é por isso que tem um vício formal neste caso.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor teria como mandar à CPI uma cópia desse documento?

O SR. FERNANDO PADULA - Ficou na secretaria.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Já terminou o tempo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ficou na secretaria? E sobre os documentos que sumiram na secretaria, o que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Terminou o tempo, deputada.

O SR. FERNANDO PADULA - Olha, deputada, li na imprensa que sumiu no departamento. Aliás, a pessoa que foi a última está respondendo a processo administrativo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - E quem é essa pessoa?

O SR. FERNANDO PADULA - Eu não me lembro. É uma funcionária de lá que foi identificada pela Corregedoria e está respondendo a processo administrativo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor não lembra o nome dela?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Padula, quantas escolas recebem merenda centralizada e descentralizada?

O SR. FERNANDO PADULA - No total, cinco mil e duzentas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Cinco mil e duzentas. Só da secretaria?

O SR. FERNANDO PADULA - Só da secretaria. Aí, tem as municipais.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E depois tem o Centro Paula Souza.

O SR. FERNANDO PADULA - Paula Souza é outra coisa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É separado, é isso?

O SR. FERNANDO PADULA - É separado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O número de funcionários envolvidos nessa ação da secretaria?

O SR. FERNANDO PADULA - Olha, só na sede da secretaria deve ter mais de 150 funcionários entre os dois departamentos. Depois, tem as pessoas em cada escola, fazendo o acompanhamento, e mais as que servem a merenda.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito. Bem objetivamente, a pergunta que lhe foi formulada é se uma atualização de contrato por reajuste de preço em função de alta do dólar se faz por aditivo ou se faz por reequilíbrio econômico? Foi essa a pergunta que lhe foi feita? Ou não foi feita essa pergunta?

O SR. FERNANDO PADULA - Eu vou repetir. Eu não me recordo da pergunta, mas, verificando o que consta dos autos e das escutas - “Falei com o Padula e ele entende que não é aditivo, é reequilíbrio, é alta do dólar” -, eu não tenho dúvida de qual seria a minha resposta.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ah, entendi. Não lhe foi perguntado, mas obviamente o senhor responderia isso?

O SR. FERNANDO PADULA - Com certeza.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito. A que o senhor atribui essa movimentação toda, o envolvimento do seu nome?

O SR. FERNANDO PADULA - A dois aspectos. O primeiro, uma precarização da imprensa. Hoje em dia não se tem mais gente especializada, que se aprofunda, que vê. Então, em qualquer coisa pueril faz.

Outro, você precisa dar um nivelamento. Então, já que estamos batendo no PT, também precisa bater no PSDB. Então, uma mera menção ao meu nome virou uma coisa gigantesca. Mera menção e, em nenhum momento, em todos esses meses, ninguém falou que eu me encontrei com um desses caras, ninguém falou que eu recebi nada, não tem uma acusação à minha pessoa. A única coisa que tem é menção sobre aditivo e reequilíbrio que não houve. E, depois, ainda me chamam de amigo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Um aparte, deputado Barros.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois não, deputado Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nós estamos tão mal na fita que, até quando os outros estão mal, nós somos culpados.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É verdade. Mas tem alguma explicação para isso, doutor? “Nós”, que V. Exa. fala, é o PT?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nós estamos tão mal que quando os outros são culpados, nós somos culpados por eles serem culpados.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É. Boa. Boa, Alencar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vossa Excelência vê que tem explicação para isso. Eu não quero dar, mas que tem, tem.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu posso dialogar sobre isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vossa Excelência é a única que pode. Só Araraquara pode.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Obrigada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas, Sr. Presidente, estou vendo que estamos aqui em busca do sexo dos anjos. Quem foi secretário, quem conhece a Administração Pública, sabe o tamanho de uma Secretaria da Educação; quem já foi prefeito e já tratou com a Secretaria da Educação sabe o que faz um chefe de gabinete da Secretaria da Educação, sabe o que são as coordenadorias, sabe o que são os departamentos.

Quer dizer, nós estamos tratando aqui de um grão de areia no deserto, de algo que é menor do que grão de areia no deserto. É alguma coisa inimaginável todo esse aparato, a imprensa, os estudantes, nós, deputados, os assessores, tratando de uma querela. Porque realmente é querela. É um caso específico.

Olha, a secretaria fornece milhões e milhões e milhões de reais. Vários tipos. Até hoje eu só ouvi, eu estou há 40 anos na vida pública. Eu fui eleito prefeito de Itapira em 1976, cuidei da merenda, acompanho a ação da prefeitura, acompanho, como deputado, a de outras prefeituras. É o único caso de que tomo conhecimento e vamos atribuir responsabilidade de qualquer espécie a um chefe de gabinete, a um secretário? Nem na prefeitura de Mombuca o chefe de gabinete ou o prefeito são responsáveis por esse nível de detalhamento que se quer exigir.

Então, caro Dr. Padula, eu, sinceramente, me considero, em relação à sua pessoa, absolutamente tranquilo. O senhor tem uma evolução patrimonial que atesta que o senhor é honesto. Atesta que o senhor era honesto.

Olha, eu vou concordar, e não é ofensa ao senhor, porque eu já falei isso para o Aécio, eu já falei isso para grandes personalidades políticas. O Aécio, por exemplo, tem um sorriso que parece ser sarcástico.

O senhor tem uma postura facial que, às vezes, parece ser arrogância ou prepotência, embora não seja. Eu sou testemunha de que não é. Porque, como deputado, eu tratei muito com o senhor. Sempre fui respeitosamente e muito bem atendido, com informações precisas, sem enrolação.

Então, eu estou fazendo este desabafo porque eu me coloco na sua posição. Eu também já fui vítima de acusações injustas. É horrível. As duas coisas mais doloridas que existem são a ingratidão e a injustiça.

Eu não tenho a menor sombra de dúvida de que o senhor está passando por essa situação. Então, nós estamos aqui buscando o sexo dos anjos, entendeu? Saber de uma merenda estragada, um peixe em uma escola não sei de onde.

Isso é um atestado de bom funcionamento. Num estado que fornece cinco milhões de merendas, um caso com toda a efervescência política, com tudo isso que está acontecendo, nós temos que dar medalha de bom comportamento, de boa atuação e de boa gestão para quem conduz a merenda do estado de São Paulo.

Era só isso que eu tinha que dizer.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, esta CPI pode até não apontar nenhum culpado político, agente do estado, mas ela está produzindo pérolas maravilhosas para a literatura bufa política.

Uma delas é a fala do deputado Barros Munhoz, agora, a última, de dar uma medalha para quem fornece merenda no estado.

Desculpe-me, deputado Barros Munhoz, mas é de uma infelicidade. Nós estamos brincando com o desenvolvimento das pessoas, brincando com a alimentação das pessoas.

Para já antecipar o ataque de V. Exa., se tem um estado também governado pelo PT, ou uma prefeitura que fornece a merenda com a mesma qualidade que vocês fornecem, também são criminosos, como vocês são.

A quantidade de sódio, de gordura e de conservante na merenda fornecida no estado de São Paulo, nos itens que o Sr. Padula falou que são revisados por nutricionistas... Eu gostaria que ele fizesse uma dieta de seis meses com a merenda que é fornecida no estado de São Paulo.

Talvez ele seja extinto de vez. Sabe por quê? Porque o Padula, gente, quando foi acusado de estar envolvido no esquema de orientação de licitação, ele disse que - está aqui no Fausto Macedo, que também, como ele disse, deve ser um jornalista muito desqualificado, sem especialidade nenhuma, que há pouco tempo cobre política e faz investigação, como todos esses, que são todos desqualificados -, que a culpa desse envolvimento do PSDB é do Marcel, que é um gênio, e da imprensa desqualificada, como vocês perceberam. A culpa é de vocês e do Marcel, que enganou todo mundo e vocês caíram. Ele enganou vocês também, que colocam o Padula e tantos outros como vítimas.

O Padula disse, está aqui no Fausto Macedo: “Sou um objeto em extinção pela honestidade”. Todo mundo aqui sabe qual é a definição biológica de extinção. Eu queria saber do senhor, que é um quadro do PSDB, filiado desde 1993, o que o senhor quis dizer com isso? O que é extinção, ou uma espécie quase em extinção?

Se há 1.000 macacos numa floresta, e tem um mico-leão-dourado apenas, nós o pegamos e temos que preservar, achar outro semelhante da espécie, de gênero oposto, para tentar reproduzir, para salvar a espécie.

Então, eu entendo que isso é extinção: ou já foi, ou está quase para ir. Se ele, um quadro da política, diz que é um objeto em extinção no Governo do Estado, então, significa que de mil dirigentes tem apenas um honesto? É isso que o senhor quis dizer?

O que o senhor quis dizer com isso, Padula? Os atos falhos... É óbvio que ninguém vai te pegar aqui. Sinceramente, neste caso, o que tem de materialidade contra o senhor é isso, uma orientação administrativa. Pode ser até que o senhor não tenha envolvimento nenhum nisso. Mas eu gostaria de saber: o que o senhor quis dizer com isso, que o senhor é um objeto em extinção no Governo do Estado?

O SR. FERNANDO PADULA - Em primeiro lugar, uma correção: “pode ser”, não. Não tem nenhuma materialidade e não tem nenhum envolvimento meu.

Em segundo lugar, é porque, ao contrário do que o seu partido quis produzir quando foi pego - agora, uma boa parte está presa -, de que todos eram iguais, tem gente que não é igual.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Porque o PSDB é blindado pela mídia, porque o PSDB é blindado pelo Judiciário.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas agora é V. Exa. que está ofendendo a mídia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Pela grande mídia. É isso mesmo. (Manifestação dos presentes.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sem manifestações aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, peço que o senhor oriente também o depoente para responder às perguntas, por favor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele respondeu, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele está entrando no aspecto político. Que ele responda às perguntas.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, se a pergunta foi política, a resposta também é política. Vossa Excelência está querendo dizer o que o depoente tem que falar ou não?

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Não, é que quando falta argumento ao PSDB, sobra grosseria. Eu não perguntei isso para ele. Ele sabe o que eu perguntei para ele. Ele sabe que ele é um quadro do PSDB. Ele sabe que ele foi colocado no arquivo no outro dia para “desbaratinar”. Ele sabe que é orientador.

Esse aí não é um peão, não. Esse aí, gente, é um quadro político. Esse aí já é um cavalo no jogo do xadrez. Ele sabe o que eu quis dizer. Foi um ato falho o dele. Quando ele falou que ele estava em extinção, ele acabou de assumir que no seu governo - Padula, no seu partido - há um monte de ladrão. É isso o que o senhor quis dizer.

Aqui, não se trata de partido. Sou eu com você. Já que me chamou para uma, o senhor é um orientador. O senhor é responsável pelo desastre da Educação. O senhor é o responsável pelo desastre da desorganização. O senhor é um fascista. (Manifestação dos

presentes.) Sabe o que o senhor é, Sr. Padula? Com essa cara de bom moço? Com esse sorriso puro e franco do Aécio Neves? O senhor é um fascista.

O senhor queria fechar escolas. O senhor queria perseguir alunos. Nem o PSDB o aguentou e colocou-o no arquivo. É isso o que o senhor é. O senhor realmente é um bichinho em extinção, felizmente, na política brasileira. Tenho dito, Sr. Presidente. (Manifestação dos presentes.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu só queria registrar, se me permite, Sr. Presidente, que o discurso foi lindo, maravilhoso, sob o ponto de vista do deputado João Paulo Rillo, sem dúvida alguma, mas não tem nada a ver com o que nós estamos tentando fazer aqui.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O próximo inscrito é o deputado Carlão Pignatari.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Deputado Barros Munhoz, tem tudo a ver com o que se está fazendo aqui. Tem tudo a ver. Aqui, o relatório já está pronto.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Absolutamente. Mas, não está votado. Se estiver pronto, não está votado - e não está pronto, porque eu conheço o deputado Estevam Galvão e tenho até visto e discutido...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhores, senhores, por favor...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Desculpe.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O deputado Carlão Pignatari não está presente. O próximo deputado é o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Barros Munhoz, as questões não são menores. Eu não perguntei de caso individual. Eu perguntei da política

em geral. Talvez V. Exa. não tenha ouvido. Não perguntei da carne e do peixe, apesar de também querer saber sobre isso.

Sr. Padula, o senhor é uma pessoa poderosa e influente na Educação. O senhor ficou dez anos como chefe de gabinete. Os secretários foram alterados. Veio governador e entrou governador, mas o senhor permaneceu. Isso demonstra sua competência, também.

Por isso é que não consigo aceitar que não conhecia determinadas informações - por exemplo, os nomes dos dirigentes dos departamentos. Porque são pessoas... Não são professores ou merendeiras, que são vários. São únicos. São poucos. Com certeza, nesse período todo, o senhor deve ter tido influência na escolha de alguns.

O chefe de gabinete atua, ali, em defesa do secretário para quem ele trabalha. É quem executa. É quem opera. É quem faz a coisa acontecer. Tanto é que, apesar de não ser de sua atribuição direta, em um processo de reorganização, foi o senhor que atuou, porque o chefe de gabinete atua em todas as posições, acompanhando, dando orientação, decidindo, despachando, muitas vezes, em nome do secretário. Então, não dá para admitir que o senhor não tivesse esse conhecimento.

Sobre a merenda... Na questão conveniada estado-município, quanto o estado passa para o município?

O SR. FERNANDO PADULA - Cinquenta e cinco centavos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Per capita?

O SR. FERNANDO PADULA - É.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Per capita... Ok. Qual controle o Estado faz nesse convênio? Que tipo de fiscalização? Que tipo de acompanhamento?

O SR. FERNANDO PADULA - Ele tem um acompanhamento pelo departamento e pelas diretorias de ensino.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, as diretorias de ensino também acompanham, ajudam a fiscalizar? E a própria secretaria... Está bem.

Há relatórios que são enviados, dos municípios para as...

O SR. FERNANDO PADULA - Há o processo do convênio, com toda a prestação de contas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Está bem. Ao longo desse período em que o senhor está na secretaria, houve alguma mudança do método de merenda, do fornecimento, de elaboração de cardápio, de controle? Houve alguma alteração?

O SR. FERNANDO PADULA - Olhe, deste período... Que eu sei, assim... Lá atrás...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Estou dizendo do tempo em que o senhor estava lá, os dez anos. Só posso perguntar disso, não é? Não posso...

O SR. FERNANDO PADULA - Então, uma questão foi, até a crise econômica, a ampliação da merenda descentralizada. Então, em 2007, 2008, 2009 e 2010, foram aumentando os municípios com a merenda descentralizada.

A outra foi que, paulatinamente, a equipe de nutricionistas foi alterando o cardápio - mas, aí, precisa que elas esclareçam pontualmente - para que você fosse tendo um cardápio com menos produtos que... Logo que se implantou a merenda - que, antes, era um sopão e, aí, passou a ter gêneros alimentícios -, praticou-se ter uma merenda semiprocessada, para que facilitasse exatamente o processamento na escola. À medida que se foram dotando as escolas de mão de obra, foi-se, então, trabalhando com produtos in natura. Esses produtos - tanto quanto a introdução de peixes e outros mais in natura, e não já ao molho e tal - foram mudando no cardápio. Essa é a mudança geral que houve.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Está bem. E houve alguma mudança recente, assim, de 2013, 2014, 2015?

O SR. FERNANDO PADULA - É... Eles foram ampliando essa questão de produtos in natura.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Está bem. O deputado Barros Munhoz não está aqui. É uma pena. Quero dizer que não dá para receber medalha, não.

O próprio Tribunal de Contas, em um parecer de 2014, aponta inúmeros problemas, inúmeras falhas - desde a deficiência no planejamento para a aquisição de gêneros alimentícios à não disponibilização do cardápio, alteração de cardápio, deficiência na contagem de comensais, deficiência na contratação de empresa terceirizada para o preparo da merenda escolar, consumo de merenda por não usuário de programa.

Então, deputado Barros Munhoz, o próprio Tribunal de Contas aponta, em 2014, inúmeras...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem gerencia tudo isso são as prefeituras.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, isso aqui é do Estado, Sr. Deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vossa Excelência não conhece. Tudo isso são as prefeituras. Essa merenda do Estado é a descentralizada e a centralizada... Depois eu farei, oportunamente, uma explicação sobre tudo isso. Eu vou explicar, como ex-prefeito, que trabalhou com merenda, que conhece como funciona a merenda...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aqui está uma Questão de Ordem, Sr. Presidente, sob sua permissão.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, está parado o tempo, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Desculpe, eu vou responder, porque eu estou sendo nominalmente citado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, este aqui é um relatório do Tribunal de Contas sobre a merenda centralizada, diferente da descentralizada. Então, ele aponta diversas irregularidades, diversos erros. Pelo que o senhor disse, não

houve nenhuma ação para se melhorar isso - só em relação ao cardápio. Que o senhor disse que houve uma mudança de cardápio, que era o sopão, isso lá de trás para cá...

O SR. FERNANDO PADULA - Não, houve o sistema - que eu já expliquei aqui - para a contagem dos comensais nas escolas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É uma falha grande, por parte da secretaria, no acompanhamento, na fiscalização, na gestão, nas questões higiênicas. Aponta, aqui... Tanto ele aponta do Estado, que, nas questões higiênicas, ele fala tanto do programa descentralizado quanto do centralizado. Então, ele aponta diferença quando é um ou outro.

Sr. Padula, vamos voltar à chamada pública. A chamada pública é um processo recente de contratação. Ele não existia. A agricultura familiar, a obrigação dos 30%... A contratação dos 30% também é recente. Como é que se deu a implantação desse sistema na secretaria? Como é que foi a primeira chamada? A decisão de fazer ou não fazer o percentual, o tanto que se ia fazer, por que não se fazem os 30 por cento... Como é que se deu isso?

O SR. FERNANDO PADULA - Assim que foi criada a lei, a equipe técnica do Departamento de Alimentação, com as nutricionistas, começaram a trabalhar para que se fizesse a chamada pública, seguindo a legislação federal, que estabelece no que se pode gastar e como deve ser, passando pela consultoria jurídica. O que eu sei, de maneira gerencial, é que tanto Estado quanto prefeituras, as secretarias municipais de Educação, sempre tiveram grande dificuldade em fazer a implantação da agricultura familiar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor chegou a discutir, em algum momento, com parte dessa equipe, sobre alguma chamada pública? Não sobre a contratação específica da empresa “a”, “b” ou “c”... Não é isso. Eu estou perguntando agora... Eu quero discutir o funcionamento da secretaria. Vou deixar bem clara a minha pergunta, agora. Sobre o edital, como é que deveria ser? Enfim, chegou a discutir algo nesse sentido?

O SR. FERNANDO PADULA - Não, a discussão que eu fazia era a seguinte: “Vocês estão conseguindo comprar da agricultura familiar?” Era essa a minha preocupação - e não o teor do edital.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E qual foi a sua conclusão a partir da resposta deles?

O SR. FERNANDO PADULA - Que era muito difícil.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por quê?

O SR. FERNANDO PADULA - Pela quantidade e pela oferta.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Deputado, V. Exa. me dá um aparte, só para tentar esclarecer?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É lógico.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso aí é o seguinte: o próprio governo federal fez uma exceção - de, em vez de haver licitação, haver o chamado “chamamento público”, porque as cooperativas, os agricultores familiares, não têm condição de competir e atender ao requisito de uma licitação. Foi isso o que aconteceu. Foi o governo federal que abriu essa válvula, senão ninguém conseguiria fornecer.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O que o senhor achava do trabalho da equipe do departamento que contratava? Bom?

O SR. FERNANDO PADULA - Um trabalho técnico.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O trabalho da Dione e da equipe dela era um trabalho bom?

O SR. FERNANDO PADULA - Da Dione di Pietro?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É.

O SR. FERNANDO PADULA - Não tenho do que reclamar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ela já tinha trabalhado com o senhor diretamente em alguma ocasião?

O SR. FERNANDO PADULA - Ela é funcionária de carreira da secretaria - acho que há 40 anos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ela trabalhou diretamente com o senhor?

O SR. FERNANDO PADULA - Diretamente? Ela era assessora de planejamento. Bom, mas, estava lá, na secretaria, próximo. Não era do meu gabinete, mas...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não foi nomeada em 2008? Saiu no “Diário Oficial” do dia 29 de fevereiro.

O SR. FERNANDO PADULA - Mas, antes, ela já trabalhava lá.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, estou perguntando com o senhor, diretamente. Não estou perguntando na secretaria.

O SR. FERNANDO PADULA - Comigo, diretamente, não. A Dione sempre trabalhou na Secretaria da Educação. Quando eu cheguei à Secretaria da Educação, ela já era assessora, dirigente da ATP, que é a Assessoria Técnica e de Planejamento, por onde ficou vários anos. Já estava lá, anteriormente à minha chegada. Depois, ela foi trabalhar como coordenadora na Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E ela teve um período que estava... Foi assessora técnica de gabinete em 2008.

O SR. FERNANDO PADULA - Ela já era. Ela continuou sendo assessora técnica de gabinete.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ela trabalhou, então, diretamente, com o senhor, nesse período? Diretamente, em uma função de subordinação...

O SR. FERNANDO PADULA - Não, ela... Vou repetir, deputado. Eu trabalhei juntamente com a Dione, mas ela não era minha subordinada. A Assessoria Técnica e de Planejamento do gabinete se vinculava ao secretário. Não era subordinada ao chefe de gabinete, mas nós éramos colegas. Trabalhávamos próximos. Conhecia a Dione. Conheço-a e acho que é uma pessoa extremamente correta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Você acha que os editais que passaram por ela, no período em que ela estava lá, nesse departamento, chefiando... Ela fez isso de forma correta?

O SR. FERNANDO PADULA - Fez.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E fiscalizou, também? Como é que era a fiscalização da...

O SR. FERNANDO PADULA - Aí, precisa perguntar para ela.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas, você acha que ela fez isso de forma correta?

O SR. FERNANDO PADULA - Ela é uma servidora correta, honesta e decente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Há um documento falso que foi apresentado pela cooperativa, que é a filiação à Ocesp, que passou. O que o senhor acha disso?

O SR. FERNANDO PADULA - Portanto... Se apresentaram um documento falso, agora têm que entrar com uma ação e punir quem apresentou documento falso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O senhor acha que a secretaria não tinha que acompanhar, verificar, ver se era...

O SR. FERNANDO PADULA - Se o documento é falso, quer dizer... Ele foi falsificado e, portanto, eles enganaram a secretaria.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Houve mais casos em que houve outros documentos falsos, dentre os inúmeros processos que a secretaria...

O SR. FERNANDO PADULA - Se houve, certamente foi punido, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Está bem. O que o senhor acha da formação do preço da chamada pública? O senhor sabe como é que se dava?

O SR. FERNANDO PADULA - O quê?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A formação do preço a ser publicado no edital da chamada pública, como é que se dava?

O SR. FERNANDO PADULA - Conforme determina a legislação federal, com pesquisa de preço, não é?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E o senhor acha que isso foi cumprido pela secretaria estadual?

O SR. FERNANDO PADULA - Passou pela consultoria jurídica. Deve ter sido, sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, não foi.

O SR. FERNANDO PADULA - Não foi?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Expressamente não foi.

O SR. FERNANDO PADULA - Então...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A lei determina três preços. No caso da Coaf, só foram consultadas duas empresas - justamente, as vencedoras. A terceira empresa, que seria... Acho que é a Ecocitrus ou a Citro Cardilli. Enfim, não me lembro do nome, agora. Desculpe. Mas, são a Coagrosol e a Coaf que apresentam e isso passou por todo mundo. E justamente as duas são contratadas - a Coagrosol e a Coaf. O senhor acha isso correto?

O SR. FERNANDO PADULA - Deputado, se houver algum erro, pune.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, eu perguntei se o senhor acha isso correto.

O SR. FERNANDO PADULA - Há mais de um preço?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Há dois preços. A lei determina três.

O SR. FERNANDO PADULA - Precisa ver. Pesquisaram? Mandaram para outro? Devolveram? Consultaram no mercado?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É o processo, o processo que a secretaria mandou para esta CPI. Para a secretaria, você não acha que foi uma falha grave? Isso é para formar o preço médio do edital.

O SR. FERNANDO PADULA - Se havia outra...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Oi?

O SR. FERNANDO PADULA - Eu não sei se havia outra, se não havia. Precisa analisar o...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, a partir daquilo que eu estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, não é suposição. É pergunta, deputado. “O senhor acha...? O senhor acha...?” Ninguém acha nada aqui. As pessoas respondem a perguntas concretas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vou voltar à minha indagação. Sr. Presidente, da mesma maneira que V. Exa. pedia, há pouco, para ninguém interferir, peço a V. Exa. que deixe eu terminar a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Desde que V. Exa. faça a pergunta correta...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Olhe, quem julga o que é correto na minha pergunta ou não sou eu.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Aqui não há “achômetro”.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por favor, quem considera se a pergunta é correta ou não sou eu.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mas, eu posso decidir se está correta ou não e se ele deve ou não responder. (Manifestação dos presentes.) (Vozes sobrepostas.)

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ah, que é isso, agora?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, suposição, não!

A SRA. MARCIA LIA - PT - É a ditadura, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então, faça a pergunta concreta, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu estou afirmando: a lei determina três. Havia dois preços, duas consultas. O senhor diz que ela é uma funcionária correta. O senhor acha que ela agiu corretamente nesse caso? Esqueça o “acha”. Ela agiu corretamente?

O SR. FERNANDO PADULA - Deputado, foi ela que fez?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Foi ela que abriu a chamada. A responsabilidade é dela.

O SR. FERNANDO PADULA - Mas, existe alguma justificativa?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ela vem aqui. Ela é a próxima.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, eu quero perguntar primeiramente para ele. Não há justificativa.

O SR. FERNANDO PADULA - Portanto, tem que, então, anular.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Estado já pagou.

O SR. FERNANDO PADULA - Cobra. O produto foi entregue? Se o produto foi entregue, o Estado não pode se enriquecer sem causa. Se foi feito... Se pagaram a mais...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Padula, o senhor, com certeza, sabe bastante deste caso. O senhor: “Olha, eu só consultei porque perguntaram se o dólar variava, se era aditivo financeiro. Com a minha capacidade jurídica, eu opinei.” Eu estou perguntando outra coisa e ele não tem opinião.

De fato, ele é bem preparado para responder aquilo que convém - não a ele, ao Estado. Está protegendo o Estado. É um servidor, como disse o deputado João Paulo Rillo, de alta plumagem, que se diz coisa rara.

Sr. Padula, além dessas falhas, estranho que, justamente nesse contrato... Parece que querem dizer, aqui... São coincidências, deputado Carlão Pignatari. Houve outro documento falso apresentado pela cooperativa e o Estado, mais uma vez, foi omissivo e permitiu isso - justamente nesse processo, em que esse senhor, segundo o delator, como ele mesmo disse, falou que o presidente ligou para ele e que, depois, ele respondeu. Justamente nesse caso, em que é citado que houve propina de 10% de um milhão e 300... Não só descumpriram a lei em relação aos dois orçamentos - aos três, como deixaram passar, no mínimo, até agora... Já descobrimos mais um - mais um documento falso. E quem atesta que é falso é o próprio Estado: o Instituto Adolfo Lutz. Está aqui, anexado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ótimo! O Estado não esconde. O Estado aponta. Foi a CPI que pediu esse documento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, desculpe. Quem pediu foi o meu gabinete.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A CPI pediu esse documento. Como é que não?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele também respondeu ao gabinete.

Então, Sr. Padula, o laudo bromatológico que atestava a qualidade do suco da laranja e suas propriedades também era falso. E o senhor diz que era uma funcionária séria. Há depoente que diz que ela foi a Bebedouro cobrar dinheiro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas, quem é que avalia validade de documento?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É um documento simples.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ah, que é isso?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Simples! Que a outra cooperativa juntou...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O cara é responsável. Ele acessa lá.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Será, deputado Barros Munhoz? No mesmo processo, em que são duas empresas contratadas, há laudos diferentes. Não chamou a atenção de ninguém? Desde o símbolo do documento a outras informações? Tanto no caso da Ocesp quanto no caso do laudo? É mais uma prova e mais uma omissão da secretaria no caso da Coaf. É mais um documento falso que foi juntado àquele processo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Posso fazer um aparte?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Agora, não, deputado. Vou concluir. Já permito.

Então, é mais uma prova do descaso com que a secretaria atua na contratação da merenda. É mais uma prova, que não é só apontada pelo Tribunal, que diz que são 44% de sobrepreço. Houve tantas outras irregularidades e houve a participação efetiva, sim, do chefe de gabinete. Então, o senhor foi, no mínimo, omisso.

E mentiu, também, a esta CPI. Mentiu, por exemplo, quando disse que não falou com o Moita. O Moita afirma. No final, você diz que acha... “Ah, não me lembro.” Mudou de opinião.

Então, Sr. Presidente, isto aqui é mais uma prova clara da omissão, do descaso do Governo do Estado e do favorecimento que teve... Para favorecer a Coaf e a Coagrosol - e, provavelmente, deputado Barros Munhoz, tantas outras empresas, no caso da

merenda... Inclusive, como rola por aí, no contrato de transporte do depósito até as escolas... Que se pagam valores imensos a essa transportadora... Sr. Padula...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O último inscrito é o deputado Carlão Pignatari. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. MARCIA LIA - PT - Já passou o tempo de Sua Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, S. Exa. não falou ainda.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sua Excelência não falou.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas, S. Exa. não estava presente.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sua Excelência não estava presente quando V. Exa. o chamou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vossa Excelência me concede um aparte, por favor?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Está bem. Está bem.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas, volta a inscrição?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não é que volta. Estava inscrito antes do prazo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado, para mim V. Exa. pode falar. Só quero que a regra seja sempre a mesma.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vossa Excelência estava inscrito antes do prazo. Sua Excelência não foi depois do prazo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Espere aí. Só quero que a regra seja sempre a mesma.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas, S. Exa. não estava, na hora em que V. Exa. o chamou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Carlão Pignatari, por mim, V. Exa. fala. Eu só quero que a regra seja sempre a mesma.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, não vamos estabelecer isso como regra. (Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhoras e senhores, nunca houve exceção. Quem esteve aqui, foi chamado, se inscreveu dentro do prazo, saiu, voltou, falou. Sempre falou. Ninguém, aqui, obstruiu e deixou de dar a palavra para ninguém. O que nós criamos como regra - e isso está sendo mantido - é que ninguém pode se inscrever depois do prazo que foi determinado. Sua Excelência estava inscrito antes do prazo. É essa a regra.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para mim, não há problema nenhum. Só quero que a regra seja sempre a mesma, só isso.

Sr. Padula, por que o senhor pediu demissão?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A palavra está comigo ou não, Sr. Presidente?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ou por que o senhor foi mandado, exonerado?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A palavra está com...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - A última pergunta...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, deixe-me fazer uma última questão. Por que o senhor foi exonerado?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu faço a pergunta para ele. Não há problema.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Vossa Excelência me dá um aparte para fazê-la?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não, eu faço a pergunta para Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele pode responder à sua última pergunta.

O SR. FERNANDO PADULA - Por um motivo muito simples: o novo secretário da Educação, professor Renato Nalini, quis levar alguém do contato dele. É legítimo isso.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado Carlão Pignatari, V. Exa. tem cinco minutos.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Vou passar um minuto do meu tempo para o deputado Enio Tatto e dois minutos para o deputado Barros Munhoz.

O SR. ENIO TATTO - PT - Obrigado. Sobre a questão de responsabilidades, parece que são coisas pequenas, mas não são pequenas. O Dr. Padula era chefe de gabinete da Secretaria da Educação no dia 1º de janeiro de 2014. Vou contar esta historinha só para se verem as responsabilidades das pessoas e o tanto que as pessoas são insensíveis - e acontecem as coisas.

Nesse dia, pegou fogo a Escola Tancredo Neves, no Jardim Novo Horizonte, região do Grajaú. Vossa Excelência sabe muito bem disso. No dia 1º de janeiro de 2014! Inclusive, eu fiz diversas reuniões com o movimento da região, mães e alunos. E

lá foram interditadas algumas salas de aula e a quadra de esporte. Janeiro de 2014! Nós estamos em outubro de 2016.

No sábado à noite, dois ou três jovens entraram nessa quadra da escola e estavam lá. Acho que estavam jogando futebol. De repente, um policial atirou nos jovens e atingiu o jovem Matheus de Freitas, estudante de 24 anos, da Universidade 9 de Julho. Ele morreu, deputado Barros Munhoz.

Desde 1º de janeiro de 2014 a escola está lá, até hoje, sem terem sido feitas as reformas e adequações necessárias. Eles entraram lá para jogar futebol e a quadra está interditada por irresponsabilidade da Secretaria do Estado e do Governo do Estado.

Vou mais longe. Lá naquela região há pelo menos cinco escolas que pegaram fogo - na Barragem, a Recanto Campo Belo, a Tancredo Neves - e o chefe de gabinete era o Dr. Padula. Então, quando a pessoa se omite nesses casos... Ele se omite em receber uma certidão negativa da Coaf e, também, um atestado probatório da qualidade da merenda. Essa é a cara da Educação no estado de São Paulo, deputado Barros Munhoz.

Obrigado, nobre deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Permite-me? Olhem, pessoal, eu queria dizer muito claramente que o que se está fazendo aqui é um absurdo jurídico. É um atentado contra a democracia. É um atentado a tudo - e ao bom senso, acima de tudo.

Vamos partir do pressuposto de que tenha havido responsabilidade de alguém da Secretaria da Educação nesses episódios de três contratos, que totalizaram, no período de quatro anos, 13 milhões de reais. Não é crível que queiramos extrapolar isso para responsabilizar o Governo do Estado, para dizer que a secretaria tem uma atuação catastrófica, que a merenda é ruim.

Isso é ofender não só a imprensa, não só os servidores públicos estaduais de São Paulo, como o povo de São Paulo, porque, em janeiro de 2014, o governador do Estado também era o Geraldo Alckmin, assim como em janeiro de não sei quando era o José Serra, assim como em janeiro de não sei quando era o Mário Covas.

Faz 24 anos que o povo está sendo enganado, minha gente? É uma farsa isso aqui, é uma brincadeira, é um jogo político. Vamos apurar, ou então vamos fechar a Polícia Civil do Estado de São Paulo, o Ministério Público do Estado de São Paulo e o Poder Judiciário do Estado de São Paulo, porque estamos querendo fazer o que cabe a eles, perdendo um tempo imenso.

Isto aqui é uma atitude... Não deu o resultado político que vocês queriam. Vocês perderam a eleição. Eu caí de costas. Perguntei para o Alencar: “Como é que foi lá?” Ele falou: “Foi mal, tivemos 3% dos votos.”

Perderam para alguém que chamaram de poste, mas que não é poste. Primeiro turno, 53 por cento. Caíram de 80 prefeituras para oito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, isso é objeto da CPI?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Como não era a sua fala da escola e da quadra.

É isso que nós precisamos dizer. Padula, vá em paz, fique tranquilo. Você foi um excelente chefe de gabinete da Secretaria da Educação e é um excelente profissional e um excelente servidor público do Estado.

Desculpe terem te usado para enlamear o Governo do Estado. Já acabou a eleição, pessoal. Vamos parar com brincadeiras de mau gosto, como nós estamos fazendo aqui. A qualidade da merenda é a melhor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Encerrado o tempo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, o nobre deputado Carlão Pignatari me deu um minuto.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Trinta segundos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Isso é típico de vocês, tucanos. Colocar os problemas de vocês embaixo do tapete. Vocês insistem aqui em dizer que essa CPI... Que nós estamos aqui criando palanque. Nós não estamos criando palanque, sabe por que, deputado Barros Munhoz? Porque para nós não importa se o desvio é de um centavo ou se é de um bilhão.

Vocês insistem em dizer que foram 13 milhões. Não importa, deputado Barros Munhoz, vocês têm que ser responsáveis.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, já acabou o tempo. Eu queria agradecer o depoimento do Fernando Padula. O depoente quer dar a última palavra.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Vamos fazer uma condecoração ao Sr. Padula e a todos aqueles que por aqui passaram. São todos inocentes, são todos ingênuos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sra. Deputada, ninguém está dizendo isso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Foram todos objetos da sanha do Partido dos Trabalhadores de querer encontrar culpado nessa questão. Ora, por favor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, acabou o tempo e o depoente quer falar antes de ir embora. Tem a palavra.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E só para dizer mais uma coisa. Vocês perderam quatro vezes a Presidência para nós. Então, se agora nós tivemos esse revés, vocês também tiveram no passado um reio que vocês levaram de nós. Se for para equilibrar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Três vezes e meia.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Por favor, não vamos fazer discussão. Daqui a pouco tempo abre a sessão em plenário, e cada um pode se inscrever no Pequeno e no Grande Expediente.

Temos mais uma depoente. Por favor, deixem o depoente dizer a última palavra.

O SR. FERNANDO PADULA - Eu queria apenas... Para repor a verdade aqui. Em primeiro lugar, em nenhum momento eu disse aqui que não falei com o Luiz Roberto.

Segundo, o deputado falou: “O senhor se omite em receber o atestado.” Não, deputado, porque o atestado não era entregue a mim. Portanto, não cabia a mim nem me omitir do caso. O atestado é entregue na área.

Terceiro, se o atestado era falso, o Estado é vítima, e o Estado tem que entrar com a ação de quem apresentou um atestado falso. Se houve, porventura, participação de algum servidor, tem que ser punido exemplarmente.

Por último, queria dizer que eu estive aqui, respondi a todas as perguntas. Fico satisfeito, porque a verdade vai aparecendo. Não se mostrou uma acusação à minha pessoa. A menção ao meu nome é absolutamente pueril, de um fato que nem ocorreu.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, o depoente está respondendo perguntas ou fazendo discurso político aqui?

O SR. FERNANDO PADULA - Estou defendendo a minha honra.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Deputado, se V. Exa. pode fazer discurso político...

O SR. ENIO TATTO - PT - Ele veio aqui para responder perguntas. Aliás, não respondeu.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele está respondendo às perguntas.

O SR. ENIO TATTO - PT - Ninguém fez essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, está dispensado o depoente. Faremos uma pausa de cinco minutos até que a próxima depoente venha até o plenário.

* * *

- Suspensa, a reunião foi reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Retomando nossa reunião, convido a próxima depoente, a Sra. Dione, a tomar assento, junto com seu advogado.

Ilustre deputado Alencar Santana, termine a sua entrevista depois, por favor.

Solicito que o advogado da depoente diga o nome e a OAB, por favor.

O SR. WAGNER ANTÔNIO SNIESKO - Wagner Antônio Sniesko, OAB 166.634/São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sra. Dione, quero informar que a senhora está aqui como depoente e, por força de lei, tem a obrigação de falar a verdade, sob todas as penas, tanto do ponto de vista civil como criminal. O advogado pode acompanhá-la, mas só pode falar se for incitado.

Quero informar a senhora que se costuma fazer da seguinte forma os depoimentos: nós solicitamos que a pessoa faça uma primeira explanação, identificando-se, qual função exerce, enfim, qual o cargo público que ocupa, um pouco de seu histórico dentro da vida pública, e depois, com relação às informações que a senhora sabe, qual a relação que a senhora teve com o caso Coaf, se a senhora conhece algumas das pessoas da Coaf, se tem alguma relação com elas, enfim, uma explanação um pouco geral daquilo que a senhora, provavelmente, acompanhou pela imprensa.

Passo-lhe a palavra, para que possa fazer a exposição inicial.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Boa tarde a todos, Excelência, deputados e deputadas e todas as outras pessoas que estão aqui nesta oitava.

Meu nome é Dione Maria Whitehurst di Pietro. Estou aposentada desde dezembro de 2014. Meu primeiro concurso público foi em 1974, quando escolhi um cargo na Secretaria de Estado da Educação, e lá fiz uma carreira de 40 anos.

Na secretaria passei por aproximadamente 10 secretários. Ocupei vários cargos, sendo que nos últimos anos eu dirigi a Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional, que é uma assessoria na Secretaria da Educação, que cuida de toda a parte de planejamento, orçamento e convênios.

Em 2013, eu estava ainda como dirigente dessa Assessoria Técnica, quando o secretário era o professor Herman Voorwald. Eu mostrei certo interesse em sair da área pública, e o professor Herman então me convidou ainda para continuar na assistência

técnica dele, onde fiquei nos anos de 2012 e 2013. Em 2013, ele me pediu para substituir a então coordenadora da Coordenadoria de Infra e Serviços Escolares, para que eu ficasse no lugar dela.

Isso ocorreu no dia 23 de novembro de 2013. Eu era assessora de gabinete nessa época, até porque eu já tinha uma primeira aposentadoria de carreira. Eu me aposentei em 99, e assumi então a coordenadoria, designada com pró-labore, no dia 23 de novembro de 2013.

Lá permaneci até 2014. Eu estava já com uma segunda aposentadoria pelo INSS, que eu tinha conseguido em junho de 2014. Então, quando eu assumi, eu disse ao secretário: “Secretário, eu fico enquanto o senhor tiver alguém com perfil e da sua confiança, para responder pela Coordenadoria. Não tenho interesse”. Eu estava muito próxima de uma segunda aposentadoria, e não tinha mais interesse em ficar no Estado.

Resumindo minha primeira aposentadoria foi em 99, como funcionária pública estadual concursada, e a minha segunda aposentadoria foi pelo INSS, em junho de 2014. Continuei na Cise, a pedido do secretário, até o final desse ano de 2014, quando tirei licença-prêmio, férias em 2015 e exonerei-me do Estado, de todo e qualquer cargo. Então, desde dezembro de 2014, eu já não respondia mais por nenhum cargo no Estado, na Secretaria de Estado da Educação. Já estava aposentada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A senhora conhece alguém da Coaf? O que a senhora sabe dessa história toda?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Coaf. A Coaf é uma cooperativa de produtos agrícolas, e o que eu tenho, efetivamente, eu assinei um contrato no dia 28 de novembro de 2014, quase no final já da minha gestão como coordenadora, com a Coaf. Esse foi o fato efetivo.

Quando eu entro na secretaria, na Cise, a pedido do Herman, no final de 2013, para assumir essa Coordenadoria, caros deputados, vou fazer um parêntesis, mas é mais para elucidar a Cise um pouquinho, porque a Coordenadoria de Infraestrutura, eu posso dizer isso, porque trabalhei nas duas reformas administrativas da Secretaria da Educação, a primeira em 76, e a segunda em 2011.

A Cise é um elefante. Diria que é um paquiderme, porque ela é imensa. É uma Coordenadoria de muito trabalho, de muita complexidade e que dificilmente nós temos aquele incentivo para trabalhar na Cise, porque, pelo menos na minha faixa, em que eu

estava, hesitei bastante antes de assumir. Foi mais como uma tensão e um compromisso ao então secretário.

Por que estou dizendo isso? A Cise tem três departamentos pesadíssimos. Ela tem um Departamento de Infraestrutura que cuida de 5.399 escolas da rede pública estadual. Ela tem um Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno, que cuida de toda a merenda escolar, não só dos convênios com as prefeituras, como também de toda aquisição de gênero alimentício. E ela tem também, além do DAAA, um departamento que é responsável pelas licitações, em especial por todas as licitações e aquisição de gêneros alimentícios.

Fora isso, cuidávamos de transporte escolar também, que estava dentro da Infraestrutura, e de todo o atendimento ao alunato. Eu tinha, na época, em 2014, se não me falha a memória, o meu orçamento da época era um bilhão, para todas essas áreas. Era um bilhão, no início de 2014. Um bilhão e alguns quebrados, mas era um bilhão.

Eu não tinha muito tempo na Cise, então, eu até, por conta de tudo que está sendo falado, eu até fiz um levantamento. Eu era uma pessoa que não tinha muito tempo de sair. O que eu fiz muito na Cise? Eu visitei escolas, para ver as questões de obra, as questões de material, para ver as questões até da parte da merenda. Mas, sair para fora da minha área de jurisdição, o pessoal até dizia “você é muito de gabinete”. Não dava tempo. Efetivamente, fiquei 11 meses como coordenadora. Não fiquei cinco anos, nem seis, nem sete. Eu fiquei 11 meses, respondendo.

Entro em novembro de 2013. Depois de ter dado esse breve relato do que é o órgão, eu tinha as equipes instituídas e constituídas. Eu tinha três departamentos pesados, e então eu mantive a equipe da minha antecessora. Eu não mudei pessoas. Eu não mudei assistência técnica, e mantive o mesmo quadro.

Levei apenas uma assistente técnica. Era uma pessoa que havia sempre trabalhado comigo, e eu tinha assim uma certa afinidade com o trabalho dessa moça. Eu achava que essa moça poderia me ajudar. Não que ela fosse assim uma pessoa com experiência das áreas em que eu estaria me embrenhando naquele momento.

Agora que sei que o foco é o objeto desta minha oitiva, chego então no fim de 2013, e há uma chamada pública com essa cooperativa, que está em andamento, que já havia iniciado meses antes. Eu tinha, conforme eu disse, porque fazia dois anos que eu estava lá, uma diretora de Departamento de Licitações, cujo departamento se chamava Desup, e um diretor do Departamento de Alimentação e Assistência, que era o DAAA.

Como começa um processo? Nasce na área de alimentação. Nós, nutricionistas, eu não sou nutricionista, sou administradora pública, mas eu digo: o processo nasce no DAAA, pela equipe que tem as nutricionistas. E, dado o cardápio, a necessidade de servir, então elas começam a formalização, a abertura de um contrato de aquisição.

E quando isso ocorre, elas fazem a parte delas, DAAA atuando. E encaminham para o Desup, o Departamento de Licitações, que cuida, sim, de toda a parte formal, seja de um pregão eletrônico de registro de preço, seja de um pregão, seja de uma chamada pública.

São essas duas áreas que são as responsáveis por esses procedimentos. Quando eu chego, em novembro de 2013, essa chamada pública já estava 80% fechada. Já havia sido autorizada pela minha antecessora. O que faltava nessa chamada pública? Na realidade, eu assinar o contrato com a Coaf, para a aquisição daquele suco de laranja integral, na embalagem de 200 ml.

Nesse momento, estou com pouquíssimos dias, nem uma semana de coordenadoria. Eu confio na minha diretora de departamento. Eu confio na minha equipe técnica. São pessoas que têm um perfil de competência. E me dizem: “Professora, que era como elas me chamavam lá - embora eu não seja; sou também, mas professora primária - professora, eu sinto dizer-lhe que essa chamada pública tem irregularidades.” “É, tem irregularidades?” Aí, rapidamente, não foi uma coisa muito demorada, não fiz reuniões intermináveis com o gabinete, com chefia, com ninguém.

Por quê? Nesse período em que fiquei na Cise, tenho até a relação aqui, que tomei esse cuidado, eu assinei, pelo menos, 244 contratos. Por que fui eu que assinei? Pelo Decreto 57.141, que é o decreto que reorganiza a Secretaria da Educação, é a minha competência. Eu tenho que assinar. Mas eu não tenho que discutir licitação. Eu não tenho que estar na área técnica, até porque se eu fizer todo esse empenho, nesse momento, na parte mais operacional, a Cise não andaria. Eu tinha uma Dginf, eu tinha um departamento de Infraestrutura com reforma, manutenção, construção, com TAC de acessibilidade. Eu tinha outras demandas prioritárias naquele momento.

Outra coisa, ninguém me trouxe esse assunto, dizendo assim: “Chefe, ou dona Dione, ou professora, esse aí é um assunto extremamente urgente, importante.” Sim, me disseram: “Há irregularidades.” Eu falei: “Então, acho que não poderemos assinar esse contrato, embora a chamada já tivesse sido publicada.” “Ah, não, não vai assinar?” Eu também vejo, diz a minha técnica, que o problema maior é se assinar, porque há vício. O Tribunal de Contas pode pegar.

Eu me lembro de ter ouvido algumas coisas. Realmente, foi uma chamada pública que teve irregularidades, que eu posso dizer até mais técnico-administrativas. Fonte de recurso. Na agricultura familiar, existe um programa do Governo do Estado, que é o Ppais. Existe um programa do governo federal, o Pnae.

Aí houve uma mistura na questão de edital. Havia manifestação de pregoeiro, quando não era algo de pregoeiro, porque havia inexigibilidade de licitação. Havia um valor que havia sido citado nessa chamada; o orçado era um, o que foi publicado era outro.

Enfim, estou citando coisas que eu ainda lembro, e que eu peguei até, não estou mais na secretaria, e não estou assim com acesso aos processos, mas eu tenho alguns registros de coisas na minha casa. Então, eu não assinei. Não assinei, e essa chamada, sei que as minhas áreas foram constantemente chamadas, o pessoal da Coaf, principalmente, ligando, telefonando, pedindo esclarecimento: “Por que não está assinando? Por que não assinou? Por quê? Por quê?”

Um detalhe, nenhum dos meus dois departamentos chegou para mim e disse: “Dona Dione, estão telefonando, perguntando por que não assinou.” Não. Sou uma pessoa que, graças a Deus, nunca precisei de advogado para nada, e eu trabalhei durante anos a fio na secretaria, na Assessoria Técnica de Planejamento, com convênios. Trabalhei com convênios, com contratos.

De repente, o pessoal me conhecia muito bem. Eu sei até que o diretor de Alimentação disse, para quem foi reclamar, que não estava saindo: houve problemas, tivemos irregularidades, a coordenadora parece que não vai assinar. E aí o diretor deve ter dito, na época, eu não o ouvi dizer, eu li depois que ele disse. Deve ter dito na época: “Olha, se você vai insistir muito, a verdade é essa: houve um problema assim, assado, tem vício, tem isso, tem irregularidade, ela não vai assinar.” Ah, ela não vai assinar? Pois bem. Diz o diretor a eles: “Se você não acredita no que estou lhe falando, entre em contato com ela.”

Nunca entraram. Nem por telefone, e nem pessoalmente. Nunca ninguém da Coaf me procurou, para dizer: “Por que a senhora não assinou, por que a senhora deixou de assinar?” Certo?

Eu encerro essa chamada. Início a outra chamada. Nós tínhamos inclusive um parecer do nosso consultor jurídico. Eu tinha, por cuidado, na Cise, até porque não sou advogada, ouvir muito a consultoria jurídica. E nessa primeira chamada, que eu não

assinei, a consultoria jurídica faz uma recomendação. Ela orientava no sentido de que nós, ao invés da chamada, fizéssemos um pregão.

E no início da minha gestão, então, no início de 2014, começo esse pregão. A minha área de licitação começa esse pregão. Esse pregão teve uma liminar do Tribunal de Justiça, e então ele se arrastou durante o ano de 2014, e não conseguimos concluir com o pregão. Voltamos a fazer a chamada pública, até porque era dinheiro do FNDE, e havia a legalidade de fazer a chamada pública, embora eu, pessoalmente, ache aquela legislação, eu não sou advogada, mas, em conversa, mesmo em 2014, nós víamos que era uma legislação que abria brecha para muita coisa.

Em 2014 fizemos a chamada pública. O contrato, não vou entrar muito em detalhe, até porque sei que os senhores vão querer fazer perguntas. Mas, se quiserem, eu detalho mais esse processo.

Em 28 de novembro de 2014, eu estava a menos de um mês para abandonar o Estado, com uma aposentadoria. Eu assino esse contrato. Fiquei com uma cópia desse contrato, até porque eu assino os contratos em três vias.

Qual não é a minha surpresa, quando, neste ano, depois que começa esse tumulto todo da operação, eu me vejo, infelizmente, meu nome foi chacoalhado. Vejo que quem assinou o contrato comigo, além do Sr. Cassio, é uma pessoa, nem sei se eu chamo de pessoa, é uma pessoa que há seis meses me denunciou, em rede nacional, da forma mais covarde, torpe e mentirosa, que é o Sr. Emerson.

Essa pessoa só pode ter pego o meu nome, com essa facilidade, da cópia de contrato que tem o meu nome assinado, e o dele ao meu lado, infelizmente, porque eu jamais gostaria de estar num papel, ao lado dele.

Antes de continuar, eu queria primeiro agradecer à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pela oportunidade que estou tendo, de colocar a minha verdade, que não é minha, não. É de uma pessoa, sou mãe, sou avó, fui funcionária pública 40 anos, e fui, sim, vocês imaginem vocês assistindo à televisão, ao Jornal Nacional, e a âncora do jornal jogar o seu nome nessa sujeira e dizer que você teria ido à cidade de Bebedouro receber uma propina do Sr. Emerson, não me lembro o nome, Emerson alguma coisa. Emerson Girardi.

Digo mais. As datas, em que ele diz que eu estive lá, eu não estava nem na Coordenadoria. A primeira data, que ele me encontrou não sei onde, eu não era funcionária da Cise. Eu era assistente técnica, assessora técnica do professor Herman, no gabinete da secretaria. E a outra época, que ele diz que eu fui lá, em Bebedouro, que

eu nem conheço essa cidade, eu já estava aposentada, há mais de três meses. Eu tinha sido desligada no início de fevereiro. Ele disse que em abril, que em março, sei lá quando, eu fui lá, encontrei não sei quem.

Eu não tenho inimigo, mas eu não desejo. O que aconteceu foi que a minha família não está bem até hoje, por causa de uma denúncia, mais uma vez, torpe, mentirosa, covarde. E, na madrugada desse dia, eu me retratei junto à Globo, que disse a mim, com todas as palavras: “Dê-me a sua imagem.” E eu não dei. Eu não dei a minha imagem. Eu mandei por escrito a minha retratação. Eles receberam lá, porque eu tenho o protocolo de recebimento.

Em princípio, agradeço à Assembleia, de dar a oportunidade, porque eu estava com isto aqui meio engasgado. Já me chamaram na Corregedoria. Eu falei um pouco, o que me foi perguntado. Já fui chamada também no Tribunal, estou falando. Nunca na minha vida eu passei por coisa semelhante, e não desejo para ninguém que passe por coisa igual à que estou passando.

Enfim, estou à disposição. Faz quase três anos que tudo isso aconteceu. Vocês me perdoem se eu esquecer algum fato, mas estou à disposição dos Srs. Deputados para responder o que os senhores quiserem. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Agora é uma hora e doze minutos. Quem quiser pode se inscrever até às duas horas e 12 minutos.

O primeiro inscrito é o nobre deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Boa tarde, D. Dione.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Boa tarde.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Cheguei a ouvir o final das explicações da senhora. O Emerson Girardi disse, na polícia, que a senhora foi a Bebedouro. A senhora conhece Bebedouro?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Nunca estive nessa cidade, deputado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - E pior, ele disse ainda que a senhora foi lá para receber o que tinha que receber.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Ele disse, em rede nacional, que eu fui lá para receber uma propina. Ele disse que eu estava há três dias na cidade.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Isso está na declaração que ele fez à polícia.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Na declaração dele do inquérito.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Isso não é verdade, pelo o que a senhora afirmou aqui. A senhora entrou com um processo contra ele sobre esse fato inverídico que ele disse?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - O Dr. Wagner está me representando. Eu estou entrando sim com uma queixa-crime de calúnia contra ele. Além disso, naquele mesmo dia, eu me retratei junto à Globo. Desde esse dia, deputado...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não entendi. O que é retratar? Retratou junto à Globo... Não entendi.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ela respondeu.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Desculpem-me. Talvez eu tenha usado de forma errada a palavra retratação. O que eu não entendia é como a Globo podia passar em rede nacional uma mentira. E mais, ela disse que me procurou para saber se aquilo era verdade. Ninguém me procurou. Ninguém me procurou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A senhora esclareceu?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Eu esclareci. Eu disse todos os fatos a respeito. Não conheço essa cidade, não conheço esses vendedores da Coaf. Na Secretaria da Educação, eu era coordenadora. Eu estava em nível estratégico e não tratava com fornecedor. Nunca tratei com empreiteira e nunca tratei com fornecedor, seja de chamada pública, seja de pregão, seja do que fosse a aquisição ou serviço que eu estava providenciando.

Eu tinha dois departamentos. Sabem quantos funcionários eu tive na Cise nesses onze meses que fui coordenadora? Eram 134. Eu tinha 21 unidades e tinha três departamentos técnicos. Eu tinha essas pessoas e a elas eu delegava a competência delas.

Merenda era com o Sr. Rodrigo, certo? Licitação era com a Sra. Marilena - pessoas que, à época, demonstravam que faziam um serviço bastante honesto, razão pela qual eu permaneci com a equipe.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pelo o que entendi, a senhora era coordenadora dos dois departamentos.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Dos três. Vossa Excelência não estava.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - De Infraestrutura.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Alimentação Escolar e...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - E Transporte?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não. Transporte estava como um serviço dentro da Alimentação Escolar. O terceiro era o Departamento de Suprimentos e Licitações. Era o departamento que fazia todas as licitações de aquisição de gêneros.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Nesses onze meses, a senhora conheceu bem todo tipo de processo licitatório desses departamentos?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Quem recebia as mercadorias no depósito? Era do departamento da senhora ou era de outra coordenadoria? Para ver a quantidade.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, não, não. Na estrutura da Cise, há um departamento chamado Celog, que é um centro de logística. Esse departamento tem núcleos de serviço. Um desses era o armazém, que é o armazém de abastecimento lá na Jordanésia, em Cajamar. Nesses onze meses, eu consegui visitá-lo duas vezes. Não dava para visitar mais, assim como eu visitava as escolas. É uma cidade aquilo lá; é imenso.

Portanto, respondendo à sua pergunta, os responsáveis eram esses dois departamentos, o Departamento de Alimentação e o Departamento de Suprimentos, porque o Celog ficava subordinado ao Departamento de Suprimentos, o Desup.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Antes da senhora, esteve aqui o Padula, que, à época, era chefe de gabinete.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Era o nosso chefe de gabinete.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Um deputado aqui da comissão disse a ele que houve erros, por bem ou por mal, no processo licitatório e que a legislação determina, ao se fazer um pregão, que sejam consultadas três empresas. Nesse caso fatídico, foram apenas duas empresas. Quem era responsável por fazer a consulta de preços no mercado?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Pela competência e atribuição do Decreto 57.141, de 2011, que reorganiza a Secretaria da Educação... Não sou eu que estou dizendo de quem é a competência, o decreto diz claramente que todos

os procedimentos, desde a abertura, editais, pesquisas de preços e preço médio, tudo isso é atribuição da área de Suprimento e Licitação, que se chamava Desup.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Quem era o responsável dessa área?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Era a diretora Marilena de Lourdes Silva.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Então não era da sua competência fazer esse tipo de avaliação?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, porque...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Se o documento era verdadeiro ou não e se houve ou não as pesquisas necessárias.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Eu posso dizer para o senhor que a minha sala era aberta. Com todos os funcionários eu sempre fui uma pessoa de trabalhar com as portas abertas, mas, em especial, com os três diretores, as portas eram escancaradas, até porque foi a Marilena que disse, em um determinado momento, a respeito do outro processo.

Deputado Carlão Pignatari, eu assumo, estou lá há dois meses e confio na equipe que está, principalmente para evitar solução de continuidade. Eu não poderia, de jeito nenhum, parar nenhum programa e nenhum processo, porque o meu público-alvo eram os alunos e as escolas. Então, a minha diretora do departamento chega a mim e diz: “Há irregularidades aqui”.

Eu volto a dizer para o senhor, bem pontualmente sobre o que está me questionando. Tivemos falhas administrativas nesse contrato de 2014? Tivemos. Eu tenho aqui a lista dos 237 contratos de aquisição de gêneros alimentícios que eu assinei como coordenadora. Em um ou outro pode ter ocorrido uma falha? Pode, gente. Nós trabalhamos “pra burro”. Nós somos humanos.

Agora, eu dizia uma coisa que era regra para todos os meus diretores, tanto de departamento quanto de serviço. Eu não sou advogada, mas sei ler e muito bem. E sei

entender. Sempre que vier um parecer da Consultoria Jurídica, pelo amor de Deus, área técnica, acate toda e qualquer recomendação para não termos problemas no futuro.

Eu não estou falando isso só agora. Todos sabiam, porque era uma orientação que dávamos para todo mundo. Eu sei, porque quando a Corregedoria me chamou... E tudo isso que o senhor está falando é uma verdade. Ao invés de três, como era orientação do nosso jurídico, foram duas, partindo-se para um preço médio. Agora, o senhor vai me perguntar e acho que a pergunta é correta. É um departamento técnico que não poderia deixar passar.

Em uma leitura para assinar um contrato ou para ver um edital, eu jamais poderia chegar a um detalhe desse. Talvez devesse, só que eu não iria fazer outra coisa da minha vida, porque eram muitos contratos. Enfim, passou sim. Na Corregedoria, eu falei e digo para o senhor também: falha técnico-administrativa. A área responsável era o Desup, e ocorreu esse fato. Foram dois e se fez com um preço médio. Só que, no Desup, passava-se também por várias áreas. Havia o pessoal de análise, o pregoeiro, as pessoas que respondiam pela Comissão de Credenciamento e da Licitação.

Só para dar certa conotação, há diferença entre aquele que faz e aquele que está em um nível estratégico. A Marilena, que era a minha diretora de departamento, já estava em um nível quase estratégico. Ela também tinha os serviços dela, que eram outras diretorias, para responder.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O próximo inscrito é o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, caros colega, professora Dione...

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Professora. Eu gosto muito desse título.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A minha mãe também adorava. Ela se orgulhava muito de ser professora.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Sou professora e administradora pública com muita honra, mas o de professora me enaltece mais.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - 40 anos de serviço público.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Sim, senhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Bem prestados, tenho certeza.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Com certeza, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ninguém fica 40 anos ocupando os cargos que a senhora ocupou se os serviços não forem bem prestados. A senhora homologava a chamada ou só assinava o contrato?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Eu tinha várias tarefas. A de 2013, aquela que teve erros e falhas, não fui eu que assinei. Não fui eu quem autorizou a chamada. Depois que me passaram as irregularidades, eu também não assinei nada. A de 2014 sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Assinou a chamada?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Assinei a homologação da chamada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito. Depois o contrato?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Infelizmente, assinei o contrato que está aqui, se alguém quiser olhar. Além de ter assinado o contrato, eu era ordenadora de despesa, visto que a Cise era uma unidade orçamentária e eu era responsável pela assinatura da nota de empenho.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Professora, a senhora disse que muita gente, depois do cancelamento daquela primeira licitação, a assediou. Disse que muita gente procurou a senhora e o pessoal dos departamentos, principalmente a Coaf. Quem mais?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Eu queria fazer um clareamento à sua fala. Eu disse que, depois do cancelamento, eu não recebi ninguém reclamando de nada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas a senhora ouvia as pressões e sabia delas?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, não. Eu soube pelo meu diretor, Rodrigo Pimenta, que as pessoas... Não soube com aquela coisa, de todo dia virem falar isso para mim, não.

Como eu disse, esse assunto, logo que eu entro, não foi assunto da minha prioridade de espécie nenhuma. Eu não tive uma reunião. Desculpe-me, deputado, mas eu queria saber o seu nome.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Barros Munhoz. Aqui me chamam de “Berros Munhoz” também.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Barros Munhoz, que já foi prefeito. Eu trabalhava na equipe de convênios quando o senhor era prefeito.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nunca fizemos nenhum irregular.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Nunca! Nunca! Está aí. Podem olhar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu conheço muito bem a sua atuação. A senhora é uma exemplar servidora da Secretaria da Educação.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Dr. Barros Munhoz, o senhor sabe que estou entrando com um processo de queixa-crime contra a pessoa que me delatou, que me denunciou. O senhor sabe que, normalmente, é difícil conseguirmos testemunhas para essas coisas.

Fiquei até um pouco constrangida de falar com as pessoas, mas funcionários meus de 30 anos - que aprenderam a ser íntegros e a ter conduta ilibada na minha gestão - se prontificaram no ato. Pediram-me três. Por enquanto, dei seis e, se precisar, darei 20.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Maravilha. Eu conheço bem o funcionamento da máquina da Secretaria da Educação. Esse fato de serem duas e não três empresas que participaram tem algum significado maior? Normalmente as empresas são convidadas a participar na chamada? Que consequência isso teve concretamente?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Na realidade, eu entendo que é uma orientação, é uma norma legal. Nos inúmeros contratos que fizemos, em um grande número deles, nós batemos nessa coisa de chamar três. Agora, irei dar a minha opinião a respeito, da qual muitos podem até discordar.

Como não era um pregão ou uma licitação, era uma chamada pública, e por ser chamada pública, nós não poderíamos ter aberto mão desse terceiro. Por quê? Porque os dois que entraram, na realidade, foram os vencedores da chamada.

Se não me engano, a que eu assinei lembro bem, foi a Coagrosol. Agora, eu também não participava da chamada pública. A chamada pública nunca foi na Secretaria da Educação, onde eu ficava fisicamente. Era na 13 de Maio. A minha visão é essa. Talvez teria dado... Está me faltando a palavra, o senhor me perdoe. Se houvesse essa terceira, não haveria dúvida alguma. A coisa seria certíssima.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Perfeito. Só outra pergunta. Existe outra Dione na secretaria?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Existe.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Qual é o nome dela?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - É Dione Moraes Pavan. É uma nutricionista. Fiquei sabendo, pelo “Diário Oficial”, que ela foi exonerada há pouco tempo. Essa moça trabalhava...

Tive pouco contato com ela, porque ela era subordinada diretamente ao Rodrigo Pimenta, que era o diretor de Alimentação e Assistência ao Aluno. Essa moça é uma nutricionista e trabalhava na área-fim da merenda, digamos assim. Ela sempre trabalhou na área-fim da merenda.

Pelo menos durante o ano de 2014, ela cuidava do Programa de Agricultura Familiar no DAAA. É uma moça, deve ser muito mais jovem do que eu, deve ter a idade das minhas filhas. Tenho filhas nessa faixa dos 35 anos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pode ter havido uma confusão de “Diones”?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Com certeza.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Acusaram a senhora quando, na verdade, se trataria dela?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Em um primeiro aspecto, eu não tenho dúvidas. No segundo aspecto, eu não posso dizer.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Entendi.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Vamos traduzir os aspectos?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - A pessoa que me delata e que me denuncia sordidamente disse que, em meados de 2013, estive no Departamento da Merenda Escolar e foi atendida pela Dione. Em 2013, mais uma vez, eu era assessora técnica do professor Herman Voorwald, trabalhava no prédio da Praça

da República, nº 53, 2º andar, sala dos fundos do gabinete do secretário. Sempre havia mais um assessor comigo, nunca fiquei só naquela sala.

Em 2013, eu só saí dessa função quando fui convidada pelo Herman para ocupar a Cise. Eu nunca estive no Departamento de Alimentação...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - De onde saiu a Silvia?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - De onde saiu quem?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quando a Silvia deixou. A sua antecessora na Cise.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não era a Silvia, era a Ana Leonor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ana Leonor?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Ana Leonor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Essa Dione é aquela que disseram que fez desaparecer o documento do reequilíbrio de preço?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Então, deputado Carlão Pignatari, irei dizer pelo o que eu ouvi posteriormente. Em 2015, eu já não estava na secretaria. Nem janeiro, porque eu estava de licença-prêmio. Eu não posso garantir isso para o senhor, mas, com certeza, não foi a Dione Di Pietro, porque, em primeiro lugar, a Dione Di Pietro já não estava mais lá, entendeu?

Posso até falar para o senhor que eu li que foi. É por isso que eu disse quanto ao aspecto da denúncia, de falarem que falaram comigo, que eu disse que iria ter licitação, que eu estava no departamento da 13 de Maio, que eu estava assim, assado, cozido. Eu não estava em lugar nenhum. Eu estava na sala de assistência do Herman.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Para finalizar, não é uma pergunta, mas eu me ofereço, se a senhora tiver interesse, em ser testemunha da sua honradez e dignidade.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Muito obrigada, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Porque eu fui três vezes prefeito da minha cidade e sou deputado estadual pela quinta vez. Já ajudei muitas prefeituras a terem os seus pleitos junto à Secretaria da Educação resolvidos. Eu mesmo fiz muitos convênios. A senhora é uma exemplar servidora pública.

Eu lamento que uma pessoa como a senhora esteja passando por esse desconforto. Já disse aqui e irei repetir. Não há nada que doa mais do que ingratidão e injustiça. A senhora foi profundamente injustiçada, em minha modesta opinião.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Obrigada, deputado. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quero cumprimentar a professora Dione Di Pietro.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quero parabenizá-la pela exposição tranquila e lúcida. Demonstra uma boa memória de todo o seu trabalho. Concordo com o deputado Barros Munhoz quando diz que as injustiças são cometidas e as pessoas acabam pagando o preço por muito tempo. A senhora disse que assinou 200 e poucos contratos.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Vou dizer certinho para Vossa Excelência. Eu entrei no dia 22 de novembro de 2013. Nesse período, eu

assinei 30 contratos. No ano de 2014, que eu fiquei até os primeiros dez dias de dezembro, eu assinei mais 244 contratos. Com cooperativas eu até amarelei aqui. Isso eu peguei no computador, porque realmente não teria na cabeça, mas esses amarelinhos que eu coloco aqui foram os únicos que nós assinamos com cooperativas. Foi logo no início da minha gestão, em janeiro de 2014.

No início da minha gestão, em 2014, eu assinei dois com cooperativas, que foi a Brasil Citrus. Lá no final, infelizmente, em 28 de novembro de 2014, este com a Coaf e com a Coagrosol. Nessa última chamada que foi autorizada por mim, a Coagrosol também teve um contrato assinado por mim. De cooperativa, desses 244 em 2014, foram esses quatro assinados por mim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A Brasil Citrus também era suco de laranja?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Suco de laranja.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual foi o valor do contrato?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Só que foi pregão. Qual o valor do suco de laranja? O que o senhor perguntou?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O valor do contrato.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Com a Brasil Citrus, eu assinei em 22 de janeiro de 2014. Era de um milhão, oitocentos e oitenta sete, oitocentos e quarenta, nota de empenho de 2014. E o valor, o preço unitário foi R\$ 4,75.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - De quantos ml?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Um litro. E o outro a mesma coisa, porque os dois fizeram parte da mesma chamada, do mesmo pregão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora está falando... É que fica registrado também, o pessoal depois tem que transcrever.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Está bem, vou falar direitinho. Os dois foram no início do ano e foram do mesmo pregão, mas foram contratos diferentes.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Os dois que a senhora fala são da Brasil Citrus e da Coaf?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, querido. Da Brasil Citrus eu assinei dois. E a Coaf e a Coagrosol... É interessante, porque o da Brasil Citrus foi no início da minha gestão, em janeiro e fevereiro, e o da Coagrosol e da Coaf foi quando eu já estava saindo, no final de novembro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual o maior contrato desses que a senhora assinou, o de maior valor?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não foram esses, foi o da... Deputado Alencar, o senhor quer saber desses quatro?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, não. Dentre todos, qual foi o de maior valor bruto?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Eu assinei contratos bem grandes, mas agora eu não... Eu teria que ver.

O SR. - Dos maiores, entre os maiores.

O SR. - Não é o da Coaf, não?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, não. Olha, eu quero esclarecer a vocês uma coisa. Na denúncia do dia 14 de abril houve outra mentira. Mentira não, uma inverdade, porque a pessoa não sabia. Na realidade, eu fiz a chamada, eu autorizei a chamada pública, mas, na minha denúncia, foi dito que eu tinha assinado

contratos no valor de 11 milhões. Na minha denúncia foi dito isso pela pessoa que me delatou, que falou que tinha ido a Bebedouro. Na realidade, eu assinei o contrato de novembro de 2014 no valor de dois milhões e oitocentos mil. A diferença para chegar aos 11 milhões que disseram que eu tinha assinado é do contrato que foi assinado em 2015, que foi assinado pela Coaf, com a Coaf. Quando o senhor fez essa pergunta, eu não sei, eu...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu queria saber do geral.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Eu teria que dar uma olhadinha aqui, porque...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - A senhora poderia deixar uma cópia com a comissão? Assim fica mais fácil o acesso de todos os deputados.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Deixo, eu não tenho problema nenhum em deixar. Tudo de alimentação, só gênero alimentício está aqui, vocês podem ver tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Assim fica bastante transparente para todo mundo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A contratação da agricultura familiar é recente, vem de 2009. Quando a senhora entrou, esse processo era familiar à senhora?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, a agricultura familiar não era assunto do qual eu estivesse cuidando antes de entrar na coordenadoria. Foi essa a pergunta, deputado?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sim, se a senhora tinha experiência com isso.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, não, não. Qual é a minha experiência? Eu era uma assessora de gabinete. Costumávamos ter reuniões com todos os coordenadores...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora foi assessora do Padula?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, o Padula foi chefe de gabinete, e na época que eu era... Os cargos que eu ocupei na secretaria normalmente eram vinculados, eram subordinados diretamente ao secretário. Eu fui, por mais de dez anos, dirigente da Assessoria Técnica de Planejamento, era diretamente ligada ao secretário da Educação como staff, como assessoria. Na Cise, a Coordenadoria também se subordina diretamente ao secretário, mas temos, logicamente, assuntos que sempre são tratados com a chefia de gabinete.

Pelo menos neste último ano, em 2014, a chefia de gabinete tinha um papel interessante na secretaria. Nós tínhamos reuniões, semanais às vezes, de todos os coordenadores, para que o gabinete tivesse o acompanhamento e o controle mesmo do que cada área estava fazendo, qual era a prioridade naquele momento. Então, nós tínhamos contato sim. Não era amiúde, não era toda semana, mas pelo menos duas vezes por mês nós nos sentávamos também com o chefe de gabinete.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Logo no início, houve uma reunião para tratar sobre chamada pública, com participação do chefe de gabinete?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Eu lembro sim, eu me lembro de uma reunião. Eu me lembro até da palavra que foi usada: “Nós precisamos, nós estamos recebendo puxão de orelha porque não estamos utilizando o recurso do governo federal na agricultura familiar”. Haja vista o que eu mostrei para vocês, nesse tempo todo em que eu fiquei, não houve chamada pública, só houve a da Coaf e da Coagrosol, uma vez que essa outra, da Brasil Citrus, não foi chamada pública, foi pregão. Quando eu falei, eu disse assim: “Nós fizemos com esse tipo de cooperativa, mas a Brasil Citrus foi pregão, não foi chamada pública”. A chamada pública de que tenho informação que tenha havido na secretaria foi no ano de 2011...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual a diferença entre pregão e chamada pública?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Pregão é um procedimento licitatório completo, é muito mais, muito mais... É uma concorrência, não é? Ele tem outras exigências. A chamada pública não tem a complexidade que tem o...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É Brasil Citrus, não é?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Sim, Brasil Citrus.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E a Brasil Citrus também veio da agricultura familiar, é isso?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, a Brasil Citrus eu fiz por pregão, não foi chamada pública. Para a agricultura familiar, eu fiz duas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ok, mas é uma cooperativa?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Agora eu fiquei em dúvida, deputado. Da Brasil Citrus eu não tenho essa informação agora.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora disse que as cooperativas com as quais a senhora fez contrato eram a Brasil Citrus...

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Isso, só que não foi chamada pública.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deve estar em sua relação.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Aqui não diz se é cooperativa ou não. As cooperativas que tenho aqui são a Coaf e a Coagrosol, e entre os fornecedores está a Brasil Citrus. Depois vocês verão aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É que eu entendi que a senhora teria respondido que a senhora teria feito alguns contratos de cooperativa com a Brasil Citrus, com a Coaf e com a Coagrosol.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não. Eu posso ter me equivocado quando falei. Na realidade, o que eu tenho certeza é que, com cooperativa, foi em 2014. A Brasil Citrus eu fiz no início de 2014, mas não posso te garantir...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Além da Brasil Citrus, quem forneceu suco de laranja nesse período para a secretaria?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não tenho essa informação para dar agora, tanto que, nos contratos que eu assinei em 2014, pelo objeto da aquisição, eu só encontrei a Brasil Citrus. Então, na minha gestão, eu não tenho essa informação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Voltando àquela reunião, quem participou daquela reunião?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Então, foi logo no início, eu estava na Cise e lembro que a reunião foi mais para... No fim se falou sobre o programa do governo estadual, o PPais, e também sobre necessidade de atender à lei e aplicar os 30%. Eu estava entrando, e foi quase uma chamada para mim...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Chamada de quem?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Do gabinete, não é? Foi uma reunião com...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Gabinete de quem?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Do Padula, o chefe de gabinete que fazia essas reuniões. No caso, ele disse justamente isso...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele fazia constantes reuniões sobre o trabalho de vocês na sua diretoria?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - O Padula não fazia reuniões com a Cise, ele fazia reuniões com todas as coordenadorias, para sentir, para ouvir. Nós tínhamos reuniões com o chefe de gabinete quase todas as segundas-feiras. Não era só com a Cise. A Cise levava problema, a Cogesp levava problema... A Cogesp não havia mais. A Cise, a CGeb...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas por que vocês levavam problema? Como assim?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não é que leva problema, deputado. A coordenação está com você, você tem competência para uma série de decisões. Toda vez que você tem algum assunto que precise de uma decisão maior, que você quer discutir melhor, e que as outras áreas devam interagir também... Lá na Secretaria da Educação, por exemplo, nós tínhamos a coordenação financeira, e nós todos assinávamos as notas de empenho, mas quem fazia todos os pagamentos era outra coordenação. Nesse aspecto, para haver uma interação maior entre as coordenadorias, o chefe de gabinete fazia essas reuniões, normalmente uma vez por semana. Não era sagrado uma vez por semana, mas...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Deputado Alencar Santana Braga, só para esclarecimento, a Brasil Citrus é uma sociedade civil limitada, uma sociedade limitada, não é cooperativa. Por isso que foi feito pregão, porque ela não era uma cooperativa.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Isso. Muito obrigada. Eu não tenho aqui, só vi aqui que não foi chamada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É que chamada é só para agricultura familiar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sobre o que envolve a agricultura familiar, a senhora lembra quantas vezes tratou com a chefia de gabinete essa questão?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não lembro. Aliás, lembro. Houve essa reunião em que estava inclusive o pessoal da Secretaria da Agricultura. Nós tivemos muita dificuldade, deputado, para começar a agricultura familiar na Secretaria da Educação, pelo tamanho da rede, pela complexidade. Lembro inclusive que, na época da reunião, diziam que a Secretaria da Administração Penitenciária estava conseguindo e que poderíamos ter uma interlocução com o pessoal que já havia conseguido.

Então, essa reunião fez uma mescla entre o PPais e a agricultura familiar. E, pelo menos para mim, que estava assumindo uma coordenadoria, passou que era necessário centrarmos esforços para que a agricultura familiar acontecesse de fato, sem fraude. Não como aconteceu, infelizmente, mas que a agricultura familiar pudesse dar aquele incentivo ao pequeno agricultor, já que tínhamos escolas no estado inteiro. Então é isso o que eu posso dizer dessas reuniões, e lembro bem que foi mais ou menos isso que foi tratado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu gostaria que a senhora explicasse todo o procedimento que envolve o processo da merenda, desde o pedido para se comprar, a compra, o fornecimento, o acompanhamento, a fiscalização. Como se dava isso?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Olha, a compra nasce... Normalmente a necessidade da compra...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu queria solicitar só um minuto. Poderíamos suspender por cinco minutos? Senão vai cair o quórum. Agradeço, deputado.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Deputado Alencar, no início, o pedido vinha sempre da área de alimentação, normalmente pela área de alimentação mesmo, de nutrição. Isso após avaliação, análise de cardápio, se a criança

está aceitando bem ou não está aceitando bem, ou seja, isso era mais atribuição dos setores que havia no Departamento de Alimentação Escolar.

O diretor, no caso, já iniciava o processo. O processo era aberto, era autuado na área do DAAA, e, da área do DAAA, ele entrava na Cise, que é a coordenadoria, via Núcleo Administrativo, que é onde entra papel, processo, etc. Por enquanto, não está passando nada por mim, até porque eu estou em uma função mais estratégica. O contato era nível DAAA e Desup. O Desup cuida de todo o procedimento licitatório por meio de suas diretorias. Há a diretoria que faz a parte de editais, a parte de referencial de preço; há a diretoria que cuida da parte do contrato propriamente dito.

Isso tudo chega a uma minuta. Antes de qualquer assinatura final e contratual, a minuta passa pelo parecer da consultoria jurídica e também pela verificação da COF, que é a coordenadoria financeira, porque temos a necessidade de incluir no processo a reserva orçamentária, para inclusive ver se há disponibilidade para aquela aquisição. Estou resumindo o máximo que eu posso, deputado, senão ficaremos aqui conversando sobre o processo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Por favor, o senhor Rodrigo Pimentel era e continua diretor do Desup?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - O nome dele não é Pimentel, deputado Barros, é Rodrigo Pimenta. Ele saiu logo depois que eu saí. Ele não ficou com a coordenadora que me sucedeu.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Está bom, ok, muito obrigado.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Ele estava quando eu entrei, com a minha antecessora, e eu já o conhecia há alguns anos, da secretaria. Na época em que eu era da assessoria técnica, ele me ajudava, porque era da assessoria política.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual a importância do Conselho de Alimentação Escolar no controle da alimentação, para ajudar na gestão? Qual o papel e a importância dele?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Olha, eu posso dizer que o Conselho de Alimentação Escolar é fundamental. Nós tivemos algumas reuniões com o Conselho de Alimentação Escolar, eu diria até que nessas reuniões eles estavam justamente pedindo mais atuação da Secretaria da Educação. Acho que participei de duas reuniões. Já não lembro o nome da pessoa que era presidente desse conselho, ele ficou bastante tempo, mas tivemos reuniões. Houve uma em que eles inclusive pediram que a Secretaria da Educação informasse mais as coisas a eles, a contento, até porque ele tem um papel fiscalizador da verba.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eles aprovaram as cotas da alimentação escolar? O Conselho aprovou?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Eu sei que houve um ano em que elas ficaram... Ele demorou para aprovar, depois houve uma reunião, aí ele solicitou... É que eu fiquei só aquele ano de 2014. No ano de 2014 eles pediram realmente a nossa... Olha só como acontecia a coisa: eles estavam trabalhando mais no nível de departamento, então pediram uma reunião comigo e com o professor Herman.

Foi nesse momento que tivemos que fazer quase que uma passada a limpo na parte de papéis do DAAA. Em meados do ano de 2014, existia uma morosidade muito grande dos papéis que chegavam ao departamento. Inclusive, nessa época nós tivemos que fazer uma intervenção para agilizar. Dentre esses papéis, às vezes havia demandas do Conselho de Alimentação Escolar que eram dirigidas ao departamento, visitas a escola, reclamações, denúncias. Às vezes, essas solicitações, essas demandas que vinham do Conselho não tinham aquela agilidade, aquela rapidez, e o Conselho se mostrou um tanto quanto... Ele achou que estava muito moroso e queria a intervenção da coordenadora e até fez uma reclamação mesmo ao professor Herman. Nesse dia, quem levou depois a...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Houve intervenção no Conselho?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Houve esse tipo de intervenção...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, digo, destituir a presidência e depois uma nova presidência ser nomeada.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não lembro, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É uma eleição, não é?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - É uma eleição. Na época em que eu estava...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Parece que no final de 2014 houve um problema na direção do Conselho que estava com o novo que foi...

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Eu não posso garantir e não lembro mesmo. Eu lembro que tive duas reuniões, mas não estou lembrando o nome do presidente. Era uma pessoa que já estava há bastante tempo...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Professor Azuaite?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Isso mesmo. Um senhor alto, moreno.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ele saiu do Conselho. A senhora sabe, lembra por quê? Foi no fim de 2014.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não sei por que ele saiu do Conselho. Não sei.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Na verdade, ele foi colocado para fora, não é?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Será?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É a informação que nós temos. Inclusive eles representaram no MP, há muita coisa andando sobre isso.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Tem. O que sei é o que acabei de relatar ao senhor. Eles estavam realmente querendo que a secretaria tivesse mais rapidez em atender às demandas deles, e então nós tomamos providências junto ao departamento que cuidava desse tipo de coisa. Havia denúncia de que a escola tal não estava cuidando direito da merenda, porque era o papel deles, entendeu?

Depois dessa reunião, primeiramente passamos a mandar todos os dados para o Conselho. Nós não, porque eram todas as correspondências dirigidas ao Departamento de Assistência, eles que mandavam as informações. Houve morosidade e, diante disso, houve toda essa solicitação dessa reunião com a Coordenadoria, que no caso era eu, e com o professor Herman.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora disse que assumiu, mas não mudou na equipe. A senhora conhecia alguns, por exemplo, citou o Rodrigo Pimenta, que já conhecia da assessoria parlamentar...

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Conhecia porque ele já trabalhava na secretaria há alguns anos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora disse também que era uma equipe boa.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Eu entendia como uma equipe afinada, e a minha maior preocupação era que eu não queria ficar muito. Já falei, não sei se eu falei, mas eu estava com uma segunda aposentadoria a vencer em junho de 2014. Fui honesta com o professor dizendo: “Eu vou me aposentar de novo e não vou continuar”. Eu ia ficar um período muito curto para mexer muito, e a minha última, ou melhor, a minha principal preocupação era que eu não tinha tanto conhecimento de pessoas na área de licitação, por exemplo, para substituir uma diretora que já havia trabalhado inclusive na prefeitura municipal. Nós conhecíamos o perfil técnico dela.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual o nome dela?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Marilena Silva.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A sua antecessora era quem?
Pensei que era essa.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não. A minha antecessora era coordenadora como eu, a Ana Leonor. A Marilena era diretora do Departamento de Suprimentos, que é o Desup. Ela já estava com a minha antecessora e continuou. Aliás, todos que estavam continuaram.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quem era o responsável por organizar o edital da chamada pública?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Era a diretoria dela, o Desup.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora sabe se era ela diretamente?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, não. Normalmente não, porque era uma equipe que tinha pelo menos três diretorias e uns 30 funcionários.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora disse que houve uma reunião chamada pela chefia de gabinete para tratar de diversos assuntos, que havia reuniões normalmente semanais, rotineiras. A senhora também reunia sua equipe rotineiramente?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Reunia, não tão rotineiramente quanto o chefe de gabinete.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A chamada pública, como a senhora falou, era algo recente. Havia essa preocupação em orientar para que se chegasse aos 30% ou ao máximo possível, não é?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Pois é, inclusive nessa reunião em que o chefe de gabinete disse isso... Eu tinha como método de trabalho, principalmente nos três primeiros meses de Cise, o seguinte: sempre que eu ia tratar de um assunto, por exemplo, a merenda, eu levava o diretor da merenda e levava a Marilena. Se era uma questão de obras - havia muitas reuniões também -, nós sempre levávamos o engenheiro responsável pela Diretoria de Obras, que na época era o Takashi. Não lembro bem o nome dele, mas ele era o meu diretor da DGInf. Acho que era esse. Depois de três anos, não me peçam o sobrenome, mas acho que era Takashi sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, tudo bem. A senhora, nesse acompanhamento sobre a chamada pública da agricultura familiar... Vocês discutiram sobre o edital que estava sendo preparado para a contratação do suco de laranja?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não houve discussão, porque para o Desup a elaboração de um edital era algo de rotina para eles. Aí a pergunta que se fazia, da minha pessoa para a diretora, era: “O edital está no ponto de passar para a consultoria jurídica?”

Uma coisa que eu fiz também era assim. Tudo o que a consultoria jurídica... A consultoria jurídica costumava fazer o parecer dela indicando coisas. Às vezes ela falava: “Bom, esse é o resultado da minha oitiva, e agora vocês você podem...”. Fica a critério da administração, porque o contrato é modelo.

Então, não era coisa de se pegar um edital. Só quando era uma coisa muito nova, e no caso da agricultura familiar, 2011 já havia tido uma experiência. A consultoria jurídica já tinha feito alguns comentários.

Para mim, deputado Alencar, tudo era novo. Eu estava iniciando na Cise, embora terminando na secretaria. Mas, para uma área de licitação, para pessoas que estão 20, 15, 30 anos ali, isso tudo já era mais o metiê, o dia-a-dia deles mesmo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora disse que, além dos 200 e poucos de contratos, que a senhora ficava com cópias dos contratos. É isso?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Com alguns eu ficava. Eu não tinha um armário e nem uma pasta para guardar cópias, mas eu tinha alguns contratos, até pelo valor, ou por ter dado mais trabalho para mim, por ter tido mais pareceres da consultoria jurídica, por serem coisas que me preocupavam, principalmente quando eu que assinava um contrato de 2 milhões e 800 mil, por exemplo.

Aí eu sempre gostava de ter.... Às vezes, não era nem assinada a cópia. Eu tinha ou no computador...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E a senhora ficou com algum da Coaf?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, não. Posso te dizer que quando estourou tudo isso aí eu estive na Corregedoria Setorial, para prestar esclarecimentos, porque eu fui convocada, convidada.

Aí eu peguei uma cópia do contrato da Coaf. Primeiro porque eu queria ver detalhes. A coisa que mais me preocupou foi de onde surgiu meu nome para essa gente. De onde surgiu o meu nome? O meu nome está aqui no contrato para quem quiser ver, certo?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E a senhora, assim que foi à Corregedoria, falou sobre isso?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, eu não falei sobre isso. A Corregedoria me fez todos os questionamentos que ela precisava fazer a meu respeito. Depois eu fui na Coordenadoria e pedi... Não só eu pedi a cópia desse contrato como eu pedi, se tivessem alguns dados, para me passar, da minha gestão. Este aqui é um caso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É, porque no primeiro depoimento à Corregedoria a senhora disse que não houve... Que não se recorda sequer se houve chamada pública para a aquisição de suco de laranja. Está em seu depoimento.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Deputado Alencar, eu volto a dizer. Se não fosse ter sido deflagrada essa Operação Alba Branca, eu vou dizer para você... Ela não foi, a cooperativa familiar não foi a minha prioridade de sentar com pessoas para discutir nada.

Nós tivemos inúmeras reuniões. Vou te dar só um exemplo, sobre, por exemplo, acessibilidade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, é que a senhora disse que ficava com a cópia de alguns contratos, e que estaria com a cópia do contrato da Coaf.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E a senhora foi a única servidora que voltou duas vezes a falar com a Corregedoria. Ninguém mais.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A senhora disse que fica com contratos com valores grandes.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, eu fico com todos os contratos, e não fico nem com o contrato assinado, deputado Alencar. É mais para eu saber o que eu assinei.

Tem contratos que são mais sérios, e que nós temos a preocupação de que amanhã ou depois tenha algum problema. Entendeu?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas há risco de problemas nos contratos que a senhora assinava?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Às vezes há. Como houve este aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então tem mais também? De quais contratos a senhora tem cópia, que a senhora guardou?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, não. Agora, neste momento eu não tenho outras cópias.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O deputado Alencar parece que não conhece o Ministério Público do Estado de São Paulo e do Brasil.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, mas V. Exa. tem dúvida dele, deputado Barros. Vossa Excelência acusou ele aqui várias vezes.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu tenho dúvida total do Ministério Público, total.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É que a senhora disse que ficava com cópias dos contratos mais complexos ou dos contratos maiores, e citou o exemplo da Coaf, de dois milhões e oitocentos.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Contratos que eu tivesse maior preocupação, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Com quais deles a senhora ficou?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Olha, eu tive um contrato que deu muito trabalho para nós. Foi o contrato... Quando nós fomos alugar, por exemplo... O contrato de locação do armazém. Foi um contrato bastante demorado. Teve muita discussão com a consultoria jurídica. Entendeu?

Agora, volto a dizer uma coisa para o senhor. Eu não tenho pasta de contratos. Eu não fico com contratos. Esse contrato, depois que foi deflagrada essa operação... Como eu estava coordenadora no ano de 2014, eu fui buscar na Secretaria da Educação uma cópia desse contrato, que me foi entregue de dentro do processo. Eu também queria saber as assinaturas. Foi isso que eu fui fazer lá.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, só queria saber dos outros contratos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos suspender a sessão por cinco minutos.

* * *

- Suspensa, a reunião foi reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Retornando aos nossos trabalhos, devolvo a palavra ao nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Voltando, Sra. Dione, professora, quando eu quis falar aqui do depoimento da Corregedoria, de fato muito nos estranhou que a única servidora que vai duas vezes à Corregedoria é a senhora. Dá um primeiro depoimento, há uma lacuna no depoimento sobre o não reconhecimento da Coaf, de qualquer contrato que envolvesse a Coaf, e como mesmo a senhora disse, era um contrato, comparando-se com outros, vultoso, de dois milhões e 800, e havia outro em andamento, assinado posteriormente. A senhora quase assinou um contrato que começou em 2013 e deixou para 2015 que alguém assinasse um contrato que começou em 2014.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - É que eu assinei no fim de novembro, e aí o outro foi só em março de 2015.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, é o que estou dizendo.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Quando eu já não estava mais lá.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas ele iniciou em 14?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - 14.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É o que estou dizendo, a senhora assinou um e deixou um em andamento, que foi assinado em 2015.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Perfeito. Eu assinei, deputado Alencar - desculpe interrompê-lo -, mas eu assinei o da embalagem de 200 ml e o outro foi da embalagem de ...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É isso que eu estou dizendo. A senhora quase assina um contrato com a Coaf, que começou antes da sua gestão.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Assinou um no final da sua gestão e havia um em andamento assinado pela diretora que a sucede. E a senhora diz que ficava com cópia dos maiores, que chamavam atenção, e a senhora não lembrou desse contrato no primeiro depoimento à Corregedoria.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Depois, não sei por qual razão, a Corregedoria tomou um novo depoimento da senhora.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Porque ela foi citada pelo Emerson Girardi.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Foi por isso que fui chamada novamente...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Há várias pessoas citadas aqui que não são ouvidas novamente, não é presidente?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Espere um pouquinho. Licença, deputado, posso falar? Pelo menos a minha segunda convocação foi por isso, porque a Corregedoria inclusive abriu um projeto específico, que eu tive que prestar informações para a Corregedoria, várias, e também para o Tribunal de Justiça. Então foi sim, foi depois do dia 14 de abril a denúncia lá da pessoa a meu respeito, que eu teria ido lá a Bebedouro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então, o que muito nos estranhou. E a Corregedoria, aliás, deu uma resposta ridícula. O deputado Barros e demais deputados, o deputado Estevam, o deputado Gilmaci, o presidente, ridícula sobre o porquê de ela ter ouvido o Sr. Jeter na antessala do presidente. Ela respondeu oficialmente a essa comissão, dizendo: “Não, o advogado soube que nós, da Corregedoria, íamos à Assembleia e pediu que ele fosse ouvido lá.” Verbalmente, pediu verbalmente. Quer dizer, a Corregedoria nos tratando também como moleque. Primeiro, como ele soube, o Lamari soube que a Corregedoria viria aqui em tal dia? Segundo: como a Corregedoria aceita, num caso desse de notícia pública, que seja o pedido feito verbalmente? Qual a primazia do Jeter? Por que ele não foi depor lá, já que ele veio até aqui, já que ele estava aposentado? Não, mais aí ele veio aqui na antessala do presidente, que disse que só falava bom-dia e boa-tarde para ele. A oitiva do Sr. Jeter Pereira ocorreu na sede da Assembleia Legislativa, tendo em vista a solicitação verbal formulada pelo seu advogado, aproveitando o fato de a equipe dessa Corregedoria Geral comparecer a esta Casa de Leis para colher declarações de seu presidente. Esse Jeter, parece que era poderoso, porque ele tem a primazia, de fato, de depor aqui e o advogado dele pedir verbalmente. Não precisa mais processo, é só pedir. Seria tão bom. Até nós aqui, presidente, quando pedimos a V. Exa., V. Exa. manda colocar no papel! Mas o advogado do Jeter, não. Só pedir ao corregedor: escolha o local, o horário, o dia que nós vamos aí tomar o depoimento do Jeter. Mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Infelizmente temos que primar pela formalidade, deputado. Vossa Excelência entende bem isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, resposta aqui...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu concordo com Vossa Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Um absurdo. Foi um desserviço da Corregedoria. Um desserviço, favorecimento a uma pessoa investigada pela polícia, a uma pessoa investigada por esta CPI, e uma pessoa que tem também um processo administrativo aqui na Casa, que tem contrato, que tem cheque. Por isso, Sra. Dione, que a dúvida que estou perguntando sobre o depoimento da Corregedoria para tentar entender melhor, porque a Corregedoria fez um desserviço. Ela não investigou nada, literalmente nada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Esgotado seu tempo, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas havia quatro minutos ainda.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É que V. Exa. fez um bom discurso, agora no final.

Com a palavra a nobre deputada Beth Sahrão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu queria cumprimentar a depoente, a Sra. Dione. Queria fazer alguns questionamentos, que decorreram...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Posso usar uma parte do seu tempo?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Claro, pode usar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sra. Dione, a senhora depôs na Corregedoria depois do Sr. Emerson?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Depois de quem?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Do Sr. Emerson?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Depus.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O segundo depoimento? Por favor, responda no microfone.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Depus.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Depôs?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Depus.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Desculpe, não foi depois. A senhora fez seu depoimento, o primeiro, no dia 11 de fevereiro de 2016, no volume 2. Depois a senhora depôs novamente, a segunda vez, que foi a única pessoa que depôs duas vezes, no dia 2 de março.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Espere um pouquinho. Deputado, então está faltando um depoimento aí. Vou explicar uma coisa ao senhor. Esse segundo foi para complementar algumas informações, que a Corregedoria me chamou lá na secretaria. Aí eu tive um acidente, que ainda estou. Quebrei o pé direito, e aí eu tive uma terceira, mas aí já não era mais esse processo da Corregedoria. Foi um processo específico que foi aberto após a denúncia do dia 14 de abril. Foi em meados de junho. Esse que estou dizendo que foi depois da denúncia. E segundo, foi falado demais, até que se abrir o G1, a internet, vê que a Corregedoria abriria processo específico para apurar. Inclusive entreguei todas as minhas declarações de bens, quer dizer, tudo o que me pedem está sendo entregue. E depois ele deve ter ouvido, aí eu não tenho muito elemento, mas depois que ele ouviu, a Corregedoria me ouviu novamente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O próprio corregedor falou que ela foi chamada depois de ouvir.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Desculpe, presidente. O segundo depoimento, do dia 2 de março, é o depoimento em que ela faz essa reparação sobre o

processo da Coaf, menos de um mês depois. Em 20 dias. Dezoito dias: dia 11 de fevereiro a 2 de março, onde ela faz...

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - E quando surgiu...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Posso terminar?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Desculpe.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Onde é feita essa reparação no depoimento dela. Só que o Sr. Emerson só é ouvido pela Corregedoria no dia 10 de junho, três meses após o segundo depoimento dela. Esse terceiro, que ela está dizendo que deu, inclusive nem está no processo aqui. Não sei onde está. Então, eu particularmente nem o conheço, mas os dois estão. A Corregedoria faz um relatório, depois a ouve novamente. E aí ouve o Emerson. Então só para dizer que a Corregedoria, mais uma vez... Estou dizendo o método da Corregedoria, ela atuou claramente aqui como defesa do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Bem, eu queria...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu nem contei esse último tempo de Vossa Excelência.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Obrigada. Eu somei aqui o que a senhora assinou de contratos. Entre 2013 e 2014, a senhora assinou 274 contratos, 30 em 2013 e o restante em 2014. Eu queria saber o seguinte: a senhora tinha alguma equipe que precedia o seu trabalho de assinatura de contrato, para checar esses documentos e todos esses processos licitatórios que a senhora assinou? Tinha uma equipe? Fale no microfone, por favor.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - O Departamento de Suprimento e Licitação era o departamento responsável por fazer tudo isso, desde o início. Depois que o DAAA encaminhava o pedido da compra, era para eles que ia, e lá toda a parte operacional técnica era feita por esse departamento, e depois quando estava... passa para a consultoria jurídica, volta da consultoria jurídica, faz os acertos, tudo o que tiver. Por isso que eu digo, deputada Beth, depois que passa na consultoria jurídica volta para esse Desup para fazer todos os acertos, conforme a consultoria jurídica manda. Na sequência, ela me manda, a pessoa responsável pelo Departamento de Licitação. Há várias diretorias de serviço lá. E aí, quando chega para mim, já está refeito, já está adequado ao que o Jurídico falou. E quando chega para eu assinar..., aliás era um dado que eu gostaria de deixar bem claro para os Srs. Deputados: quando chega para eu assinar esse contrato, ele chega nas três vias, são três cópias, e chegam inúmeros contratos na minha sala, que normalmente eu assinava depois das cinco horas da tarde, quando não tinha mais ou reunião, quando eu era mais chamada. Então, eu acho também importante dizer que esse contrato, embora eu tenha assinado com aqueles dois senhores que estão do lado direito do contrato, eu não os conheço, sabe? Eu assinei na minha sala o contrato e a minha secretária devolve para o departamento que me manda. Pode ser ou o Departamento de ... Normalmente é o Departamento de Licitação, e lá no Departamento de Licitação eles colhem a assinatura da outra parte do contrato. Não existe um ato em que eu me encontre com a pessoa. É um pouco diferente até de uma celebração de convênio lá na secretaria.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas assim, houve contratos, a senhora mesma reconhece, em que houve erros formais neles.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Sim. Alguns.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E mesmo assim foram assinados?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Deputada Beth, muitas vezes esses contratos voltaram mais de uma vez para o Departamento de Licitação. Muitas vezes eu, na leitura, ainda pego alguma coisa, mas eu confiava muito no departamento e na minha diretora. Acho que quando chegava para eu assinar, ou

quando chegava um contrato pronto, depois de eu já ter passado da consultoria, já ter ouvido às vezes até por falta de tempo mesmo, o volume era muito grande.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Vocês assinaram um pregão da Brasil Citrus, cujo o valor do suco era 4,75. Aí teve a chamada pública da Coaf, cujo valor do suco de um litro era 6,10. O Tribunal de Contas do Estado realizou auditoria extraordinária sobre os contratos com a Coaf e apontou fortes irregularidades, entre elas o suco de um litro comprado na Coaf foi comprado com sobrepreço, segundo análise do Tribunal de Contas, de 144 por cento. Portanto, o prejuízo ao Erário fica extremamente evidente. O Tribunal parte do princípio que muitas vezes com 2,50 o litro seria um preço bastante razoável e justo. O que a senhora tem a dizer sobre isso, sobre esse sobrepreço com que foi comprado o suco de um litro de laranja da secretaria pela Coaf?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Deputada, posso garantir para a senhora que na época, no início da minha gestão, tomamos extremo cuidado. Falei com a área. Eu pedi, como pedia todas as vezes em que eu estava analisando dados, ou analisando informações, agora, um ano depois quase que a Brasil Citrus... Se eu assinei em janeiro, ela deve ter começado bem antes, porque a senhora vê que demora, não é, um procedimento licitatório. Isso quando não há recurso, tudo, demora. Então possivelmente, esse da Brasil Citrus deve ter sido bem antes. Para eu conseguir assinar em janeiro de 2014, foi bem meados de 2013. E eu fiquei sabendo agora dessa informação, fiquei sabendo da questão do Tribunal de Contas. Agora, o que eu assinei, o contrato que eu assinei não foi de um litro. O meu foi de 200 ml. E a chamada anterior, à época, deputada, isso eu até verifiquei na época.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O contrato que a senhora deixou pronto, que a senhora não assinou, de 11 milhões e meio... É isso?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - 11 milhões e meio.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Que a sua sucessora posteriormente assinou. A senhora já havia deixado tudo encaminhado...

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - O contrato assinado, deputada Beth, a chamada feita por mim. O que eu fiz foi assinar o contrato da embalagem de 200 ml. Esse eu assinei em 22 de novembro, e o valor era da embalagem menor. Esse que o Tribunal de Contas diz, foi o de um litro, que foi na faixa de 6, se não me engano.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mesmo assim, Sra. Dione, esse de 200 ml, ainda assim havia uma diferença, com a Coagrosol cobrando 1,30 e a Coaf cobrando 1,56.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Sim, deputada, mas na hora, eu acabei de chegar, estou fazendo, o que eu fiz? Na hora eu observei a chamada anterior. Em termos de preço, o que eu assinei em 2014 era menor do que o que estava sendo orçado, e o que tinha sido previsto naquela chamada, que foi cancelada por mim, não era por essa questão, mas por outras questões. Entendeu? Aquelas questões que eu já disse, de formalidade, por que eu não havia assinado o de 2013.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ok. Vou passar meu tempo restante para o deputado Alencar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vossa Excelência tem um minuto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Além dessa questão do preço, que tinha que ter sido três, foram dois, há alguma outra coisa do contrato que foi irregular?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Desse contrato que eu assinei?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É. Sim.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Fora o preço?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É, fora o preço.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não acredito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Havia...

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Espere um pouco...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu estou perguntando...

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, não, não acredito que tenha nada, não. Eu entendo que a única coisa que passou pela equipe técnica foi essa parte.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E os documentos falsos?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Deputado Alencar, a equipe, quando faz a chamada pública, existe uma comissão de credenciamento. Essa comissão de credenciamento tem um presidente, que preside. E agora, se não me engano, quem presidiu a minha chamada, na minha época, eu não participei da chamada. Ela foi na rua Treze de Maio e, salvo melhor juízo, foi um funcionário pregoeiro, Yuri Keller. Ele é o presidente. Quando a Coaf apresenta, ele verifica, sim, no site do Ministério da Agricultura e Abastecimento, se aquele DAP, que é um DAP jurídico, o DAP da empresa, se está regular e tem validade. Isso aí é atribuição que não precisa ninguém falar. É de rotina de quem é pregoeiro e de quem trabalha com licitação. Isso é uma atribuição rotineira.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É lição de casa. Seria a lição de casa a ser feita, não é?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Pois é. Eles faziam isso. Eles verificavam no site. Outro procedimento seria muito difícil, naquele momento, em minha opinião. Eu acho que a má fé, desculpe deputado, acho que foi realmente má fé do fornecedor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nos contratos anteriores, nas chamadas anteriores não havia pedido, requisito algum para a cooperativa ser filiada à Ocesp. Por que na chamada de 2014 houve tal pedido? Houve tal requisito?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Essa informação eu não saberia dar. Talvez o pessoal que cuida de licitação lá da área, principalmente a diretora ou alguém da equipe de credenciamento e licitação. Não posso dizer por que na outra não houve, até porque...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aliás, essa foi a única que houve.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, houve uma em 2011. Precisaria verificar, eu não tenho essa informação, se na de 2011 houve. Eu não tenho essa informação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só 2014. Somente dos dois orçamentos, que eram três exigidos por lei. Além dos documentos das DAPs, houve apresentação de algum outro documento falso, que uma simples lição de casa detectaria?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, não me lembro de mais nada falso. Não me lembro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas eles faziam a conferência?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Faziam. Era atribuição deles, deputado, atribuição...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eles quem? Do Yuri ou de mais gente?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não, querido, operacional técnico era o departamento. O Yuri, quando está fazendo a chamada, eu já

expus, que ele verifica um aspecto. Aquele outro, ele não verifica. Ele verifica o aspecto da DAP maior, no site do Ministério, e verifica que está regular. Foi isso que foi feito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Se pegarmos aqui o CNPJ da Coaf, e abrir aqui no celular mesmo o site da Ocesp, e digitarmos o CNPJ, vai estar dizendo se a entidade é ou não registrada na Ocesp. E a Coaf apresentou um documento falso. E essa equipe, Sr. Yuri e companhia, que deveriam fazer a lição de casa, deixou passar. Além desse documento...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Já acabou o tempo. Só para informar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Instituto Adolfo Lutz informou a esta CPI, esta semana, que o laudo bromatológico também era falso. E explica que com uma simples verificação era possível detectar. Então houve mais irregularidades provadas, documentais. A senhora acha isso normal?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não acho normal, mas não posso assumir como coordenadora, estando num nível estratégico da secretaria, o papel de servidores que estão dentro de diretorias subordinadas a mim. Então vamos lá. O Yuri está no Departamento de Licitação. O Yuri foi responsável, presidiu essa chamada. Agora, a parte de laudo é da área do DAAA, do Departamento de Alimentação e Assistência. Há uma diretoria de serviço que faz toda a análise e avaliação dos laudos. Isso não é feito no nível acima. É no nível de serviço lá do Departamento de Alimentação Escolar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Há mais gente, no departamento, enrolada. É isso?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Não estou dizendo isso. Estou dizendo que cada um tem a sua atribuição e competência, deputado. Eu não tenho, eu não vi... Aliás eu cheguei, acho, que a ver um laudo uma vez, que saiu até no Diário Oficial o modelo do laudo. Mas nós, lá, não pegávamos laudo, não. A

coordenadora nunca ficou analisando laudo. Eu não tenho nem formação para analisar laudo bromatológico.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Próxima deputada inscrita...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para concluir, presidente.

É que a senhora disse que tem coisa que era lição de casa, que eles deveriam fazer e faziam. A senhora mesma disse. E passaram mais coisas falsas, justamente nesse contrato sobre suspeita. É muita coincidência.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Última inscrita deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu vou fazer uma pergunta, e posteriormente passar o restante do meu tempo para o deputado Alencar.

Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar a senhora pela tranquilidade com que conduziu esse depoimento. E gostaria que a senhora me desse algumas informações. A outra pessoa, cujo nome é homônimo ao seu, trabalhava em que departamento da Secretaria da Educação?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - A minha homônima, deputada Marcia...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Marcia Lia.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - A minha homônima, deputada Marcia, trabalhava no DAAA, que é o Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno, que ficava localizado, não no prédio onde eu ficava. Ele ficava na rua Treze de Maio.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Quando a senhora assumiu, em novembro de 2013, essa moça já estava na secretaria?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Já, e depois que eu fui aposentada, ela continuou na secretaria, ou seja, o ano de 2015 inteiro. Eu tive a informação agora que foram exoneradas muitas pessoas, e ela foi uma delas, mas é informação. Eu não tenho...

A SRA. MARCIA LIA - PT - A senhora teve informação se ela ficou grávida nesse período?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Ficou.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Ela ficou grávida nesse período?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Ela ficou grávida. Eu não sei qual foi o período em que ela ficou grávida, mas eu sei que ultimamente ela estava... Porque eu já não estava mais lá, deputada.

Parece-me que ela estava de licença gestante agora, no finalzinho. Não sei se ainda está. Não sei, mas ela estava de licença gestante.

A SRA. MARCIA LIA - PT - A última questão. Essa pessoa teria informações sobre o momento em que a secretaria iria lançar a chamada pública ou um edital, já que ela trabalhava no Departamento de Abastecimento e Assistência ao Aluno?

Ela teria essa informação? Ela poderia transmitir essa informação a terceiros?

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Ela trabalhava no Programa de Agricultura Familiar e no Departamento de Alimentação, e ela tinha contato, diário quase, com o Departamento de Licitação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Deputada Marcia Lia, há, nos vários depoimentos... Se formos localizar vamos ficar mais de um mês analisando tudo isso, mas eu tenho absoluta certeza de que o pessoal que disse que falava com a Dione ia na Rua 13 de Maio. E não é onde ela...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Eu acho que essa informação a CPI tem que solicitar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nós precisamos buscar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vai ser ouvida a outra Dione também. Há um requerimento para isso.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Importantíssimo. Eu nunca trabalhei na Rua 13 de Maio em todos os meus 40 anos.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Estou satisfeita, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu gostaria de dispensar a Sra. Dione, porque nós temos alguns requerimentos para aprovar.

Quero agradecer a Sra. Dione por sua presteza e pela forma muito clara com que a senhora se colocou e depôs.

A SRA. DIONE MARIA WHITEHURST DI PIETRO - Eu agradeço novamente. Eu queria agradecer pela oportunidade e desejar uma boa tarde para todos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem. Só para esclarecer. Está havendo essa confusão reiteradamente. Os órgãos que recebem as declarações não são órgãos de investigação, e há muito tempo.

Isso é legislação penal. Isso é legislação federal. Quem faz a afirmação é que responde pela falsidade dela. Não tem cabimento. A cada certidão que você recebe você ter que ir atrás. Só isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Mas não fui eu quem disse. Foi ela. A diretora é que disse que eles faziam a verificação. Não sou eu não. Foi o depoimento dela.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, existem alguns requerimentos para serem aprovados:

Item 1 - Requerimento nº 157, do nobre deputado Jorge Caruso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Queria pedir a V. Exa. para que pedisse à secretaria da comissão para que nós pudéssemos atualizar todos requerimentos já apresentados, aprovados, o prazo de informação, para nós podermos ter um balanço de todos os requerimentos aprovados.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Só para concluir, Sr. Presidente. Aqui o deputado Caruso faz vários requerimentos. Nós estamos convocando pessoas. Eu acho que nós temos que ser específicos. Esta comissão tem que dizer quem é. Não dá para ter uma convocação aberta. Do ponto de vista jurídico isso é mau.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O que esta Presidência queria propor é que, caso aprovados os requerimentos, que fosse pedido ao nobre deputado que fizesse a identificação da pessoa, porque não dá para fazer de forma muito genérica: “requer a convocação do presidente da Comissão de Licitação”.

O requerimento seria - se aprovado - para que o deputado informasse qual é a pessoa, para que desse o nome das pessoas.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sr. Presidente, eu quero pedir vista desse requerimento do deputado Caruso.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É regimental.

Item 1 - Pedido de vista.

Item 2 - Requerimento nº 158, de 2016, de autoria do deputado Jorge Caruso. Requer que seja oficiada a Secretaria Estadual da Educação para que informe o nome de todos os membros e respectiva composição da Comissão de Licitação daquele órgão, nos últimos cinco anos, individualizando a participação desses em cada contrato de merenda firmado pelo Estado de São Paulo com empresas de quaisquer naturezas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Solicito vista.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Solicitação de vista do nobre deputado Barros Munhoz.

Item 3 - Requerimento nº 159, de 2016, de autoria do deputado Jorge Caruso. Requer que seja convidado ou convocado um representante dos estudantes, interessados diretos na apuração da qualidade da merenda...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu acho oportuna a vinda de um estudante aqui, para falar também sobre a qualidade da merenda, a realidade. Porém, da mesma maneira que em relação ao item 1, nós temos que determinar.

Eu queria até sugerir aos deputados, mas tenho que sugerir ao deputado Caruso. Temos estudantes que estão vindo em toda reunião. Tiveram responsabilidade enorme na abertura da CPI e representam as entidades oficiais que representam os estudantes, como a Upes.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu só queria deixar um pouco mais para o final. Sinceramente, o meu requerimento seria que na próxima reunião nós convocássemos a Dione e o Marcel.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aqui só estamos aprovando o requerimento. Só acho que tem que determinar quem é a pessoa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então eu peço vista, e na próxima nós aprovamos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu queria propor que nós aprovássemos pelo menos esses dois últimos requerimentos, porque eles pedem informações ao Tribunal de Contas. Acho que aqui não tem problema de identificar pessoas. Trata-se dos itens nºs 5 e 6.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não, faltou o item 4 ainda.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então, o item 4 tem o mesmo problema.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Em tese, eu sou responsável pelo item 4. Quero só falar da importância do item 4, independentemente do pedido de vista. Eu manifesto, já falei que sou contrário à investigação dos municípios.

Nós temos que aprofundar a investigação no estado, e não investigar município, por mais que haja municípios com valores altíssimos, como Mogi, de 1,74; como Campinas, 1,89; maior do que o do Estado, que já tem superfaturamento.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O deputado Estevam Galvão pede vista.

Item 5 - Requerimento nº 161, de 2016. Requer que seja oficiado o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: 1 - Para que encaminhe cópia de todo o procedimento instaurado no órgão, em virtude de denúncia veiculada pelo jornal "Folha de São Paulo" no que se refere à chamada "merenda seca", incluindo as conclusões finais, para essa CPI. 2 - Para que esclareça se há outros procedimentos em trâmite ou concluídos, nos últimos cinco anos, pertinentes aos problemas de merenda; e 3 - Para que seja convidado um representante do órgão, com conhecimento sobre o procedimento citado...

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Eu também peço vista.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É só de informação este aqui, Estevam Galvão.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pedido de vista do nobre deputado Estevam Galvão.

Item 6 - Requerimento nº 163, de 2016.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então foi pedida vista por todos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Estevam Galvão, V. Exa. pediu vista do item 5. O item 5 é só pedido de informação, do relatório que já foi publicado em parte na imprensa.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Volta para a pauta o item 5, requerimento nº 161, de 2016.

Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Foi feito o pedido de vista do item 6.

Para ciência:

Respostas encaminhadas a esta Comissão, entre os dias 17/09 e 31/09/2016, em conformidade com a solicitação contida nos requerimentos nºs 95 e 96, pelos seguintes municípios: - afirmando a não existência de contrato com a Coaf, Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar e com a Coagrosol, Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis: Bastos, Campos do Jordão, Francisco Morato, Guararapes, Ilhabela, Itariri, Lourdes, Louveira, São João da Boa Vista, São Vicente, Tupi Paulista.

- afirmando a existência de contratos: Atibaia, Coagrosol; Batatais, Coaf e Coagrosol; Birigui Coaf-2013; Franca, Coaf e Coagrosol; Mauá, Coagrosol; Presidente Prudente, Coaf e Coagrosol.

Só lembrando. Quero pedir à secretaria para que atualize os requerimentos e o andamento deles, pedido feito pelo nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Quarta-feira que vem é feriado. Quero sugerir a V. Exa. que nós façamos a próxima reunião na terça ou na quinta.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Terça-feira.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu concordo com o deputado Barros Munhoz. Tem que vir o Marcel a esta CPI. Não dá para ele não vir. Que nós aceleremos, da mesma maneira...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Então fica acordada a oitiva da outra Dione e do Sr. Marcel.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Nós também temos a acareação pendente entre o Jeter e o Merivaldo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sim, Vossa Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Cleiton Gentili é importante, certo, Sr. Presidente? O Yuri, o Cleiton Gentili.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Na verdade, há vários requerimentos aprovados aqui. Nós precisávamos conversar informalmente entre os membros, porque eu quero decidir de uma forma acordada aqueles que realmente são importantes. Porque tem alguns que acho que até perderam um pouco a função de serem convocados. Mas então conversamos com mais calma na próxima semana.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

* * *